

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA, RELAÇÃO INTERNACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

VIVIANE MARTINS DE MOURA NÓBREGA

O BARRO NA MÃO DO OLEIRO:
RESSIGNIFICAÇÕES E SENSIBILIDADE ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL

GOIÂNIA
2014

VIVIANE MARTINS DE MOURA NÓBREGA

O BARRO NA MÃO DO OLEIRO:
RESSIGNIFICAÇÕES E SENSIBILIDADE ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL

Dissertação para obtenção de Título de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, apresentada em 18 de agosto de 2014.

Orientadora: Profa Dra Ivoni Richter Reimer.

GOIÂNIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Nóbrega, Viviane Martins de Moura.

N754b O barro na mão do oleiro [manuscrito] : ressignificações e sensibilidade através da cultura material / Viviane Martins de Moura Nóbrega. – Goiânia, 2014.

106 f. ; il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História, 2014.

“Orientador: Prof. Dr. Ivoni Richter Reimer”.

Bibliografia.

1. Oleiros. 2. Arqueologia. 3. Percepção. I. Título.

CDU 902(043)



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
18 (DEZOITO) DE AGOSTO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE) E
APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA.

1) Dra. Ivoni Richter Reimer / (Presidente) PUC Goiás

Ivoni R. Reimer

2) Dr. Marcos André Torres de Souza / (Membro) UFMG

M. Torres de Souza

3) Dra. Sibeli Aparecida Viana / (Membro) PUC Goiás

Sibeli A. Viana

Para Tadeu

AGRADECIMENTOS

Agradecer para mim é uma forma de valorar cada ação, gesto, palavra ou olhar que tornam algo possível, por isso minha lista de agradecimentos é extensa, pois foram muitos os que contribuíram com a elaboração do trabalho: “O barro na mão do oleiro: representações e sensibilidade através da cultura material” e principalmente para que esse meu sonho se tornasse realidade.

Então, com carinho, agradeço:

À Professora Doutora *Ivoni Richter Reimer*, pela orientação nesta dissertação e por ser a resposta às minhas orações por uma orientação disciplinada e comprometida;

Novamente aos pesquisadores *Paulo Jobim Campos Mello*, *Paulo César Aguiar de Mendonça*, *Luis Cláudio Symanski* e *Diogo Menezes Costa*, pela liberação do uso da coleção do Sítio Histórico Maria Mendes e dos relatórios do Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás, para meu Trabalho de Conclusão de Curso, que motivou essa Dissertação.

À Pontifícia *Universidade Católica de Goiás* em conjunto com o *Departamento de História, Geografia, Relação Internacional*, nas pessoas do professor doutor *Eduardo Quadros* e da secretária *Camila*, por oferecerem em seu Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* um Mestrado com enfoque na História Cultural, que abriu um leque de possibilidades interdisciplinares que muito enriquece o conhecimento científico.

Aos integrantes do *Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia*, nas pessoas da sua Diretora professora doutora *Sibeli Aparecida Viana* e da sempre prestativa *Maria do Socorro Sales Barbosa*, pelo acesso à coleção do sítio Maria Mendes, pelo uso do laboratório para análise, e pelo acolhimento neste local onde mesmo depois da graduação me sinto como em minha segunda casa.

A cada um dos meus professores das disciplinas do Programa do Mestrado, aos doutores *Eduardos – Quadros, Sugizaki, Reinato e Jorge*; e às doutoras *Albertina Vicentini, Deusa Maria Boaventura, Ivoni Richter Reimer, Maria Cristina Ferreira Neto e Renata Cristina Nascimento* que muito contribuíram para a construção do meu saber historiográfico.

Aos professores doutores *Sibeli Aparecida Viana e Eduardo Quadros* pela gentileza de aceitarem participar da minha Banca de Qualificação e pelas valiosas colocações, observações, indicações bibliográficas e orientações oferecidas na ocasião, lapidando e enriquecendo meu Projeto.

Aos meus colegas de turma, em especial às minhas parceiras de aventura na área da História, às arqueólogas *Cristiane Loriza Dantas* e *Fernanda Fonseca Cruvinel* e à artista plástica *Marlucia Rodrigues Coutinho*.

Ao historiador *Jésus Ataídes*, aos arqueólogos *Camilla Agostini, Julio Rubin, Sibeli Viana, Rosicler Theodoro, Paulo Tadeu Albuquerque, Guilherme Cardoso, Jorge Eremites* e, em especial, *Marcos André Torres* pela atenção, incentivo, dicas e indicações bibliográficas que tanto contribuíram para minha pesquisa.

Aos meus incentivadores acadêmicos, ex – porém eternos – professores de Arqueologia; aos colegas de graduação e hoje amigos de profissão, à *Maria Alexandrina Melo* e demais arqueólogas juntamente com os futuros arqueólogos parceiros de pesquisa no *Laboratório de Arqueologia da Fundação Aroeira*.

Aos demais colegas, parentes e amigos, pelo apoio direto ou indireto, fora dos muros da PUC Goiás, durante esta jornada acadêmica, nas pessoas do sempre professor *Romeu Henkes*, da engajada *Rosemeire Vaz* e, principalmente, da querida 'Bonequinha de luxo' *Izaura Soares Coelho*.

À minha 'Branca de Neve' particular, arqueóloga *Patrícia Fernanda Rodrigues*, amiga e companheira de loucuras arqueológicas e não arqueológicas.

À minha família, os *Martins de Moura S.A.*, meu refúgio seguro, meus queridos pais *Orcalino* e *Wilma*, minhas cúmplices e amadas irmãs *Saleth*, *Elaine*, *Tatiane* e *Vanessa*, meus cunhados *Luzo*, *Neusmane* e *Marcelo* e meus amados sobrinhos *Matheus*, *Lucas*, *Daniel*, *Sofia*, *Letícia* e *Elisa*.

Ao meu amado *Tadeu*, o 'Para-arqueólogo' cada vez mais Arqueólogo, a quem eu continuo não sendo capaz de retribuir.

Por fim, a *Deus*, pela minha existência e pela existência de todas as pessoas acima citadas, a *Ele* toda honra e toda glória.

*“Não quis ser o melhor
Sossego trago de longe
Não sou louco, poeta
Nem sou profeta ou monge
Mas viajar, viajei”*

Estrangeiro - Almir Sater

RESUMO

NÓBREGA, Viviane. *O barro na mão do oleiro: representações e sensibilidade através da cultura material*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: PUC Goiás, 2014.

Diante das inúmeras possibilidades de discussões, apresentadas pelos vestígios materiais do Sítio Arqueológico Histórico Maria Mendes, localizado no município de Campo Limpo de Goiás, estado de Goiás, foi escolhida para este trabalho a possibilidade que melhor representa o contexto do sítio. A possibilidade de, através da diversidade da decoração impressa na cerâmica do sítio, entender as expressões decorativas como forma de representação sociocultural, agenciadas pelo oleiro, no decurso de sua trajetória de vida, da África para o Brasil, dentro do contexto histórico da Província de Goiás, do início do século XIX. Agenciadas a partir de suas influências, que foram por ele ressignificadas e impressas na cerâmica através de um estilo sensível e criativo. Possibilidade que se divide, a partir do objetivo principal, para também entender os papéis das influências indígenas, africanas e europeias sobre o resultado final do produto do oleiro. Tendo em vista a presença dos signos africanos, pertencentes a grupos diferentes e que ali, no conjunto cerâmico, parecem ter encontrado meios de coexistirem, a identificação de expressões decorativas pertencentes ao povo Guarani em uma área da província de Goiás historicamente ocupada pelo povo Kayapó do Sul, dois grupos culturalmente distintos, tendo em vista também as similaridades entre alguns fragmentos, de pratos e painéis cerâmicos, e as formas e decorações de louças e vasilhas europeias.

Esses entendimentos vão ao encontro da forma interdisciplinar de entender a cultura, proposta pelas teorias da História Cultural, que possibilitou um diálogo entre História e Arqueologia, de uma forma menos compartimentada ou limitada ao uso de uma ciência pela outra apenas como fonte.

Palavras-chave: História, Arqueologia, oleiro, ressignificação, sensibilidade, vestígios

ABSTRACT

NÓBREGA, Viviane. The clay in the potter's hand: representations and sensitivity through material culture. Thesis (Masters in History). Goiania: PUC Goiás, 2014.

Facing the numerous possibilities of discussions, presented by the material traces of the Historical Archaeological Site Maria Mendes, located in Campo Limpo, Goiás, it was chosen for this essay the possibility that best represents the context of the site. The possibility of, through the diversity of printed decoration on the site's pottery, understanding the decorative expressions as a form of socio-cultural representation, brokered by the potter, during their life trajectory, from Africa to Brazil, within the historical context of the Province of Goiás, in the early nineteenth century. Brokered from their influences, which have been resignified and printed on ceramic through a sensitive and creative style. Possibility that splits from the main objective, also to understand the roles of indigenous, African and European influences on the end result of the product of the potter. Given the presence of African signs, belonging to different groups and there, in the ceramic set, it seems to have found ways to coexist the identification of decorative expressions belonging to the Guarani people in an area of the province of Goiás historically occupied by the Kayapo Southern people, two culturally distinct groups, also in view of the similarities between some fragments, ceramic plates and pots, and the forms and decorations of European crockery and vessels.

These understandings are against the interdisciplinary way to understand the culture, proposed by the theories of Cultural History, which enabled a dialogue between History and Archaeology in a less compartmentalized way or limited to the use of a science by another one just as a source.

Key-Words: History, Archaeology, potter, resignification, sensibility, traces

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – MINERADORES DE DIAMANTINO. JOHN MAWE	28
IMAGEM 2 – LAVAGEM DO OURO NO ITACOLOMI. RUGENDAS	29
IMAGEM 3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO COMERCIO ESCRAVO.....	31
IMAGEM 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SUBTRECHO 1	44
IMAGEM 5 – VISTA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MARIA MENDES	47
IMAGEM 6 – CROQUI DAS LINHAS DE SETORIZAÇÃO.....	48
IMAGEM 7 – ÁREA AMPLIADA DA ESCAVAÇÃO DO SÍTIO.....	48
IMAGEM 8 – PERFIL ESTRATIGRÁFICO.....	49
IMAGEM 9 – CROQUI DO PERFIL ESTRATIGRÁFICO.....	49
IMAGEM 10 – DETALHE DIÁFISE - OSSO LONGO.....	50
IMAGEM 11 – FRAGMENTOS CERÂMICOS DA CAMADA III.....	52
IMAGEM 12 – PARTE DO CONJUNTO DA ANTIGA SEDE DA FAZENDA.....	53
IMAGEM 13 – FRAGMENTOS RECONSTITUÍDOS - CAMADAS DIFERENTES...	54
IMAGEM 14 – FRAGMENTOS DE GARRAFA DE BEBIDA.....	55
IMAGEM 15 - OBJETOS DE METAL IDENTIFICADOS NA CAMADA III.....	56
IMAGEM 16 - TELHA COM DECORAÇÃO.....	58
IMAGEM 17 - RANCHO MINEIRO – THOMAS ENDER.....	60
IMAGEM 18 - CARTA COROGRÁFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS.....	61
IMAGEM 19 - MOEDAS DA CASA DE FUNDIÇÃO DE CUIABÁ.....	62
IMAGEM 20 – PEDERNEIRAS.....	63
IMAGEM 21 – ENTREVISTA NA COMUNIDADE DA MATA DOS CRIoulos.....	64
IMAGEM 22 – HABITATION DE NÈGRES - HABITAÇÃO DE NEGROS.....	64
IMAGEM 23 – VARIAÇÕES DAS EXPRESSÕES DECORATIVAS.....	68
IMAGEM 24 – FRAGMENTOS PLANOS/TAMPAS.....	69
IMAGEM 25 – “OS QUATRO MOMENTOS DO SOL”	72
IMAGEM 26 – SIGNO EM FORMA DE ESTRELA OU SOL.....	74
IMAGEM 27 – FRAGMENTOS DE CACHIMBOS MOLDADOS.....	75
IMAGEM 28 – MODELOS DE ESCARIFICAÇÕES FACIAIS YORUBÁ.....	76
IMAGEM 29 – ESTATUETA BENA LULUA.....	77
IMAGEM 30 – VARIAÇÕES DECORATIVAS IDENTIFICADAS NO SÍTIO.....	78
IMAGEM 31 – VARIAÇÕES DECORATIVAS IDENTIFICADAS NO SÍTIO.....	79
IMAGEM 32 – SIGNO EM FORMA DE FLOR.....	80

IMAGEM 33 – VARIAÇÕES DA EXPRESSÃO DECORATIVA CORRUGADO.....	85
IMAGEM 34 – MODELOS DE LOUÇAS E POSSÍVEIS REPRODUÇÕES.....	88
IMAGEM 35 – MARCA DE LOUÇA E POSSÍVEL REPRODUÇÃO.....	89
IMAGEM 36 – POSSÍVEL REPRODUÇÃO DE CALDEIRÃO DE METAL.....	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTITATIVO DA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO.....	46
TABELA 2 – DATAÇÃO MÉDIA DO SÍTIO MARIA MENDES.....	53
TABELA 3 – RESULTADO QUANTITATIVO DA ANÁLISE CERÂMICA.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.D. – *Anno Domini* ‘Ano do Senhor’

A.P. – Antes do Presente

apud – citado por

Ed. - Editora

et al. – e outros

p. – página

pp. – páginas

s.l. – sem local

UTM – Universal Transversa de Mercator

ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA DAS ETNIAS – SÉCULO XVIII

ANEXO 2 – MAPA DOS CAMINHO DA BANDEIRA DO ANHANGUERA – 1722/1725

ANEXO 3 – MAPA DA ECONOMIA COLONIAL – SÉCULO XVIII

ANEXO 4 – MAPA DOS PRINCIPAIS CAMINHOS COLONIAIS – SÉCULO XVIII

ANEXO 5 – MAPA DOS PRINCIPAIS QUILOMBOS – SÉCULO XVIII

ANEXO 6 – MAPA DOS ALDEAMENTOS OFICIAIS – SÉCULO XVIII

INTRODUÇÃO	16
1 <u>MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEU CONTEXTO</u>	22
1.1 ANTES DO OURO	22
1.2 COM A DESCOBERTA, O DESENVOLVER DA OCUPAÇÃO	25
1.3 NÃO FALTARAM NEM TRABALHO, NEM CONFLITOS	27
1.4 NOVOS RUMOS	36
1.5 MEIA PONTE, UM CASO À PARTE	40
2 <u>MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SUA IDENTIFICAÇÃO</u>	43
2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO	43
2.2 ETAPAS DOS TRABALHOS DE CAMPO	46
2.3 UMA PROPOSTA DE DATAÇÃO	51
2.4 IDENTIFICAÇÃO OCUPACIONAL – ALGUMAS OBSERVAÇÕES	57
3 <u>MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEUS VESTÍGIOS</u>	66
3.1 CULTURA MATERIAL CERÂMICA	66
3.2 EXPRESSÕES E PRODUÇÕES DA CERÂMICA	70
3.2.1 INFLUÊNCIAS AFRICANAS	70
3.2.2 INFLUÊNCIAS INDÍGENAS	80
3.2.3 INFLUÊNCIAS EUROPEIAS	86
4 <u>MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEU LEGADO</u>	90
4.1 RESSIGNIFICANDO UMA TRAJETÓRIA	90
4.2 EVENTOS SENSÍVEIS E CRIATIVOS	93
4.3 UM LEGADO AFRICANO?	95
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	97
<u>REFERÊNCIAS</u>	101

INTRODUÇÃO

"A evolução da civilização é sinônimo de eliminação do ornamento do objeto de uso."

Adolf Loos

Quando se pensa no ornamento como algo intrínseco à decoração, fica muito difícil concordar com a frase do arquiteto checo, Adolf Loos, usada como epígrafe dessa Introdução, principalmente quando se observam os vestígios materiais exumados do Sítio Arqueológico Histórico Maria Mendes.

O Sítio Histórico Maria Mendes está localizado no município de Campo Limpo de Goiás, estado de Goiás, que foi identificado e resgatado em 2002, durante o estudo de impacto ambiental do trecho ferroviário entre Anápolis/Rianápolis (GO), do Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS) no Estado de Goiás, empreendido pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e executado pela Fundação Aroeira, da Sociedade Goiana de Cultura.

Sua coleção, constituída por cerâmicas, louças, metais, vidros, líticos e ossos de animais, totaliza 8.250 fragmentos, datados como pertencentes às primeiras décadas do século XIX. Encontra-se hoje sob a guarda do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) (MELLO, 2004).

As inúmeras possibilidades apresentadas pelos vestígios materiais do Sítio Histórico Maria Mendes propiciaram sua escolha como fonte para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Bacharelado em Arqueologia (IGPA/PUC Goiás): "Entre linhas, pontos e apliques: uma análise da decoração plástica da coleção cerâmica do Sítio Histórico Maria Mendes / Campo Limpo de Goiás", defendido em 2009. Trabalho que visou analisar a coleção cerâmica resgatada, identificar e caracterizar a diversidade de sua decoração plástica (NÓBREGA, 2009).

Evidentemente outras possibilidades de recortes sobre este objeto não foram contempladas no TCC, devido ao seu objetivo, pontuado na classificação técnica da decoração cerâmica. Outras questões foram apontadas nas

Considerações Finais do trabalho monográfico: as formas estruturais na paisagem do sítio; a dinâmica deposicional dos objetos; os restos alimentares resgatados; e, sobretudo, alguns tipos de decorações, formas e símbolos impressos na cerâmica.

A cerâmica, no entanto, a meu ver, se constitui em um vestígio importante em sítios arqueológicos, tanto nos pré-históricos quanto nos históricos, pois devido a sua composição e forma de fabrico, ela consegue conservar, por milhares de anos, tanto informações técnicas e simbólicas deixadas pela(o) oleira(o) que a confeccionou, quanto marcas de como elas foram utilizadas.

Partindo dessa premissa, é que, durante a análise da decoração plástica da cerâmica do sítio Maria Mendes para o TCC, foram identificadas algumas expressões e signos que nos remeteram às influências culturais de grupos africanos, indígenas e do colonizador europeu. Estas influências são constituídas por três fatores impressos na coleção do sítio. Entre eles estão os signos relacionados aos diferentes grupos africanos trazidos para o Brasil como mão de obra escrava, que nesse caso podem ser identificados nas reproduções de suas escarificações corporais étnicas e de elementos de suas visões do mundo espiritual, na cerâmica. A coleção possui também fragmentos com a expressão decorativa Corrugado, que é atribuída à cultura indígena Guarani e formas de alguns pratos e vasilhames que lembram a louça europeia.

Diante destas constatações surgiram algumas questões, como: Qual é a identificação cultural do grupo, ou grupos que ali habitavam? Como e quando teria se dado a relação de convivência da(o) oleira(o) com os grupos que a(o) influenciaram na produção da cerâmica, haja vista a evidência da tríplice representatividade? Como se deu a agência destas influências para as escolhas tomadas sobre o que imprimir e o que não imprimir sobre a cerâmica?

Questões cujas inquietações motivaram a execução desse trabalho. Trabalho que teve por objetivo principal entender estas expressões como forma de representação sociocultural, agenciadas pela(o) oleira(o), no decurso de sua trajetória de vida, da África para o Brasil, dentro do contexto histórico da Província de Goiás, do início do século XIX. Agenciadas a partir de suas influências, que foram por ela(e) resignificadas e impressas na cerâmica através de um estilo sensível e criativo.

A partir do objetivo principal, também foi possível observar, como objetivos específicos, os papéis das influências indígenas, africanas e europeias sobre o

resultado final do produto produzido pela(o) oleira(o). Foi possível analisar a presença dos signos africanos pertencentes a grupos diferentes e que ali, no conjunto cerâmico, parecem ter encontrado meios de coexistirem; analisar como expressões decorativas pertencentes ao povo Guarani poderiam estar presentes, numa área da província de Goiás historicamente ocupada pelo povo Kayapó do Sul, dois grupos culturalmente distintos. Também foi possível analisar as similaridades entre alguns fragmentos, de pratos e panelas cerâmicas, e as formas e decorações de louças e vasilhas europeias.

Esses entendimentos vão ao encontro da forma interdisciplinar de entender a cultura, proposta pelas teorias da História Cultural, principalmente no tocante às sensibilidades da(o) oleira(o), quando imprimiu na decoração o que acredito ser um conjunto de símbolos ressignificados. Esse entendimento possibilitou, ao menos neste trabalho, um diálogo entre História e Arqueologia, de uma forma menos compartimentada ou limitada ao uso de uma ciência pela outra apenas como fonte. Possibilitou também a abertura do trânsito para que os objetos de estudo, as teorias, os métodos etc. pudessem relacionar-se, construir hipóteses científicas e contribuir para as inferências de ambas as ciências.

A bibliografia existente sobre o objeto cerâmico deste trabalho é pouca e é composta por dois trabalhos: o capítulo *Sítios Históricos*, de Costa e Symanski (2004) que apresenta todos os resultados das pesquisas no Sítio Arqueológico Histórico Maria Mendes realizadas no âmbito do Projeto da Construção da Ferrovia Norte-Sul; e o TCC *Entre linhas, pontos e apliques*, de Nóbrega (2009), citado anteriormente, que apresenta a classificação da decoração cerâmica do sítio.

Por esse motivo, para se chegar aos objetivos e compreender as questões levantadas, além destas duas referências, procuramos por estudos que dialogassem com o objeto cerâmico, estudos que correlacionassem a cultura material arqueológica com grupos culturais e com formas de representações socioculturais através da cerâmica.

Nesse contexto, optamos por dar ênfase aos estudos que assinalassem as potencialidades do uso da cerâmica como fonte passível de resgatar o cotidiano, as formas de discursos, as estratégias comportamentais, ideológicas, socioculturais, entre outras. Estudos para os quais a cultura material fosse além da fundamentação e acreditação de fatos históricos, sendo um agente, um elemento intencional, uma expressão formal e física (ATAÍDES e SOUZA, 1998). Também foram utilizados

estudos arqueológicos que seguem uma linha analítica pontuados na cultura africana e no contexto escravo do Brasil. Pesquisas sobre as questões indígenas prioritariamente sobre os povos Guarani e Kayapó do Sul. Apesar de poucos, também procuramos trazer estudos que abordassem questões sobre as apropriações de elementos culturais europeus na cerâmica e que fossem além das discussões sobre a imitação do comportamento à mesa.

Por se tratar de um projeto em que dados históricos e arqueológicos devem manter um diálogo entre si e estender esse diálogo para outras ciências, este trabalho ancorou-se em referenciais teóricos que permitissem essa interdisciplinaridade. O que se espera é que as inferências formuladas a partir dessas referências possam demonstrar como a(o) oleira(o) se fez representar através das ressignificações, por ela(e) agenciadas no contexto do sítio Maria Mendes. Demonstrar o estilo sensível e criativo que a(o) oleira(o) criou a partir de sua visão do mundo que ela(e) vivenciou. Que possam demonstrar, também, como essa representação por ela(e) reproduzida na cerâmica se comunicou com seus observadores no passado.

Partindo desses referenciais, baseio minhas ponderações nas 'conexões humanas' negociadas, analisadas por Appiah (2006, *apud* SOUZA e AGOSTINI, 2012), que foram agenciadas a partir de representações do mundo através de 'hábitos mentais' defendidos pelos sociólogos Durkheim e Mauss (2009) e dos 'esquemas intelectuais', implicando nas 'ordens de razões' propostas por Chartier (2002). Essa agência ressignificada é entendida como uma 'interpretação subjetiva dos eventos', dentro do que foi postulado por Hodder (1993) sobre estilo. Um estilo que envolve as sensibilidades de quem o criou, envolve seu 'mundo imaginário, sua cultura e suas significações' como foi ressaltado por Pesavento (2012).

Pensando a decoração cerâmica do sítio Maria Mendes como resultado das relações de convivência e aprendizado da(o) oleira(o), em que, apesar da presença de elementos indígenas e europeus, a inegável influência africana predomina, proponho que essas relações sejam entendidas a partir de uma trajetória África-Brasil, e todo seu contexto escravo, envolvendo aí a província de Goiás no século XIX. Por também acreditar que essas relações de convivências passaram por processos de escolhas negociadas e de influências ressignificadas por quem confeccionou a cerâmica, proponho pensarmos na agência deste ceramista, classificado a partir daqui como 'oleiro'. Não faço aqui nenhuma definição de gênero,

em relação a quem confeccionou a cerâmica do sítio Maria Mendes; faço essa classificação, por julgá-la melhor para definir a ideia de uma agência sensível e criativa. Na realidade acredito que essa agência do oleiro tenha sido exercida por pessoas diferentes e em tempos diferentes, no decorrer da ocupação do sítio.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, da qual foram extraídas publicações que versavam sobre o tema específico, sobre temas correlatos e que também propiciaram o embasamento teórico e metodológico para as análises do objeto proposto.

A partir dessas referências, para tentar entender a identificação funcional do sítio, iniciamos por pensar nos vestígios do sítio através das propostas de 'evidências negativas', postuladas por Plog (*apud* Souza 1998) e da observação da 'presença ou da ausência' de um vestígio, postulada por South (2007).

Foi realizada uma revisita de forma sistemática à coleção cerâmica do sítio Maria Mendes, buscando identificar, naqueles fragmentos, elementos decorativos e formas de fabricação da cerâmica que serviram como base para os argumentos desse trabalho. Tais elementos e formas foram identificados durante o processo de análise do TCC *Entre linhas pontos e apliques* (NÓBREGA, 2009) porém como não eram fonte direta para aquele trabalho, não foram devidamente quantificados e classificados, o que se fez necessário neste trabalho.

A amostra ficou composta por todos os fragmentos que apresentavam algum tipo de decoração, denominados aqui por 'unidade decorada'. Para sistematizar os dados, optei por identificar a decoração cerâmica a partir da classificação de La Salvia e Brochado (1989). Optei também, em momentos relevantes, pelo uso dos termos do método de classificação por Tradições e Fases (BROCHADO et al., 1969), propostos pelos estudos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Esse método de classificação, apropriado da Biologia e que o utiliza como forma de categorias taxonômicas, agrupa tipos de cerâmica conforme suas características principais e, posteriormente, segue uma ordenação para a classificação entre estes tipos, levando em consideração a morfologia, habitação e território. Diante de alterações, ocorridas nas características principais da Tradição, a classificação pode ainda ser dividida em Subtradições e Fases. No uso deste método, não será englobado aqui o peso de seus conceitos essencialistas, mas seu uso como terminologia referencial, que será útil para a identificação de algumas formas de fabricações cerâmicas.

Para o entendimento das informações e inferências sobre a agência do oleiro no sítio arqueológico Maria Mendes, os dados gerados neste trabalho estão apresentados em forma de Dissertação, composta por elementos pré- e pós-textuais; Introdução; Considerações Finais; e nos seguintes capítulos:

Capítulo 1 - Maria Mendes – Um Sítio Arqueológico e seu Contexto: exhibe a contextualização temporal historiográfica da área do sítio Maria Mendes até meados do século XIX. Contexto que contribuiu para sua transformação no que ele é hoje. Para tanto, foi exposto um breve panorama da ocupação do território goiano, desde os primeiros ocupantes indígenas até a invasão colonial à procura dos bens minerais e, com estes, o sistema de escravidão indígena e africana.

Capítulo 2 – Maria Mendes – Um Sítio Arqueológico e sua Identificação: diante da frustração com a busca documental para identificar o histórico da ocupação do sítio Maria Mendes, o referido capítulo exhibe a leitura feita com o cruzamento de dados históricos e os vestígios presentes e, em alguns casos ausentes no sítio, tentando assim entender os sinais que persistiram, ou não, ao tempo.

Capítulo 3 – Maria Mendes – Um Sítio Arqueológico e seus Vestígios: exhibe o resultado da agência do oleiro sobre os vestígios materiais cerâmicos do sítio Maria Mendes, que, além das escolhas tecnomorfológicas, criou significados para os acontecimentos de sua trajetória de vida e de suas influências africanas, indígenas e europeias.

Capítulo 4 – Maria Mendes – Um Sítio Arqueológico e seu Legado: exhibe o diálogo entre as referências propostas e as ações do oleiro, buscando, diante do desafio imposto pela falta de identificação dos ocupantes do sítio Maria Mendes, entender o que aqueles vestígios podem nos dizer e principalmente o que eles nos deixam como legado.

1 MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEU CONTEXTO

*Criam-se impressões semelhantes até mesmo
quando as diferenças não são tão notáveis.*
Franz Boas

Antes de dissertar sobre a cultura material exumada do sítio Maria Mendes, faz-se necessário situar todo o contexto arqueológico, do qual o sítio faz parte, dentro do contexto histórico de formação, cujas influências recebeu e que o transformaram no que ele é hoje.

O Sítio Histórico Maria Mendes é um sítio arqueológico localizado atualmente no município de Campo Limpo, estado de Goiás. Este município integrou o território da cidade de Anápolis até sua emancipação pela Lei 13.133 de 1997. O município de Anápolis por sua vez pertenceu, até 1892, à cidade de Pirenópolis, antigo arraial de mineração de Meia Ponte criado em 1737 (ATAÍDES e MENDONÇA, 2004)

O histórico de ocupação da área específica do sítio consiste, até o momento, num desafio sem resultados satisfatórios, tema que será discutido mais adiante. Porém, a área pertencia a um contexto mais amplo. O contexto¹ da Província de Goiás de meados do século XIX, ou seja, contexto resultante de acontecimentos que recuam ao século XVII, ou mais, ao considerarmos o início da ocupação ameríndia no território goiano.

1.1 ANTES DO OURO

O entendimento da presença humana no cerrado goiano constitui-se num desafio em constante aprendizado. Não queremos, aqui, recuar até algumas datas propostas e discutidas na Arqueologia para a ocupação do atual estado de Goiás - o que nos remeteria ao Sudoeste, na região do município de Serranópolis, há

¹ Para visualização dos dados informados no referido contexto da Província, optou-se pelo uso de Mapas da obra de ROCHA (2001) como Anexos.

aproximadamente 11.000 anos AP² (SCHMITZ *et al.*, 1989). Interessa-nos, para análise em questão, que a historiografia goiana relata que, anteriormente às bandeiras, em busca de jazidas de ouro, diversas incursões foram realizadas por bandeirantes e religiosos em Goiás, tendo como objetivo principal a caça aos índios para escravizá-los nas fazendas do litoral ou para catequizá-los (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998).

Esse período põe fim às fases iniciais de ocupação do território brasileiro pelo colonizador. Fases iniciadas por uma temporada, aparentemente pacífica para obtenção de comida e o suporte necessário para a extração do pau-brasil. Posteriormente vem a fase das 'guerras justas', na qual o indígena passou de colaborador a obstáculo, por ser ocupante de terras produtivas.

Inicia-se naquele momento um período de captura dos nativos da terra para serem levados para as lavouras de cana-de-açúcar do litoral que careciam de mão-de-obra, não suprida pela pequena quantidade de negros que chegavam ao Brasil (ATAÍDES, 1998).

Esta situação 'conveniente' levou o colonizador a escravizar o nativo que "embora constantemente acusado de indócil, indolente e incapacitado para o trabalho disciplinado, foi durante o século XVI e as primeiras décadas do subsequente o alicerce em que se fundamentou a economia brasileira" (CHAIM, 1983, p. 66).

Entre estes indígenas encontravam-se, em Goiás, os Araé, os Arachá, os Crixá, os Goyá e os Kayapó na porção Meridional; os Akroá, os Apinagé, os Canoeiros, os Xakriabá e os Xavante na porção setentrional; e os Tapirapé, os Mangariruba, os Cururu, os Craya, os Javaé, os Karajá, os Xerente, os Gradaú, Tessemeu e os Amadu-Guaia-Guast que estavam distribuídos ao longo do rio Araguaia e Ilha do Bananal (ANEXO 1)³. Trata-se de povos da família linguística Jê e Macro-Jê, denominados pelos seus contrários, da família Tupi, de 'Tapuios de língua presa' (CHAIM, 1983; GARALDIN, 2001).

² O termo, em Português, *Antes do Presente* (AP) é utilizado para identificar datações absolutas por Radiocarbono14 (C14), sendo determinado o ano de 1950 - ano da criação do método - como determinante de Antes do Presente (AP) ou Depois do Presente (DP) - em Inglês *Before Present* (BP) ou *After Present* (AP) – Ver mais em Bicho (2006)

³ Mapa das etnias no século XVIII – Localização de alguns dos povos indígenas de Goiás, baseado no mapa de Curt Nimuendajú, Rocha (2001 p. 31)

Destas etnias, que ocupavam o Planalto Central, na época da chegada das primeiras bandeiras, se destacam os Goyá, que habitavam a região de Serra Dourada e dos quais se originou o nome do estado de Goiás; e se destacou também o povo Kayapó, pelo histórico de resistência e luta contra a ocupação colonial.

Todavia, tanto os Kayapó quanto os demais povos que aqui habitavam, após o início das incursões extrativistas, das descidas e das bandeiras que as sucederam, foram reduzidos a pequenos grupos, expulsos para outras regiões, passando por um processo de etnocídio ou mesmo extermínio, como o povo Goyá, entre outros.

Naquele período de busca pelo indígena para mão-de-obra, o território goiano recebeu diversas bandeiras⁴ que, apesar da controvérsia historiográfica de algumas datas, dão uma noção da movimentação colonial ainda no século XVI, como: Sebastião Marinho (1592), Domingos Rodrigues (1596-1600), Nicolau Barreto (1602-1604), Belchior Dias Carneiro (1607), Martins Rodrigues (1608-1613), André Fernandes (1613-1615), Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618), Francisco Lopes Buenavides (1665-1666), Antônio Pais (1671) e a de Sebastião Pais de Barros (1673), que seria composta por 800 homens e entre eles Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, pai de Bueno Filho, responsável, anos mais tarde, pela descoberta de ouro em Goiás (SALLES, 1992).

Também se lançaram naquele período as denominadas 'descidas', organizadas por religiosos em busca dos indígenas para a catequização. Provenientes principalmente das Missões sediadas no Pará, as incursões vieram com os Padres Antônio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e Manuel de Sousa em 1653; Tomé Ribeiro em 1658; Manuel Nunes em 1659; Gonçalo de Veras e Sebastião Teixeira em 1671, Raposo Tavares em 1674 e Manuel da Mota e Jeronimo da Gama em 1721 (CHAIM, 1983).

Com o crescente e lucrativo trabalho nas minas de Sabará, Minas Gerais, descobertas no final do século XVII, e com os diversos conflitos na Europa estreitando a união de Portugal e Espanha (1580-1640), os expedicionários transferiram seus interesses para a busca das riquezas minerais. Para tanto,

⁴ Chaim (1983, p.18) cita também as bandeiras de Pero Domingues, Francisco Lopes Bernardes e Francisco Ribeiro de Moraes.

formavam bandeiras que eram autorizadas pela Coroa Portuguesa para desbravar os limites Oeste⁵ do já mal fadado Tratado de Tordesilhas⁶.

Saindo principalmente de São Paulo de Piratininga, carente de fontes auríferas e de mão-de-obra que correspondesse aos interesses de uma população crescente (SALLES, 1981), as bandeiras foram entrando para o interior do país à procura de ouro e pedras preciosas.

Para Goiás, a principal bandeira foi a delegada aos capitães de ordenança João Leite da Silva Ortis, Domingos Rodrigues do Prado e Bartolomeu Bueno da Silva Filho, este, filho de Bartolomeu Bueno da Silva, o bandeirante que afirmava ter descoberto ouro nas terras do Gentil Goyá, no século XVI (JAYME, 1971).

Aquela bandeira saía da cidade de São Paulo em 3 de julho de 1722 (ANEXO 2)⁷, rumo às terras do sertão, peregrinando por três anos, em busca da confirmação dos locais indicados pelo Bartolomeu Bueno pai, como fontes minerais, até chegar à região do Rio Vermelho onde encontraram um veio aurífero, em setembro de 1725. Foi então noticiado por eles e por outras cartas ao Rei como as ricas Minas dos Goyazes prometiam ser mais rentáveis e de melhor acesso do que as encontradas em Cuiabá (CHAIM, 1983; PALACÍN, *et al.*, 1995).

Localizado na mesma linha do paralelo do Peru, o “território de Goiás, privilegiado pela sua situação geográfica, intermediando as míticas minas dos Gerais e de Cuiabá, logo se tornou igualmente lendário, como o novo Eldorado” (COSTA, 1978, p. 25).

1.2 COM A DESCOBERTA, O DESENVOLVIMENTO DA OCUPAÇÃO

Após o assentamento das primeiras descobertas, outras fontes auríferas foram encontradas às margens dos rios e córregos e com elas o surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Iniciados, em 1726, com os arraiais de Santana (antiga Vila Boa, atual Cidade de Goiás) e Barra, posteriormente, nos arredores do arraial de Santana, surgiram os povoados de Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita, Pilar e,

⁵ Desbravamento que culminou no Tratado de Madri que afirmava que cada parte (Portugal e Espanha) ficaria com o território que possui em 1750, expandindo os limites Oeste do Brasil. Ver mais em Atallah (1983)

⁶ Para mais informações sobre o Tratado de Tordesilhas e suas consequências ver Becker (1999)

⁷ Mapa do trajeto da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, Rocha (2001, p.29)

em 1731, Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis). Em seguida apareceram os arraiais do Norte, na bacia dos rios Araguaia e Tocantins e mais tarde os arraiais de Carmo, Santa Luzia e Cocal, da década de 1740 (JAYME, 1971; SALLES, 1981; SALLES, 1992; PALACÍN, *et al.*, 1995).

Já em 1739, o estado contava com duas comarcas⁸: a Comarca de Goiás, ao Sul, à qual pertenciam os arraiais de Sant'ana, Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar e Crixas; e a Comarca de São João das Duas Barras, ao Norte, à qual pertenciam os arraiais de São João das Duas Barras, Traíras, Cavalcante, São Félix, Conceição, Flores, Natividade e Porto Real (JAYME, 1971).

Para povoar este 'Eldorado', a população foi se formando, tendo como base os trabalhadores das minas e os consequentes fornecedores de provisões. Conforme Salles (1981), esta população era formada não só por aventureiros portugueses, índios, caboclos, negros e mulatos, mas também pelos gerenciadores dos empreendimentos e suas famílias, dentre eles Bueno Filho que trouxe a esposa Dona Joana e filhos. Estes fatos, para Salles (1981 p. 83), não diminuíram ou inibiram os casos de concubinato, filhos bastardos e mestiços, "costumes pouco edificantes para a moral cristã da época".

Nomeado como Superintendente de Minas, Bartolomeu Bueno da Silva Filho administrava a extração do ouro a partir da sede no arraial de Sant'ana, onde instalou uma espécie de clã dos Bueno, cujos principais cargos de Superintendente, Guarda-mor e Escrivão eram ocupados por pessoas ligadas ao Anhanguera Filho (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998).

Todo esse poderio nas Minas dos Goyazes exaltava o ânimo de seus opositores, tanto dos que moravam na sede da capitania em São Paulo, quanto dos moradores do arraial de Meia Ponte, que, ao longo de toda trajetória de criação de Goiás, se colocaram contrários aos comandos vindos de Vila Boa (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; ATAÍDES, 1998).

A despeito dos percalços, o desenvolvimento econômico decorrente da mineração foi instalado, formando um mercado consumidor, de bens e serviços, necessários para o bom andamento da extração mineral (ANEXO 3)⁹. Entre 1726 e

⁸ Para datas de criação dos principais povoados e arraiais de mineração das duas comarcas de Goiás ver Chaim (1983, p. 24 e 25).

⁹ Mapa da Economia Colonial no século XVIII - Localização dos arraiais, com destaque para a concentração da área mineradora das Comarcas do Sul e do Norte, Rocha (2001, p.41)

1735, Goiás era responsável por 16% do ouro produzido pelo país, e entre 1736 e 1751, chegou a 20% da produção (SALLES, 1992).

Para escoamento de toda essa produção, foi criada a denominada Estrada Real que ligava Goiás a São Paulo no sentido Sul/Sudeste. Decretada pelo então Governador da Capitania, Conde de Sarzedas, como única via oficial para as minas de Goiás. Sendo oficializados outros poucos caminhos interligados a Vila Boa (ANEXO 4)¹⁰. A partir de 2 de outubro de 1732, o conde proibiu, com aplicação de severas punições, a abertura de outras picadas ou construções de pontes para o escoamento, transporte e tráfego de pessoas ou mercadorias, fora dos limites daquela via, inclusive nas vias fluviais, proibidas até 1782. (CHAIM, 1983; SALLES, 1992).

Conforme as normas político-administrativas do período colonial (de 1749 a 1821), a região das Minas dos Goyazes funcionou como Intendência sob jurisdição da Capitania de São Paulo até 1749, quando passou a ser denominada de Capitania de Goiás, tendo como seu primeiro governador Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, que administrou Goiás até 1755. Após aquele período, durante o governo imperial (de 1822 a 1889), passou a ser designada por Província de Goiás, até a proclamação da república (1889), quando passou à categoria de Estado (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; ATAÍDES, 1998).

1.3 NÃO FALTARAM NEM TRABALHO NEM CONFLITOS

Apesar do romantismo da imagem do colonizador e de sua bateia, em companhia de escravos, nos leitos dos rios à procura do chamado ouro de aluvião, a mineração tanto em Goiás, como nos outros centros mineradores, não se deu apenas através da forma 'lúdica', retratada em pictografias como a de John Mawe¹¹ (IMAGEM 1).

¹⁰ Mapa com os principais caminhos coloniais no século XVIII, incluindo a Estrada Real/Sul, Rocha (2001, p. 51)

¹¹ Pictografia ilustrativa da obra *Familiar Lessons on Mineralogy and Geology*, publicada em Londres, por John Mawe, em 1821.



IMAGEM 1
Mineradores de Diamantino. John Mawe, 1821
Fonte: www.infojoia.com.br

O ouro era extraído tanto entre os cascalhos do leito dos rios, quanto por outros procedimentos que dispendiam tempo e mão-de-obra. Entre eles havia o processo de desmonte de barrancos e das rochas auríferas, onde eram utilizados, além de canaletas, bicames e barragens dos cursos d'água; jatos e pilões d'água movidos por métodos engenhosos de nivelamento. Nesse processo, além de muitos detritos, eram formadas grandes trincheiras, que na medida em que iam se distanciando da fonte d'água iam absorvendo mais e mais recursos financeiro e humano (SALLES, 1992).

Tais práticas foram empregadas em diversas minas em todo o país, como retratado na pictografia de Johann Moritz Rugendas (IMAGEM 2). Em Goiás, houve casos extremos como durante a mal lograda extração de diamantes que chegou a desviar o leito do rio Crixás por duas vezes em busca da pedra preciosa; e as mortes e epidemias causadas pelo desvio do rio Maranhão (SALLES, 1992).



IMAGEM 2

Lavagem do ouro no Itacolomi. Johann Moritz Rugendas, 1835

Fonte: www.silviogalvao.com.br/repertorio/repertorio108.html

Naquele trabalho de extração, incluiu-se também o sal – item importantíssimo para conservação de alimentos e alimentação do gado – que foi removido de fontes dos campos salinos dos rios Crixás e São Romão. Era denominado ‘sal da terra’, oferecia uma grande alternativa para suprir as dificuldades de transporte do sal marinho do litoral que alcançava custos elevados no comércio local (SALLES, 1992).

Com todas essas frentes de trabalho, a economia necessitava de braços para ser tocada e, no caso colonial, de braços escravizados abastecidos pelo que Engler denominou de área “Territorial Escravista Atlântica”, formada entre as Américas, África e Atlântico (*apud* BECKER, 1999).

Com as dificuldades diante da escravização indígena e o aquecimento da economia escravista montada na África¹², o Brasil passa, com maior intensidade, a buscar, naquele mercado, a mão-de-obra necessária para as exigências com a produção.

A primeira leva oficial deste comércio na capitania de Goiás se deu em 1752, documentos apontam, entretanto, que em 1732 havia notícias de um carregamento de 770 negros vindos da Bahia e chegando ao arraial de Meia Ponte (SALLES, 1992).

Os lugares de origem dos africanos trazidos para o Brasil são marcados por dois polos de partida e de chegada. A partir de escassos documentos sobre os países de procedência dos negros que vieram para Goiás, Salles (1992) observa que, nos registros feitos na Bahia, predominaram os africanos sudaneses, e nos registros no Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará, a procedência seria do sul da África, dos povos Bantos principalmente os de Angola, Congo e Benguela. Em Meia Ponte, a autora localizou registros da igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde constam indicações da presença de africanos Mina e Nagô ali batizados.

Pesquisas mais recentes apontam que durante o espaço de tempo de aproximadamente três séculos, em que funcionou o comércio escravo, africanos de diferentes nações, regiões e *status* social desembarcaram na costa do Brasil. De lá foram comercializados tanto para os trabalhos nas fazendas do litoral, quanto para os campos e povoados do interior do país. Devido a uma dinâmica própria, este tráfico atendeu às necessidades de mão-de-obra e, à revelia dos senhores, também apresentou uma diversidade sociocultural conflitante e enriquecedora (MAMIGONIAN, 2005; SOUZA E SYMANSKI, 2009; XIMENES, 2009; SOUZA E AGOSTINI, 2012) (IMAGEM 3).

Em relação a Goiás, Souza e Symanski (2009) expõem dados que salientam a presença de grupos que vieram para a província, entre a segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, apontando para as principais origens africanas destes grupos. Entre eles, destacando os falantes da língua Yorubá, principalmente os denominados Mina, Nagô e Malês (grupo Islamizado),

¹² Ver mais informações, em Salles (1992), sobre a criação na África das Companhias de Cachéu e Rio da Guiné em 1676 e de Cabo Verde e Cachéu em 1690, para comércio de mão-de obra escrava.

foram responsáveis também por muitas das descobertas de novas minas, pois possuindo conhecimento na identificação de veios auríferos, eram incentivados nessa tarefa, na ilusão de conseguir a liberdade com a compra da alforria, apesar da proibição, instituída desde 1726, da venda de ouro, por escravos negros ou índios (SALLES, 1992). Excetuando raros casos como do escravo Manoel Conde, em Corumbá de Goiás, que, em 1769, pagou 32 oitavas de ouro ao seu dono, pela liberdade de sua filha Maria (SILVA, 1998).

Esse e outros engodos e especialmente os maus tratos, por parte do colonizador, levaram às revoltas e às constantes fugas dos negros pois,

[...] no Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pês, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau; contudo provera a Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo (ANTONIL *apud* SILVA, 1998, p. 186).

Na tentativa de resistir ao poder escravizador, durante as fugas, foram sendo criados os Quilombos. Tratava-se de comunidades onde poderiam, mesmo que sobressaltados e em constante vigilância, exercer seus costumes africanos e experimentar o alento de liberdade. Conforme Silva (1998), além de um local de defesa da vida em comum, o Quilombo seria “uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial contra o qual se insurgia” (SILVA, 1998, p. 20).

Slenes (2011), ao discutir as formas de resistência negra à escravidão, argumenta que possivelmente os Quilombos já fariam parte da vida dos cativos em solo africano, enquanto guerreiros, moradores de acampamentos e mocambos. Para o autor, houve uma continuidade diante das condições opressoras, e “os negros teriam reconhecido nas senzalas brasileiras uma gramática do espaço que não era totalmente estranha e teriam elaborado maneiras de usá-las em seu proveito” (SLENES, 2011, p. 182).

Como resposta dos senhores contra essas insurgências, não pouparam medidas duras de contenção:

quando os negros fugidos juntaram-se aos índios para darem caça aos tranzeutes (sic!) da estrada de S. Paulo organizou-se em São Paulo um sindicato da morte, dirigido por Bartolomeu Bueno do Prado, que foi convocado oficialmente para o extermínio dos pretos do Triângulo Mineiro, quando cortaram as orelhas a 3.000 índios e pretos, levando-as de presente ao capitão-general de São Paulo (ARTIAGA *apud* SILVA, 1998, p. 157).

Mesmo sob constante ataque, como resultado desta resistência negra, Silva (1998), em seu estudo sobre os Quilombos do Brasil Central, identificou o Quilombo do Ambrósio, Grande ou Tengo-Tengo, no atual Triângulo Mineiro; o Quilombo do arraial de Três Barras e do Morro do São Gonçalo, próximos da capital, Vila Boa; os Quilombos do arraial de Tesouras; os Quilombos do Vale do Paranã, com aproximadamente 200 negros; o Quilombo do arraial de Jaraguá; o Quilombo do “Planalto Central”, no atual território de Brasília; o Quilombo do Pilar, ao norte, entre os morros do Pendura e do Moleque; o Quilombo do Muquém, também no norte da comarca do sul; o Quilombo do Papuão, na região de Muquém e Pilar; o Quilombo do “Acaba Vida”, no São José do Tocantins, na comarca do norte; os Quilombos de Corumbá de Goiás; o Quilombo do Mesquita, no sul, próximo de Santa Luzia; o Quilombo de Meia Ponte; o Quilombo de Santa Rita do Araguaia, no extremo sudoeste; e o Quilombo do Cedro, no sudoeste, atual município de Mineiros (ANEXO 5)¹³. Porém, como afirma o autor, não havia em Goiás um arraial sem a “sombra do seu quilombo” (SILVA, 1998, p. 299).

Além dos moradores dos Quilombos, em 1804, oficialmente, a comarca do Sul contava com 19.834 habitantes, onde 11.573 eram escravos, sendo 2.281 em Meia Ponte. Já em 1834, de uma população total de 12.348 habitantes, 8.065 eram escravos, possuindo Meia Ponte 1.800 destes (SALLES, 1992).

Com o crescente comércio de escravos africanos, a relação com os indígenas, que além de representar um grande entrave para os planos coloniais, passando a gerar conflitos cada vez mais violentos, tomou rumos controversos. Principalmente com o povo Kayapó que tradicionalmente ocupava todo território sul de Goiás e, sobretudo as áreas nas quais foram descobertas jazidas de diamante (SALLES, 1992).

Em resposta à invasão de suas terras, os Kayapó preparavam ataques aos moradores dos arraiais e queimavam suas lavouras, tendo, numa ocasião, atacado e matado o proprietário e seus escravos na região de Torres do rio Bonito (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998). Os Kayapó também promoviam investidas contra os viajantes e tropeiros nos caminhos que passavam por suas terras (CUNHA MATTOS, 1979).

¹³ ANEXO 5 - Mapa de localização dos principais Quilombos – século XVIII, Rocha (2001, p.46)

No Norte, os Akroá e Xacriabá também tentaram resistir em suas terras, e mesmo os Javae e os Karajá, considerados mansos, cansados das apropriações e desmandos do colonizador, se tornaram violentos (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; ATAÍDES, 1998).

Os colonos, sentindo-se acuados, além de se armarem, contratavam sertanistas experientes para revidar os ataques indígenas e exigiam providências dos governantes para medidas mais drásticas. Isso aconteceu, por exemplo, através das medidas tomadas por Dom Luiz de Assis Mascarenhas, governador da capitania de São Paulo, de 1739 a 1748. Dom Luiz, angariando recursos da população e do tesouro real, criou a Companhia de Soldados de Mato, designada a “desinfestar a região” (CHAIM, 1983, p.55), atribuindo, em 6 de janeiro de 1742, normas específicas, aos Capitães de Cavalos da Conquista do Kayapó, para passar

a espada sem distinção ou diferença alguma de sexo. Só não executando a dita pena de morte nos meninos ou meninas de dez anos para baixo porque estes os conduzirão a esta vila para deles o quinto de sua majestade e os mais se repartirem por quem tocar (ATAÍDES, 1998, p. 24).

Nesta tarefa, teve destaque a violenta campanha desenvolvida por Antônio Pires de Campos, que desde 1741 já era contratado - com seu exército formado por aproximadamente 500 índios Boróro, catequizados e escravizados como soldados - para lutar contra os indígenas de Goiás (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998).

Algumas mudanças só ocorreram a partir das políticas instituídas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, iniciadas com o reinado de Dom João I, em Portugal, de 1755 a 1777. Pombal, com uma nova política indigenista, tomou medidas para confirmar a proibição da caça aos índios, para a mão-de-obra escrava, instituída em 1702; e, entre outras coisas, expulsava as Missões religiosas catequizadoras; permitia a ocupação de cargos públicos pelos indígenas; incentivava os casamentos mistos; e oficializava a criação dos aldeamentos (ATAÍDES, 1998) (ANEXO 6)¹⁴.

Oficializar, pois, algumas tentativas de aldear os nativos já haviam sido produzidas entre os anos de 1741 a 1745, com as construções dos aldeamentos de rio das Pedras, Lanhoso, Piçarrão e Nova Beira e também os projetos jesuítas em Sant’ana do rio das Velhas, São Francisco Xavier do Duro e São José do Duro (ATAÍDES, 1998).

¹⁴ Mapa de localização dos Aldeamentos Oficiais da província no século XVIII, Rocha (2001, p. 33)

Sob as normas pombalinas foram construídos em Goiás cinco grandes aldeamentos. Os de Carretão ou Pedro III (1784); Salinas ou Boa Vista (1788); Estiva; o maior deles de São José de Mossâmedes (1774) que chegou a abrigar cerca de 8.000 índios dos povos Akoá, Xavante, Karajá, Javaé; e o Maria I (1781) onde, após diversas tentativas, foram abrigados os primeiros Kayapó, incluindo entre eles a índia Damiana da Cunha¹⁵, que foi criada no aldeamento até seu fechamento em 1813 e dali transferida juntamente com os outros Kayapó para São José de Mossâmedes, chegando a dirigir esse aldeamento até sua morte em 1831.

Criados para abrigar povos indígenas que passivamente optassem por abandonar a vida na aldeia, os aldeamentos, conforme Ataídes (1998, p.30), “nada mais eram que núcleos segregacionistas, objetivando aculturar o índio de forma a transformá-lo em elemento povoador e mão-de-obra para a capitania”. Neles, além da imposição da doutrina católica – agora instruída por leigos -, os indígenas sofreram uma verdadeira desagregação cultural, sendo obrigados a abdicar, mesmo que temporariamente, de suas línguas, costumes, crenças e a trabalhar nas lavouras e afazeres do aldeamento.

Saint-Hilaire (1975), ao observar o funcionamento e a divisão de tarefas nos aldeamentos, narra que dos sete dias da semana ao indígena eram dados dois dias para o cuidado com suas coisas e roças. Os outros cinco dias eram destinados ao cultivo das roças que abasteciam o aldeamento, cuja produção era repartida entre os moradores e soldados, e o excedente comercializado pela diretoria do aldeamento.

Após diversas tentativas, o projeto dos aldeamentos em Goiás foi sendo abandonado, pois com a insatisfação dos colonos com os gastos elevados e com as constantes rebeliões e fugas, ele teria falhado em sua função principal de pacificar os indígenas (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; ATAÍDES, 1998).

Em menores proporções, ainda no período do império, buscando a proteção das embarcações, na ocasião dos incentivos ao transporte fluvial, houve também a criação das reduções em aldeias na região Norte, entre 1824 e 1863, de Carolina, São Joaquim de Jamimbu, Pedro Afonso ou rio do Sono, Teresa Cristina ou Piabanha e São José do Araguaia (ATAÍDES, 1998).

¹⁵ Ver mais sobre a trajetória de Damiana da Cunha em Ataídes (1998, p. 81-85)

Especificamente em 1832, o Conselho Geral da Província instituiu um documento¹⁶ normativo de ações contra os povos nativos, aplicando, entre outros, o método de “tirar as crianças indígenas dos pais e educá-las nas povoações, desferrando-os dos prejuízos e hábitos dos seus progenitores” (ATAÍDES, 1998, p. 47). Ação que em muito explica o fato registrado na memória goiana de que, num processo de pertencimento numa ascendência indígena, seus antepassados teriam sido pegos no laço.

1.4 NOVOS RUMOS

Após algumas décadas de ostensiva mineração dos veios auríferos, a atividade foi perdendo força, iniciando-se um declínio progressivo da produção em Goiás. Este fato foi divulgado pelo seu primeiro governador Conde dos Arcos, em 1749, ao relatar suas impressões sobre a recém-criada Capitania (COELHO, 1997). Embora tendo sido registrados novos veios nos rios Claro e Pilões, o Estado passaria por um momento de depressão econômica e uma migração nas últimas décadas do século XVIII.

Este talvez fosse um processo natural, devido à natureza da economia aurífera considerada nômade e cercada de violência. Salles (1992, p.80), ao descrever o ambiente das minas, no século XVIII, como “um formigueiro em ação onde o entusiasmo mesclava-se à ganância, sendo notório que os associados de posse se uniam em pequenos agrupamentos que se faziam e desfaziam ao sabor da sorte e da aventura”, parece descrever todo o quadro do garimpo de Serra Pelada¹⁷, no Pará, nos anos 80 do século XX.

Toda essa dificuldade, enfrentada não só em Goiás e nos demais centros mineradores, mas em toda colônia, foi agravada pelo que Salles (1992) aponta como esgotamento do sistema colonial português, que, resistente às mudanças econômicas da industrialização europeia, se vê num processo que a autora chama de “apatia” em relação ao Brasil. Esse sistema colonial, como argumenta Silva (2004), dividiria as conquistas portuguesas em duas vertentes, as Colônias de

¹⁶ Para conhecimento dos 24 artigos do Documento ver Ataídes (1998, p. 48 e 49)

¹⁷ Ver mais informações sobre o garimpo de Serra Pelada em Kotscho (1984)

povoamento e as Colônias de exploração, como a do Brasil, justificando os investimentos esparsos no país.

Diante do esgotamento dos veios auríferos existentes, da falta de novas descobertas, dos gastos onerosos com os conflitos indígenas e os aldeamentos e diante do desprezo da Metrópole para a possibilidade de novas opções econômicas, Goiás teria despertado lentamente para a vida agropastoril, que antes exibiria um foco apenas no consumo, agora seria direcionado para a revenda no comércio (SALLES, 1992).

Seguindo o processo de conformação econômica, vários núcleos urbanos sobreviveram adaptando-se às novas condições e promovendo uma mudança da economia mineradora para a economia agropecuária. Na zona rural, a agropecuária, até então incipiente e de subsistência, praticada contra as ordens da Coroa, se desenvolveu fazendo surgir diversas fazendas e engenhos, gerando novas perspectivas para a população goiana e seus povoados (CHAUL, 1997).

Goiás passa a produzir diversos artigos para o consumo interno e principalmente para exportação, fornecendo, entre outros produtos: gado para a Bahia; couro para o Rio de Janeiro e Pará; açúcar para Cuiabá; e fumo e porco para Minas Gerais (CASTELNAU *apud* SILVA, 2004).

Devido às dificuldades de escoamento desta produção gerada – observada até hoje –, o transporte fluvial, apesar de difícil, devido a corredeiras e cachoeiras e da proibição por certo período, passou por diversas fases de incentivo a partir de 1791.

Na tentativa de buscar opções de mercado consumidor além de São Paulo, foram despachadas mercadorias partindo de Vila Boa pelo rio Vermelho até o rio Araguaia e dali para o Pará. Apesar daquele percurso, chegar a levar em média seis meses para o retorno, sendo consumido parte dos lucros e resultando em desvantagem comercial, o transporte fluvial representou um recurso importante para a economia goiana, no final do século XVIII e início do XIX (SALLES, 1992).

Com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, vieram também a abertura do território brasileiro para estudiosos de outras nações. Estes estudiosos naturalistas esmiuçaram a paisagem socioeconômica da Província de Goiás do século XIX, não deixando de “oferecer a visão de uma determinada sociedade sob a lógica, o rigor próprio e os conceitos definidos da sociedade europeia” (DOLES e NUNES, 1992, p.83).

Concordo com Chaul (1997, p. 35) quando diz que aquelas visões fruto de “olhares repletos de progressos europeus” não teriam observado positivamente a mudança da economia mineradora para a economia agropecuária, julgada como atraso e retrocesso no caminho do progresso. Fato que contribuiu, no meu entender, para a distorção do quadro do que veio a se tornar a sociedade goiana, após o final da economia da mineração, construído diante da imagem de desolamento, penúria e abandono descrita por aqueles viajantes¹⁸.

Com os interesses agora voltados para agropecuária, Goiás buscou, a partir do final do século XVIII, mas principalmente no início do século XIX, maneiras de se organizar para a nova economia. Essa organização passaria não só pelas formas de tributação dos produtos e nas formas de escoamento da produção, mas também na abertura de novas áreas para cultivo e pecuária.

Seguindo as normas da Metrópole, as terras eram dadas pela Coroa, em regime de concessão da Lei de Sesmarias (Portugal, 1532) ao interessado que possuísse recursos e escravos para o empreendimento proposto na área num prazo de seis anos (SILVA, 2004). Juntamente com essa lei, outras medidas de incentivos internos tentaram fixar o produtor ao campo em detrimento da mineração. Como a portaria, oficializada em 1808, por Fernando Delgado Freitas Castilho, então Capitão-general de Goiás, proibindo que agricultores já instalados e produzindo em suas terras, migrassem para as novas minas descobertas em Anicuns (SALLES, 1992). Essa portaria se juntava a outras leis restritivas de migração, em vigor desde 1709, e de 1737, quando o Conselho Ultramarino chegou a ordenar ao governo do Maranhão que não ultrapassasse seus limites, quando da descoberta de novos veios auríferos em Goiás (CHAIM, 1983).

A partir daí, Goiás apresenta índices de desenvolvimento, mesmo passando por momentos desfavoráveis com períodos de chuva e grandes secas registradas 1819; os gastos com militares em constante companhia contra os indígenas; os prejuízos com a extração de diamante; a baixa na arrecadação, devido a um período de negligência fiscal, sonegação e contrabando de mercadorias; e pelo empecilho da distância dos grandes centros comerciais, onde em 1804 chegava-se a pagar 60% mais caro, por mercadorias vindas dos portos do Rio de Janeiro, e 80% a mais por mercadorias vindas dos portos da Bahia (SALLES, 1992).

¹⁸ Ver mais informações sobre o tema da decadência econômica em Goiás em Palacín *et al.*(1995).

Com o período de estabilidade, entre 1812 e 1824, iniciados no governo de Dom João Manuel Meneses, ao apresentar um saldo positivo e um equilíbrio nas contas públicas a partir de 1805, o índice populacional sai da conjuntura decrescente e passa por um novo momento de crescimento, com famílias se deslocando principalmente de Minas Gerais em busca de terras férteis. Como consequência direta, surgem os núcleos urbanos do sudoeste goiano de Rio Verde, Jataí, Mineiros entre outros. Na região Norte do estado, os imigrantes teriam saído da Bahia, Maranhão, Piauí e Pará para se fixarem ao longo dos rios Tocantins e Araguaia (SALLES,1981; SALLES,1992).

Entre 1822 e 1850, o Brasil enfrenta o problema da vacância da legislação fundiária. Pois, com a independência de Portugal, a Lei de Sesmarias, existente até então é revogada e não são criadas novas para substituí-la. Neste período houve um aumento significativo de posseiros de grandes áreas, criando reservas de terras para especulação comercial ou para serem deixadas por herança (SILVA, 2004).

Essas posses, legitimadas pela Lei da Boa Razão de 1769, davam ao ocupante da terra o direito ao registro da propriedade ao cumprir os requisitos de racionalidade, cultivo e antiguidade. Pontos subjetivos preenchidos sem nenhum obstáculo pelos posseiros (SILVA, 2004). Situação que gerava um clima de violências não só com a tomada de terra dos pequenos posseiros, mas também com os povos indígenas, que seguiam resistindo ao avanço do colonizador sobre suas terras, agora não para a exploração do ouro, mas para os projetos agropastoris (SILVA, 2004).

Com a Lei de Terras nº 601, de 1851, as posses das grandes propriedades foram legitimadas sem controle e medição, ou com medições subjetivas como encher o cachimbo de fumo, acender, montar em um cavalo e sair para a medição, “quando o cachimbo apagava, acabando o fumo, marcava uma légua” (SILVA *apud* SILVA, 2004, p. 68).

As grandes fortunas começam a se formar advindas dos engenhos, das criações de gado e das lavouras. E com ela a desigualdade. O naturalista Pohl (1976), através de suas observações, conclui que em Goiás haveria um rico para cada cinquenta habitantes pobres. Conforme Silva (2004), o pequeno produtor, com o tempo, era minoria, passando a morar de favor, de agregado dos grandes produtores, produzindo para subsistência.

Contrariando as desanimadoras expectativas, a partir do início do século XIX, apesar de alguns investimentos em novas minas como em Anicuns, das normas modernizadoras que chegariam junto com a corte de D. João, em 1808, e com as dificuldades enfrentadas com o clima e o transporte, a economia goiana vislumbrava cada vez mais o potencial agropecuário das terras férteis do cerrado. Direção que salienta a importância do papel embrião de uma forma de tradição local para a produção agropastoril que, apesar das tentativas modernizadoras, recai sobre o povo goiano.

1.5 MEIA PONTE, UM CASO À PARTE

No contexto dos arraiais da comarca do Sul, destacamos o arraial de Meia Ponte, não só pela presença do sítio Maria Mendes em seu território no início do século XIX, mas principalmente por sua trajetória histórica. Trajetória, desde o início, influenciada pelos conflitos entre os nativos paulistas que contrapunham às posses de minas auríferas, dadas aos forasteiros portugueses (denominados Emboabas); e aos brasileiros do norte (os baianos). Conflito que culminou na Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1710, dentro do território da então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro¹⁹. Os paulistas, saindo perdedores nessa guerra, continuaram submissos às normas e controle português, sujeitando a eles tanto os empreendimentos existentes quanto suas futuras conquistas e descobertas (LIMA FILHO, 2006).

Meia Ponte nasce herdeira dessa discórdia entre paulistas e portugueses, quando o paulista Bartolomeu Bueno Filho comunica ao português Conde de Sarzedas, então governador, a descoberta de ouro nas Minas dos Goyazes. O Conde de imediato solicita a marcação das terras e registro das minas do rio Almas para os portugueses. Naquelas terras seriam abertas, por Manoel Rodrigues Tomar, em 1727, as minas de Nossa Senhora de Meia Ponte, e com elas as primeiras moradias e as ruas das Bestas e mais tarde a rua Direita (CARVALHO, 2001), do arraial.

Em troca, Bueno Filho pede a concessão das passagens sobre os grandes rios da província, pelas próximas três gerações (CARVALHO, 2001). Fato observado

¹⁹ Capitania dividida em 1720, separada em São Paulo e Minas Gerais (LIMA FILHO, 2006)

por Cunha Mattos (1979) que, em uma de suas viagens por Goiás, foi transportado de canoa pelo bisneto de Bueno Filho, quando de sua travessia pelo rio Corumbá. Conforme relatado pelo autor, após a partida de seu pai Bartolomeu Bueno Leme da Câmara para São Paulo, o rapaz morava juntamente com sua mãe e duas irmãs, nas proximidades do rio, nas terras da herança do segundo Anhanguera.

Como consequência, o arraial de Meia Ponte, como já citado, exercia uma administração quase paralela aos comandos de Vila Boa, posicionando-se como principal rival de Bueno no território goiano (CHAIM, 1983), principalmente após o arraial ter sido cogitado, pelo Conde de Sarzedas, no início do processo de criação da província de Goiás, como sede da capitania e ver seus planos frustrados, em 1749, com a confirmação de Vila Boa (JAYME, 1971; CARVALHO, 2001).

Fundado oficialmente em 7 de outubro de 1727, passou a ser Distrito em 1732 e a arraial, em 1736, constituída como sede e paróquia do Julgado de Meia Ponte, possuindo uma considerável extensão de terra de aproximadamente 165 Km da nascente ao poente e 231 Km de norte a sul, totalizando 38.115 Km². Posteriormente, em 1832, foi elevada a Vila, em 1853, a cidade de Meia Ponte e em 1890 passa a se chamar Pirenópolis (JAYME, 1971; COSTA, 1978).

Sua sede encontrava-se estrategicamente localizada no entroncamento dos caminhos oficiais que passavam por Goiás, justamente na interseção da estrada São Paulo-Goiás e mais tarde também Nordeste-Cuiabá. De Meia Ponte poder-se-ia seguir para os vizinhos arraiais de Vila Boa, Santa Luzia e Corumbá - com a qual era ligada por calçamento de pedras - ou passar além, seguindo para as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão e Bahia (CUNHA MATTOS, 1979; COELHO, 1997; CARVALHO, 2001).

Com essa posição estratégica, o arraial funcionava como um entreposto comercial e como um centro de distribuição dos negros para as minas de Goiás e Cuiabá, e posteriormente para a lavoura (CUNHA MATTOS, 1979; SALLES, 1992). De acordo com estes autores, no início do século XIX, Sant-Hilaire (1975) relatou a presença de 2.282 escravos nas fazendas e engenhos de Meia Ponte, apontando sua importância como um respeitável centro agricultor.

Neste destaca-se o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que possuía diversas propriedades rurais, como a Fazenda Pinheiro, onde exercia atividades de garimpo, agricultura e produção de cerâmica construtiva (CUNHA MATTOS, 1836; CARVALHO, 2001); e o Engenho São Joaquim, referência de modernidade na

produção de açúcar e nos modos de tratamento dos seus escravos²⁰. O comendador também possuía algumas residências e casa de comércio na cidade e foi responsável pela publicação, entre 1830 e 1834, do jornal *Matutina Meiapontense* (JAYME, 1971; CARVALHO, 2001; SOUZA, 2007).

Conforme observado por Cunha Mattos (1979), o arraial também possuía pequenas fábricas onde eram produzidos bens manufaturados que eram comercializados em toda a Província. Entre estes produtos, Oliveira (2005) aponta as redes, coxonilho, mantas, cobertores de algodão, cordas de pita, bengalas, cigarros, viola, violão, chapéu de buriti e de taquara, citados no Correio Oficial nº 181-183. A autora também ressalta que entre esses itens os gêneros importados aqueciam as transações comerciais de Meia Ponte, principalmente com artigos ingleses e franceses. Destaque-se nesse período o afrancesamento da cidade, onde além dos bons costumes e da moda, a língua francesa foi amplamente difundida, através de aulas, anúncios comerciais, jornais, livros e conversas (OLIVEIRA, 2005).

Com o passar do século, Meia Ponte foi cedendo territórios para criação de outros municípios, entre eles Jaraguá (1833), Corumbá de Goiás (1849) e Anápolis (1887), perdendo, principalmente para a vizinha Anápolis, muitos de seus moradores em busca de novas possibilidades econômicas (JAYME, 1971; OLIVEIRA, 2005).

Foi sedimentado por entre esse contexto criado pela convivência entre indígenas de diferentes grupos; africanos de diversas nações; e colonos paulistas e portugueses que foi encontrado o sítio Maria Mendes, em 2002. E foi deste sedimento contextual que foi exumada toda sua coleção de vestígios arqueológicos. E é através destes vestígios que tentaremos entender as relações dos ocupantes do sítio com a cerâmica lá encontrada, bem como o processo de ressignificação cultural lá observado.

²⁰ Sobre o assunto ver mais nos relatos de Sant-Hilare (1975) e artigo de Souza (2007)

2 MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SUA IDENTIFICAÇÃO

É ilusório querer restituir, com base apenas nos fatos materiais, a totalidade de aspectos do passado.
Alain Gally

Mesmo que a identificação contextual histórica apresentada oriente nossos resultados, analisar vestígios de um sítio arqueológico sem sua identificação ocupacional é um desafio. Como foi mencionado, o histórico de ocupação do sítio Maria Mendes, até o momento, não apresentou resultados satisfatórios. Insuficientes são as buscas em referências como o Cartório de Pirenópolis, o Fórum da Comarca de Pirenópolis, o Museu da Família Pompeu, a Biblioteca Municipal de Pirenópolis, o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, o Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás, entre outros locais indicados para a investigação em documentos, bibliografias, mapas etc. Esforços que se mostraram enriquecedores, porém frustrantes.

Diante disso, a busca se dará em 'ouvir' ou 'ler' esses vestígios, tentando entender os sinais que persistiram, ou não, ao tempo. Para tanto, é necessário entrecruzar os dados apresentados não só pela historiografia ou pela coleção arqueológica, mas também pela documentação do sítio e pelo contexto deposicional do qual a coleção foi exumada.

2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO

O sítio arqueológico histórico Maria Mendes faz parte dos resultados das pesquisas do Projeto de levantamento, monitoramento e resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás, firmado pela Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (VALEC) com a Fundação Aroeira. Esse projeto foi desenvolvido por pesquisadores do IGPA, da PUC Goiás, entre os anos de 2002 a 2004. A pesquisa objetivava o estudo patrimonial arqueológico, no subtrecho 1 do traçado da ferrovia, localizado

entre as cidades de Anápolis e Rianópolis (Km 0 ao Km 53), no estado de Goiás (MELLO, 2004) (IMAGEM 4).

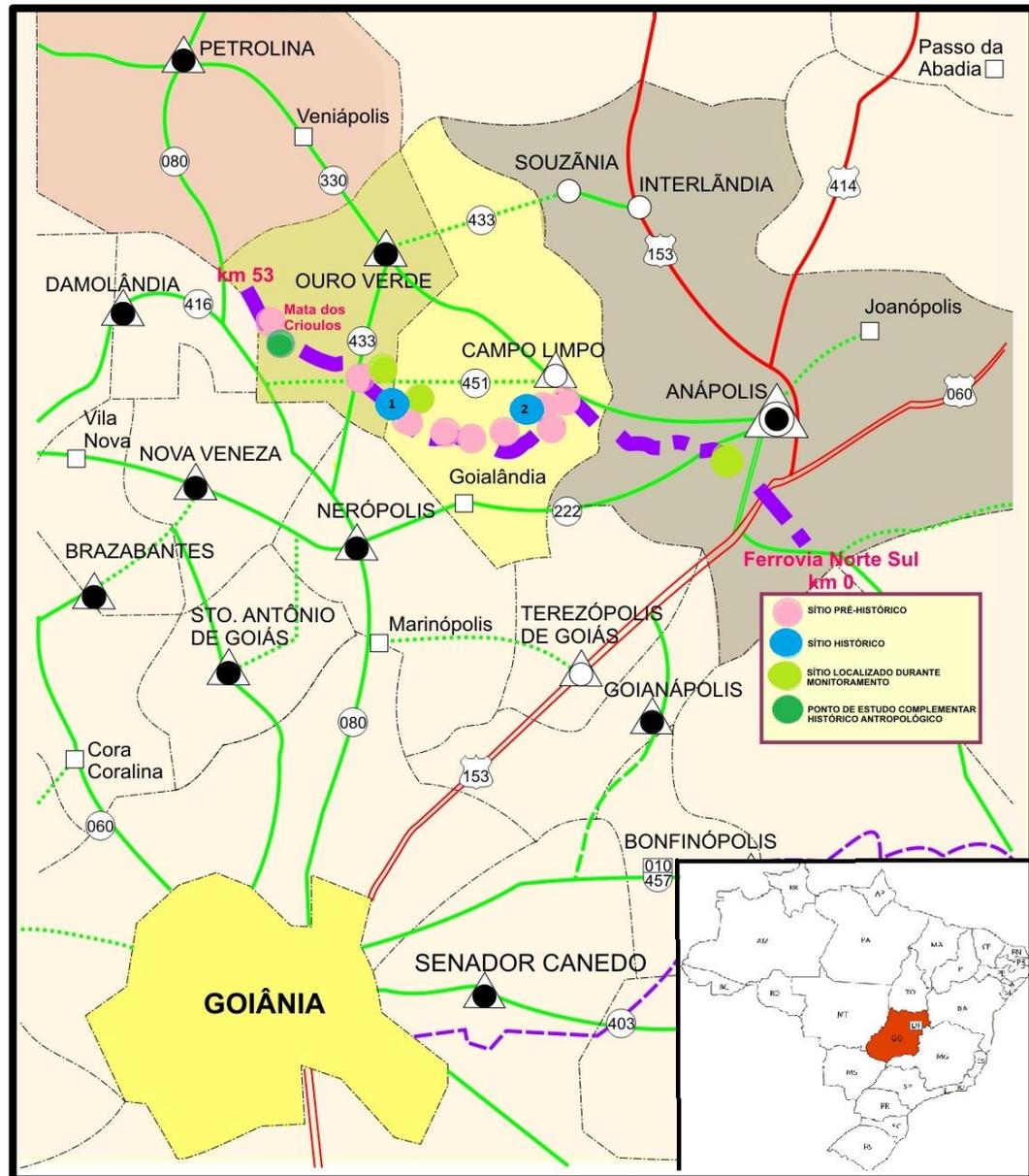


IMAGEM 4

Mapa de Localização do Subtrecho 1 – Ferrovia Norte Sul
Traçado Lilás entre as cidades de Anápolis e Rianópolis (Km 0 ao Km 53), Circulo Azul nº 2 Sítio Histórico Maria Mendes

Fonte: MELLO, 2004, p. 11 (as modificações indicativas são minhas)

O sítio encontra-se dentro dos limites do município de Campo Limpo de Goiás e sua área pertence à senhora Tereza Nahao Rosa de Oliveira, que preservava, até 2002, a antiga casa sede da Fazenda Conceição, com aproximadamente 400 alqueires. Esta fazenda foi dividida, em 1976, entre os

herdeiros do antigo proprietário, pai da senhora Maria Mendes Ribeiro, que empresta o nome ao sítio arqueológico. Na ocasião dos trabalhos, realizados pelo Projeto da FNS, a senhora Maria Mendes também residia em uma casa próxima à antiga sede, em terras herdadas do pai (MORAIS *et al.*, 2002).

Sobre a caracterização da área, Viana (2004) concluiu que geologicamente a área é formada por coberturas Detrito-Lateríticas Quaternárias (Pleistocênicas) e Terciárias, de composição variada, depositadas sobre rochas, granito-gnáissicas e migmatíticas, com predominância às pertencentes ao Complexo Granulítico Anápolis-Itauçu, de idade Arqueana. Situa-se no domínio da subunidade morfoestrutural Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba, com formas convexas e tabulares amplas, espaçadas por drenagens pouco aprofundadas e interflúvios extensos e alguns vales de fundo plano, com cotas variando de 750 a 1000 metros. A pedologia da região é constituída de Latossolo, vermelho-escuro, distrófico e de Podzólico, vermelho-amarelo, eutrófico, apresentando boas propriedades físicas. A vegetação é composta por Tensão Ecológica, tendo como matriz de formação a ocorrência de Floresta Estacional Semidecidual, com interferências antrópicas para formação de pastagens e culturas cíclicas. A hidrografia é caracterizada por rios, córregos de pequeno porte, e alguns intermitentes ou de médio porte, como o ribeirão João Leite que margeia o sítio onde foi registrada a presença de “espessos pacotes de argila primária de coloração clara [que] poderiam ter sido utilizados como fontes de matéria prima para a confecção de artefatos cerâmicos” (VIANA, 2004, p.17).

Em visita ao sítio, observa-se que está implantado numa média vertente de inclinação suave em direção à margem direita do vale do ribeirão João Leite, e recebe, naquele ponto, um córrego e pequenas drenagens, sendo uma delas desviada para abastecer uma pocilga localizada a cerca de 800 metros do local escavado. Atualmente sobre o sítio ocorre, sazonalmente, o cultivo de milho em rotatividade com outras culturas.

Ao observar mapas e relatos dos viajantes que passaram por Goiás, em meados do século XIX, nenhuma destas fontes aponta para uma identificação do local do sítio Maria Mendes. Apesar disso, nesses relatos, algumas citações aproximam-se do local, pois delineiam as imediações dos caminhos entre o arraial de Antas e Meia Ponte, oferecendo uma ideia das feições do Cerrado goiano, na região do sítio.

Os principais relatos descrevem a diversidade da formação do relevo e da vegetação, onde, durante o trajeto, “as terras, até então montanhosas, se tornam suavemente onduladas, pastos e capoeiras pontilhadas de árvores enfezadas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 100) e por uma floresta extensa de mata virgem cheia de cipós. Os animais – macacos, tamanduás e antas - eram encontrados em abundância, principalmente na beira dos rios e córregos (LEAL, 1980, p. 53) e o clima apresentava um calor escaldante durante o dia e um frio perturbador durante a noite (POHL, 1976).

2.2 ETAPAS DOS TRABALHOS DE CAMPO²¹

Como parte dos métodos do Projeto para chegar aos sítios, foram realizadas três etapas durante os trabalhos de campo, constituídas primeiramente pelo levantamento para localização dos sítios no percurso da área impactada; posteriormente foi realizada a etapa de resgate destes sítios localizados e, por fim, a etapa de monitoramento. Esta última acompanha o início dos trabalhos de construção do projeto, complementando as informações das etapas anteriores.

Durante a etapa de levantamento, em 2002, foram aplicados dois métodos para efetuar a identificação dos sítios no traçado da ferrovia. O método foi assistemático, realizando entrevistas com os moradores, vistoria de superfície e pesquisas bibliográficas com base documental, em prefeituras e outros projetos ambientais e no cadastro de sítios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este foi adicionado ao método sistemático com caminhamento e intervenções, por tradagens²² em espaços de 20 em 20 metros, em todo trecho do projeto, procedendo investigação, por vistoria do sedimento, em busca de vestígios arqueológicos.

Tais métodos permitiram a localização de treze sítios. Destes, onze são sítios pré-históricos, sendo oito localizados na etapa de levantamento e três na de monitoramento (MELLO *et al.*, 2004). Os outros dois são sítios históricos: o sítio Cruzeiro²³, e o sítio Maria Mendes (IMAGEM 5), que está localizado nas

²¹ Todos os dados, fotografias e croquis dos Sítios Históricos foram retirados de Costa e Symanski (2004)

²² Perfurações no solo realizadas com ferramenta denominada de cavadeira boca-de-lobo

²³ Localizado na margem esquerda do córrego Borboleta, nas coordenadas UTM 22K –

coordenadas UTM 22K 702790/8194686, a cerca de 500 metros da margem esquerda do ribeirão João Leite.

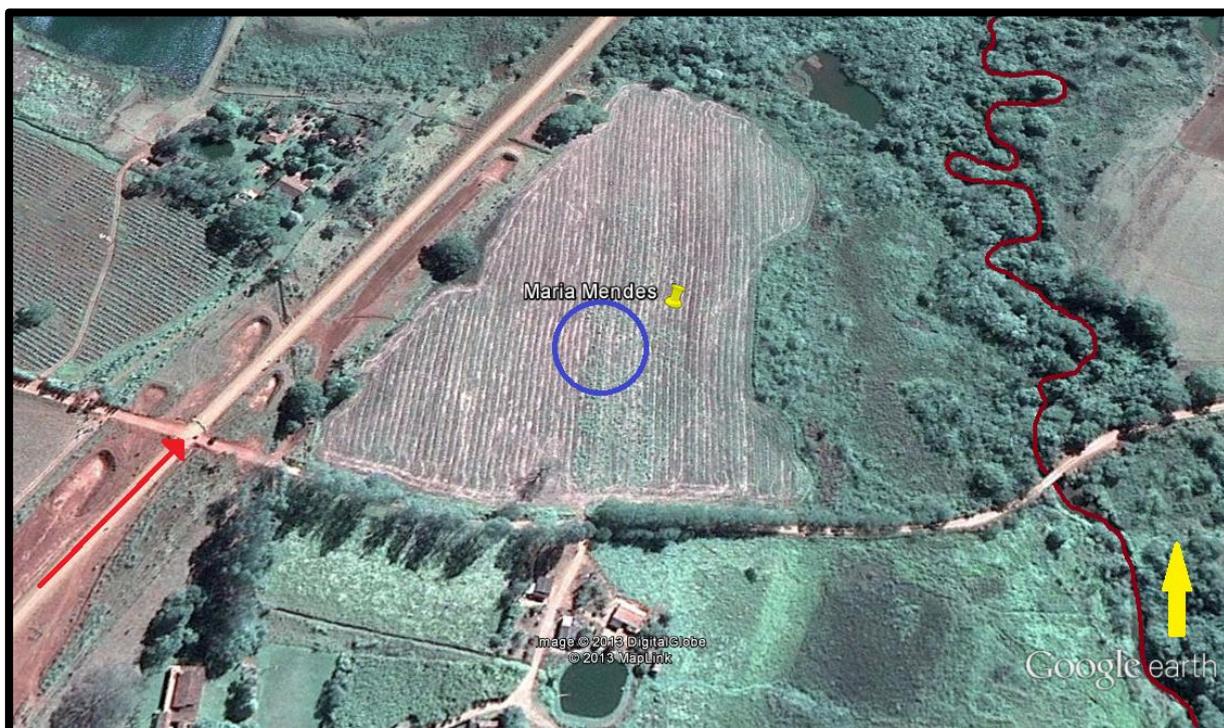


IMAGEM 5

Vista do Sítio Arqueológico Maria Mendes

Círculo azul: área da escavação; Linha sinuosa grená: Ribeirão João Leite; Seta vermelha: eixo da Ferrovia; Seta amarela: indicação Norte

Fonte: GOOGLE EARTH (as modificações indicativas são minhas).

Os trabalhos da etapa de resgate no sítio Maria Mendes foram realizados entre 26 de março e 3 de abril de 2002, quando foram adotados os seguintes procedimentos:

Primeiramente, tomando por base o ponto-zero²⁴, a área foi setorizada a partir da abertura de sete linhas, com oito sondagens de 50cm x 50cm em cada, em intervalos regulares de 10 metros, num total de 56 sondagens (IMAGEM 6), com profundidade variando entre 20cm e 40cm. Posteriormente foi realizada a ampliação de uma área total de 33m² (IMAGEM 7), a partir da coordenada numérica 5.4 SE, onde foi verificado uma concentração de material no procedimento de setorização.

692909/8195406; é constituído por uma unidade de habitação, datada do início do século XX, que abrigou agregados da fazenda Borboleta; não será incluído no âmbito deste trabalho.

²⁴ Como referência para o ponto-zero toma-se a coordenada UTM registrada durante o Levantamento.

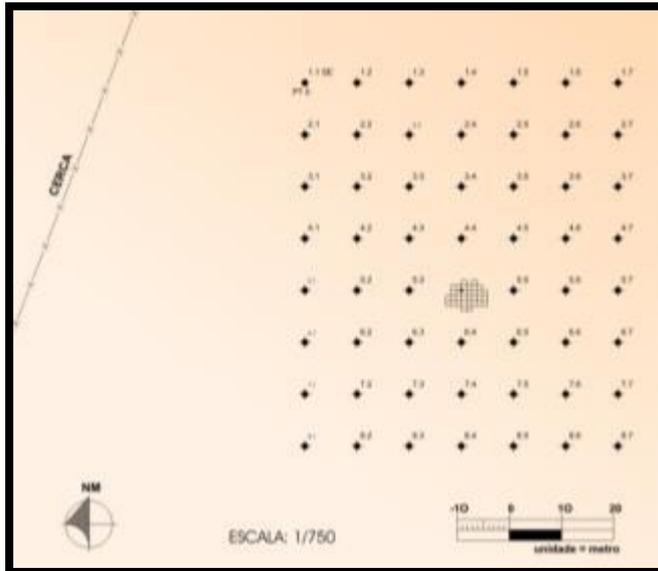


IMAGEM 6
Croqui das Linhas de setorização
Centro: Coordenada 5.4 ampliada
Fonte: Costa e Symanski (2004, p.182)



IMAGEM 7
Área ampliada do sítio Maria Mendes
Vista do Leste para Oeste
Fonte: Costa e Symanski (2004, p.184)

A área ampliada, classificada como refugio de natureza doméstica, apresentou a seguinte estratigrafia (IMAGENS 8-9):

- Camada 0 – Espessura entre 10 a 15 centímetros; sedimento castanho; perturbado pela ação de arado; coletados materiais fragmentados.

- Camada I – Denominada de Mancha Preta – Espessura entre 30 e 40 centímetros; sedimento preto, húmico; coletado uma grande quantidade de materiais, em sua maioria cerâmica de dimensões maiores permitindo algumas reconstituições.

■ Camada II – Espessura média de 30 centímetros; sedimento vermelho argiloso; apresentava materiais apenas nos setores onde se misturava com a camada I. No setor nordeste, foram evidenciados alguns buracos circulares com diâmetro entre 10 e 30 centímetros, preenchidos com sedimentos da camada I e fragmentos cerâmicos de grandes dimensões. No setor oeste, foi evidenciado um esteio de aroeira abaixo do qual se verificou uma concavidade escavada na camada II, que foi denominado como camada III

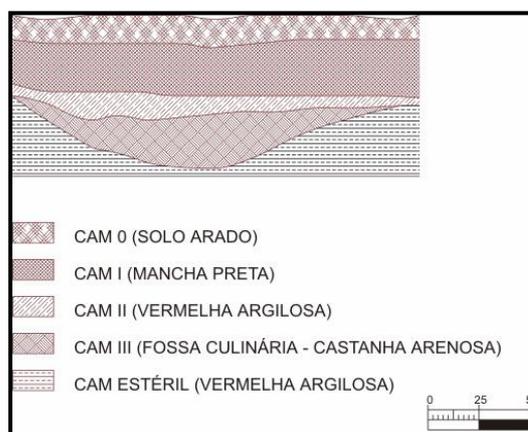
■ Camada III – Denominado de Fossa Culinária – Espessura máxima de 30 centímetros, a partir do final da camada II e de aproximadamente 4m²; sedimento castanho arenoso e seixos de diversos tamanhos; coletados materiais cerâmicos, itens de metal, louça, vidro e ossos.

■ Camada IV – considerada estéril.



IMAGEM 9
Croqui do perfil estratigráfico
Apresentando a concavidade escavada na camada II.
Fonte: Costa e Symanski (2004, p.188)

IMAGEM 8
Perfil estratigráfico
Apresentando a camada III em sua porção inferior.
Fonte: Costa e Symanski (2004, p.188)



Os objetos resgatados desta etapa totalizam uma amostra de 8.319 itens entre louça, vidro, metal, osso e cerâmica que foram levados para o Laboratório de Arqueologia do IGPA/PUC Goiás (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantitativo da coleção arqueológica do sítio

C A M A D A I	Louça	Faiança fina branca	78
		Faiança fina decorada	43
		Faiança portuguesa	3
		Outros tipos	1
	Vidro		48
	Metal		20
	Osso		59
Cerâmica		6359	
C A M A D A III	Louça	Faiança fina branca	76
		Faiança fina decorada	6
	Vidro		48
	Metal		28
	Osso		11
	Cerâmica		1539

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados de Costa e Symanski (2004, p.175)

Atendendo aos métodos propostos pelos objetivos do Projeto da Ferrovia Norte Sul, foram analisadas as bordas da coleção cerâmica e demais categorias de vestígios e seus dados estão publicados no relatório final do Projeto da Ferrovia Norte Sul, no capítulo 'Os Sítios Históricos' de Costa e Symanski (2004). Os ossos e dentes de animais que compõem a coleção foram exumados, higienizados e analisados por Nóbrega (2009), apenas quanto ao possível uso, e foram classificados como ossos de animais. Em um deles (IMAGEM 10) foram identificadas marcas de corte, sugestivas de descarnamento para alimentação. No entanto, até o momento, não foram realizadas suas classificações taxonômicas.



IMAGEM 10
 Detalhe diáfise - osso longo
 Marcas de corte
 Fonte: NÓBREGA (2009, p.73)

Como base para este trabalho, será utilizada principalmente a análise da coleção cerâmica do sítio Maria Mendes, mas as outras categorias de vestígios

serão aqui pontuadas. O objetivo é que ao entrecruzar os dados dessas categorias elas possam indicar sua possível utilização, pois fazem parte do conjunto de objetos descartados no sítio. Desta forma, também podem exemplificar como as perturbações deposicionais exerceram influência sobre todos os vestígios do contexto arqueológico.

2.3 UMA PROPOSTA DE DATAÇÃO

Para a datação de um sítio arqueológico histórico, são utilizados diversos recursos. Por se tratar de uma categoria de sítio, no qual se preconiza a presença da escrita, a fonte documental é uma importante ferramenta para uma datação. Contudo, há que se considerar também que

“o arqueólogo que depende exclusivamente da documentação para interpretar o sítio escavado deve sempre temer que um novo documento seja descoberto para refutar a interpretação, já que sua leitura foi ancorada em um documento particular” (SOUTH, 2007, p. 137).

Pontuar uma datação de sítio histórico em métodos absolutos, como o Radiocarbono 14, por exemplo, a meu ver, é uma tarefa complicada devido à margem de calibragem entre data máxima e mínima que, por vezes, abrange diversas gerações, não contribuindo em respostas para questões importantes.

Buscando soluções para esses e outros problemas, foram criados métodos que levam em consideração a observação de padrões intra e intersítios. Estes métodos analisam informações como estruturas, padrão de assentamento e composição dos depósitos arqueológicos. Destes métodos, o mais utilizado, nas pesquisas da Arqueologia Histórica, é a fórmula de datação de cerâmica/louça baseada na frequência e na variação desse tipo de vestígios, quando presentes em um sítio (SOUTH, 2007).

Denominada de Fórmula South, em referência a Stanley South que a desenvolveu em 1972, esse método baseia-se na comparação da permanência e do uso destas categorias através do tempo. Para tanto se utiliza de dados quantitativos, pontuados nas datas médias entre o início e o final do período de fabricação de cada tipo de louça da amostra recuperada, e sua frequência no depósito (SOUTH, 2007; LIMA *et al.*, 1989).

Essa fórmula foi o método utilizado para a datação dos sítios históricos do projeto da ferrovia. Os resultados obtidos propõem duas datas para a ocupação do Sítio Maria Mendes. Uma, como resultado do depósito na Camada III, 'Fossa culinária', de 1823.12, nas primeiras décadas do século XIX, e a outra como resultado deposicional na Camada I, 'Mancha preta', de 1.833, entre o segundo e o terceiro quartel do século XIX (COSTA e SYMANSKI, 2004).

Entretanto, tomando por base a proposta metodológica de intercruzamento de dados, foram observados alguns indícios, durante o trajeto de análise, que indicam uma perturbação nas camadas escavadas. Estas perturbações podem ter interferido no resultado final da datação do sítio.

Entre esses indícios está a composição sedimentar da camada III denominada de 'Fossa culinária'. Esta composição é formada por "grande quantidade de seixos pequenos, médios e grandes misturados com o sedimento castanho arenoso" (COSTA e SYMANSKI, 2004, p.188), e uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos que apresentam feições de seixo, ou seja, arredondados e erodidos pela ação da água (IMAGEM 11).



IMAGEM 11
Fragmentos cerâmicos da camada III
Apresentando feições de seixo rolado
Fonte: Nóbrega (2009, p. 65)

Apesar da baixa declividade do terreno, da distância do ribeirão João Leite e da falta de um leito fluvial que justifique tal ação sobre a cerâmica naquele ponto, ela pode ser explicada quando se observa, ainda hoje, o uso de bicames e calhas para

desvio de pequenas drenagens. Este fato foi observado tanto durante os trabalhos do projeto em 2002, quando foi documentada a presença de “estruturas domésticas e de produção como cursos d’água desviados, represas, jiraus e pomares” (MORAIS *et al.*, 2004) (IMAGEM 12), quanto na visita técnica de 2008, quando foi observada a drenagem fluvial para a pocilga informada acima.



IMAGEM 12
Parte do conjunto da antiga sede da fazenda
Bicame e represa próximos ao sítio
Fonte: MORAIS *et al.* (2004, p.289)

Outro indício de perturbação na estratigrafia são as remontagens entre fragmentos de camadas distintas.

Na etapa laboratorial do Projeto da Ferrovia, como método do processo de curadoria dos materiais da coleção do sítio, a numeração dos fragmentos cerâmicos das camadas ficou assim distribuída: Camada I – numeração entre 514 a 6652; e Camada III – numeração entre 6653 a 8180.

Durante a análise para esse trabalho, foi observada a ocorrência de nove remontagens entre fragmentos cerâmicos da Camada I com fragmentos da Camada III (IMAGEM 13). Essas remontagens, além de evidenciarem a dinâmica vertical da área, também possibilitaram examinar a dinâmica horizontal. Nesse exame - tomando por base a setorização alfanumérica das 33 sondagens da ampliação - houve a constatação de fragmentos remontados que foram exumados distantes um do outro.

Como exemplo, mencionamos os fragmentos das Imagens 12b e 12f, cuja Peça nº 1552 da Camada I foi retirada entre 10 a 30cm na sondagem 5.4 SE 3d e remonta com a Peça nº 7995 da Camada III que foi retirada entre 45 e 70cm na sondagem 5.3 SE (distante seis metros); observam-se também os fragmentos das Imagens 12c e 12g cuja Peça nº 3477, da Camada I, foi retirada entre 10 a 40cm na sondagem 4.3 SE 10i, remonta com a Peça nº 6975, da Camada III, que foi retirada também entre 45 e 70cm na sondagem 5.3 SE (distante quatro metros).

O remonte entre as Peça nº 3477 e Peça nº 6975, juntamente com a Peça nº 6810 (IMAGEM 13c e 13g), que faz parte do mesmo vasilhame, além de evidenciar essa dinâmica horizontal, também exemplifica a ação erosiva fluvial, salientada acima, visto que a Peça Nº 6810 apresenta a mencionada feição de seixo.



IMAGEM 13

Fragmentos reconstituídos - Camadas diferentes

a-d) superfície face externa; e-h) superfície face interna/numeração

Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Além das remontagens das cerâmicas, também foi evidenciado, durante a análise do projeto da ferrovia, que um fragmento de louça, padrões florais em *transfer printing*, Peça nº 6, retirado da Camada III, remonta com outro fragmento de louça da camada I (COSTA e SYMANSKI, 2004, p.199).

A amostra de vidro, mais especificamente de dois fragmentos de garrafas de bebida fabricadas em molde *chilled iron* (IMAGEM 14), também constitui um indício de uma provável perturbação deposicional. Como foi informado no relatório do sítio,

o uso dessa técnica de manufatura norte-americana de garrafas teve início em 1870 e sua inclusão na fórmula de datação final do sítio está “definindo a data final da camada I” (COSTA e SYMANSKI, 2004, p. 212).



IMAGEM 14
Fragmentos de garrafa de bebida
Molde *Chilled Iron* de 1870
Fonte: Costa e Symanski (2004, p. 235)

Neste contexto, vale ressaltar que, além desta data de 1870 se aproximar da provável data inicial de ocupação da área e construção da sua sede, pelo proprietário da Fazenda Conceição (MORAIS *et al.*, 2004), a senhora Maria Mendes relatou que “a área próxima ao córrego João Leite era utilizada como ponto de pouso dos tropeiros durante as primeiras décadas do século XX” (COSTA e SYMANSKI, 2004, p. 179).

Esse fato pode servir para explicar a presença das garrafas datadas de 1870, em um contexto das primeiras décadas do século XIX. Tomando novamente a dinâmica horizontal e vertical e observando o grau de dispersão de até seis metros, entre fragmentos das Camadas I e III, depositadas entre 40 e 70cm de profundidade, pode-se imaginar a ação ocorrida nas camadas superiores. Como no caso do fragmento de uma das garrafas (Peça nº 287), recolhido da superfície, na Camada 0, que sofre ação sazonal de máquinas e equipamentos agrícolas para a realização do plantio.

Também a mudança de comportamento, justificada pelo uso de determinado tipo de louça, acompanhado, ou não, do uso de talheres, apresenta alguns problemas ou questionamentos.

Conforme proposto, para a Camada III, a “proporção de malgas grandes com relação a pratos sugere que os ocupantes do sítio poderiam ter privilegiado,

nesse momento, os alimentos preparados como ensopados e pastosos em detrimento dos alimentos sólidos” (COSTA e SYMANSKI, 2004, p. 217). No que diz respeito à Camada I, o “aumento na frequência dos pratos [e a queda da] popularidade das malgas grandes [...] pode ter passado a privilegiar o consumo de alimentos em pratos, com o auxílio de talheres” (COSTA e SYMANSKI, 2004, p. 218).

A análise dos metais, representados por 12 objetos passíveis de identificação²⁵, apresentou o seguinte resultado: três da Camada I (duas moedas do período do Império e uma haste de talher pequeno de ferro) e nove na Camada III (um garfo de cobre, um garfo de ferro, uma colher de ferro, duas hastes de talher pequeno de ferro, uma chapa de ferro com furos utilizada como ralador, uma pá pequena de ferro para limpeza de enxada ou fogão a lenha, um cravo forjado com 15 cm de comprimento de ferro e botão de cobre com argola para fixação) (COSTA e SYMANSKI, 2004, p. 218).

Tomando por base esses dados, observa-se uma maior quantidade de talheres na Camada III (IMAGEM 15), o que coloca esses objetos na mesma camada das malgas, propostas para uso no consumo de alimentos pastosos. Este fato não exclui o uso ou a possibilidade de mudanças comportamentais, apenas aponta para o uso constante, sem intervalo definido, para o depósito.

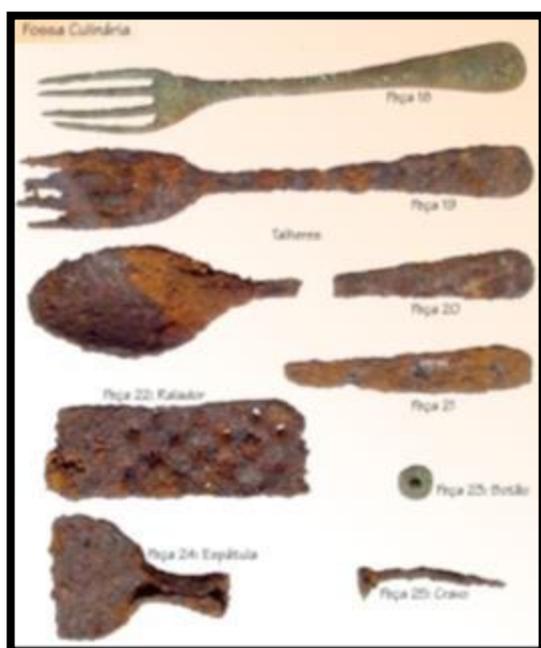


IMAGEM 15
Objetos de metal identificados na Camada III
Fonte: Costa e Symanski (2004, p. 236)

²⁵ Apesar da amostra exumada ser maior, o estado de conservação das peças possibilitou a identificação confiável de apenas 12 objetos.

Levando em consideração essas observações sobre a dinâmica deposicional apresentada no sítio, optei, neste trabalho, por fazer um novo cálculo com a fórmula South, tomando por base os dados de Datação Média, apresentados para as louças da coleção. A partir do resultado, proponho um reajuste para a data de ocupação do sítio, localizando-o entre os intervalos de formação do depósito entre 1.820 e 1.846, com a data média no ano de 1.831 (Tabela 2).

Tabela 2 – Datação Média do Sítio Maria Mendes

Tipo de louça	Intervalo de Fabricação	Data média	Nº de peças	Produto
<i>Royal Rim Pattern, creamware</i>	1762 – 1820	1791	01	1791
<i>Peasant Style tons escuros.</i>	1810 – 1860	1835	01	1835
<i>Peasant Style/Sprig tons claros</i>	1830 – 1860	1845	04	7380
<i>Queen's Shape, creamware</i>	1762 – 1820	1791	01	1791
<i>Pearlware</i>	1780 – 1820	1815	01	1815
<i>Paris Pattern</i>	1790 – 1820	1805	01	1805
<i>Transfer- printing azul floral</i>	1784 – 1869	1826.5	03	5479.5
<i>Transfer- printing verde</i>	1828 – 1859	1843.5	02	3687
<i>Transfer- printing rosa</i>	1828 – 1860	1844	01	1844
<i>Transfer- printing em negativo</i>	1802 – 1864	1833	01	1833
Marca Copeland & Garrett	1833 – 1847	1840	01	1840
Marca Adams	1800 – 1864	1832	01	1832
Marca Minton	1842	1842	01	1842
Marca Davenport	1846	1846	01	1846
Produto:			20	36.620.5
Data média: 1831,025 = 1.831				

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados de Costa e Symanski (2004, p.213)

2.4 IDENTIFICAÇÃO OCUPACIONAL – ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Como foi informado, apesar dos esforços de pesquisas, pouco se sabe sobre o histórico de ocupação do sítio Maria Mendes. No entanto, acredito que, a partir do intercruzamento com dados de outros estudos, poderemos fazer algumas observações quanto ao possível uso do espaço do sítio.

Durante os trabalhos de campo, foi identificada e escavada apenas a estrutura classificada como concentração de refugio de natureza doméstica, não havendo indícios de qualquer outra estrutura num raio de 500 metros (COSTA e SYMANSKI, 2004). Apesar entender que essa área de concentração de refugio, ou

seja, essa 'lixreira' possa ser pensada como uma estrutura para descarte, cujo uso contínuo demonstra uma permanência no local e um modo de agir com o trato do lixo produzido no sítio, a questão aqui é a falta de estrutura residencial não diagnosticada na área.

Também não há indício nem de partes de alicerces, ou pedras que indiquem sua presença, nem de outro material construtivo, além de um cravo e um único fragmento de telha na Camada III (COSTA e SYMANSKI, 2004), Peça nº 7734 encontrado entre 45 e 70 cm, isolado de um contexto construtivo ou do restante da telha da qual fazia parte; possui decoração plástica de ação incisa, representada por um desenho a mão livre, com forma triangular (IMAGEM 16).



IMAGEM 16
Telha com decoração
Peça constritiva única encontrada na Camada III
Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Citando Plog (apud Souza, 1998), ao discutir as problemáticas dos conceitos metodológicos empregados para identificação dos sítios arqueológicos históricos em projetos de larga escala, Souza (1998 p. 66) aponta para a importância das “evidências negativas [julgando] tão importante saber onde não estão os sítios quanto onde eles estão”.

Por sua vez, South (2007), ao discutir sobre os padrões deposicionais em um sítio histórico, propõe ser possível basear-se nesses padrões, tanto na observação da presença ou da ausência de um vestígio, quanto para conferir sua

permanência através do tempo. Como exemplo, cita os padrões de deposição de lixo descartado por arremesso pela janela e em depressões no terreno.

Partindo da falta de indícios e baseada na importância das evidências negativas, em conjunto com a observação da presença e da ausência de vestígios em padrões deposicionais, exponho alguns dos dados comparativos analisados.

Empiricamente pode-se observar que no decorrer da história humana e nos dias de hoje, os caminhos, como via para transporte, abastecimento e escoamento de coisas e pessoas, estão ligados ao desenvolvimento.

Além de servir para o acesso de viajantes e de mercadorias, a partir dos pontos de apoio desses caminhos, vários povoados foram surgindo e desenvolvendo outros. Menciona-se, aqui, o arraial de Meia Ponte que se destacou, ao longo de sua história, por estar localizado no entroncamento dos caminhos oficiais que passavam por Goiás.

Para cumprir seus objetivos funcionais, estes caminhos são constituídos por um conjunto infra-estrutural composto, além da estrada, por apoios aos viajantes – pousos, ranchos, hospedarias, vendas etc. – que se localizam às margens, ou próximos às vias (SOUSA, 1995).

Não podendo ser diferente, ao longo dos caminhos utilizados durante o início de século XIX, em Goiás, eram encontrados diversos destes apoios, que foram montados ao longo não só das estradas oficiais, mas também por outras estradas e picadas vicinais. Tais trajetos e seus sistemas de apoio são narrados por diversos viajantes (relatores oficiais e naturalistas), quando descreveram suas pesquisas no território goiano (CUNHA MATTOS, 1836 e 1979; SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976; LEAL, 1980).

Como destaca Sousa (1995), buscando dar visibilidade para os Caminhos como vetores de relações sociais e econômicas, ao longo destas vias há uma diversidade de vestígios que, quando identificados, podem indicar as atividades ali desenvolvidas. A autora salienta que dentro das coleções de vestígios visíveis, ou potencialmente encontrados num contexto das estradas, então incluídos, além das construções (casas, ranchos, vendas), o mobiliário e os utensílios que caracterizam estes locais (SOUSA, 1995). Como exemplo, aponta diversos tipos de materiais construtivos utilizados para alicerces, paredes e coberturas das edificações. Materiais como pedra, tijolo, adobe, lajota, telhas, esteio e outros madeiramentos;

metais como cravo, fechadura e dobradiças que, estruturados, ou não, podem indicar a função da área.

Sousa (1995) indica que, além dos materiais construtivos, das edificações, alguns ranchos para pousos não possuíam telhas ou paredes, sendo constituídos apenas de armações de colunas e vigas de madeiras, cobertas de palhas que serviam de abrigos onde, apesar do espaço único, era necessária certa ordem na ocupação do lugar para abrigar várias tropas simultaneamente. Situação ordeira, retratada por Thomas Ender, em sua pictografia de um rancho (IMAGEM 17).



IMAGEM 17

Rancho Mineiro – Thomas Ender

Indicativo de possíveis vestígios estruturais, objetos pessoais e de selaria

Fonte: <http://minascolonial.blogspot.com.br/2012/03/tropeiros.html>

Completando o conjunto, a autora observa que, próximo aos ranchos e hospedarias, havia sempre uma venda ou uma sede de fazenda para atrair o viajante com diversos gêneros, que seriam necessários para o caminho, para ele ou para seus animais.

Cunha Mattos (1836), durante a narrativa de seu itinerário do Rio de Janeiro e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, faz uma descrição detalhada de sua passagem por Goiás (IMAGEM 18). Nessa narrativa, no dia 8 de junho de 1823, transcreve sua trajetória desde o córrego Moquém até o engenho São Joaquim, passando pela região do rio do Padre Souza, nela não citando nada que possa servir de referência para a localização da área do sítio Maria Mendes. Mesmo

quando passa pela região da cidade de Campinas (atual bairro de Campinas, em Goiânia) não é diferente. Nas 14 léguas dali até Bom Fim (atual cidade de Silvânia), não há indicação de nenhuma fazenda, pouso ou comércio próximo à região do sítio. O autor ainda destaca que em sua passagem por aqueles caminhos, “nem ao menos achei huma pessoa que me dêsse hum esboço deste território, para eu conhecer o systema geológico das montanhas, e o hydrographico, que eu tanto tenho procurado ilustrar” (CUNHA MATTOS, 1836, p. 125).

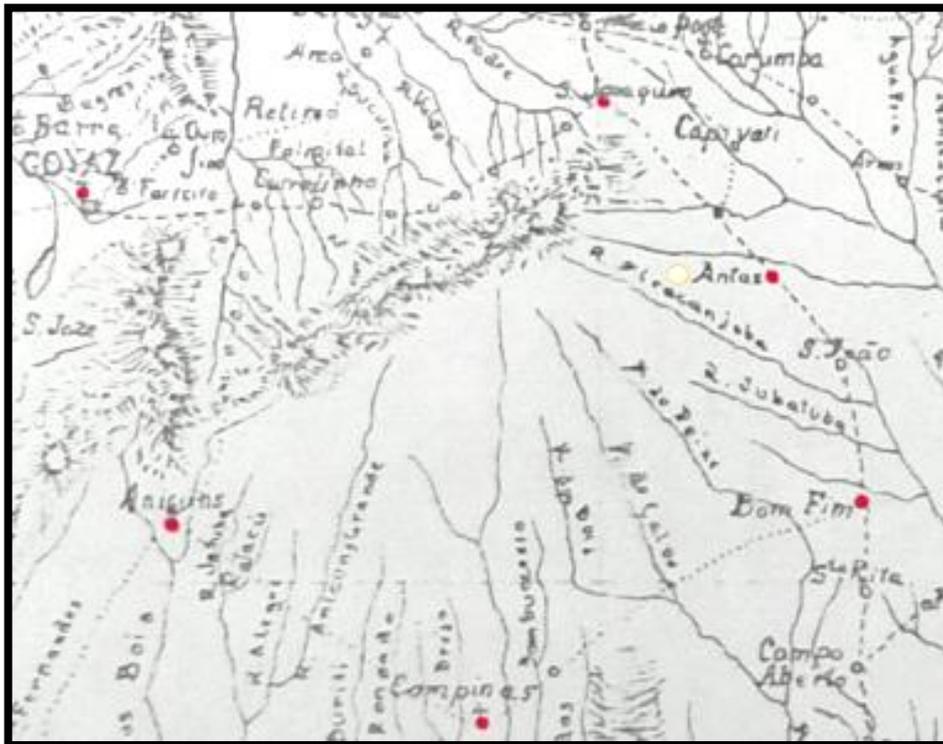


IMAGEM 18

Carta Corográfica Plana da Província de Goiás

Linha tracejada: Caminho percorrido por Cunha Mattos.

Pontos vermelhos: Principais cidades entre Goyaz e Bom Fim (via Meia Ponte e via Campinas).

Círculo Branco: Região da localização do sítio Maria Mendes

Fonte: Cunha Mattos (1836), (as modificações indicativas são minhas)

Tais informações, ou a falta delas sobre Maria Mendes, se tornam relevantes tendo em vista que Cunha Mattos, como um dos responsáveis pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como Governador de armas de Goiás, nomeado em 1826, foi designado para, durante suas viagens, noticiar as condições das estradas e pontes, as atividades agropecuárias e comerciais e outros pormenores da província (VIEIRA, 2010).

Dentro do contexto encontrado no sítio Maria Mendes, somado à falta de outros materiais construtivos, além do esteio de aroeira identificado na Camada II e do cravo e fragmento de telha decorado na Camada III, também faltam vestígios para selaria como argola, ferradura, estribo ou para armazenamento no transporte como peças de broaca e cangalha ou para as Vendas, como uma quantidade significativa de fragmentos de garrafas/vidros ou outros que indicassem atividade comercial concentrada.

Como fazenda para agropecuária ou engenho, também não há vestígios específicos, na estrutura escavada ou na área circunvizinha levantada, não sendo identificadas, dentre o refugo, ferramentas para trabalho na agricultura como enxada, machado, foice ou peças de arado ou de engenhos como tacho, colher, peça estrutural de moenda.

Com a indicação da ausência destes objetos, não pretendo fazer uma analogia direta entre o não encontrar e o não existir, especialmente quando há presença de duas moedas exumadas da Camada I, que podem indicar alguma relação comercial, sobretudo tendo em vista que aquelas moedas foram cunhadas na cidade de Cuiabá (IMAGEM 19), já havendo a casa da moeda de Vila Boa, desde 1803 (SALLES,1992). A presença das moedas, somada à falta de informações históricas ou dos demais objetos, com certeza não indica a ausência das atividades apontadas, mas pode indicar que as mesmas não eram praticadas em grande escala ou para fins estritamente comerciais que levassem ao conhecimento da região pelos viajantes.



IMAGEM 19

Moedas da Casa de Fundição de Cuiabá Período do Império - 1828

Fonte: Costa e Symanski (2004, p. 236)

Outra presença que chama a atenção são duas peças nº 307 e nº 7979 (IMAGEM 20a e exemplo 20b), retiradas da Camada III, identificadas em Nóbrega (2009) como ‘pederneiras’ de origem inglesa, que estão intensamente gastas. Por ser esse objeto em sílex, considerado como um dispositivo bélico, empregado para produzir faísca para disparo em antigas armas de fogo, sua presença no sítio pode indicar o uso de armamento naquele local. Uso esse não definido, visto que pode ser tanto para defesa, quanto para caça ou outras aplicações.



IMAGEM 20

Pederneiras

a) peças nº 307 e nº 7979 Maria Mendes; b) pistola inglesa com localização de pederneira

Fonte: a) Nóbrega (2009, p. 73); b) Kindersley (2012, p.233)

Analisando outras possibilidades ocupacionais, Agostini (2002), ao abordar a formação das comunidades escravas no contexto da região de Vassouras, no Vale do Paraíba sul-fluminense, no século XIX, tenta, a partir das denominadas ‘comunidades do mato’, entender a dinâmica das ideias que perfizeram suas redes de sociabilidade. A autora toma como objeto “áreas de culto na floresta, entorno das quais se constituíam pequenas comunidades, inferidas a partir de um vestígio arqueológico e do relato de um viajante”, classificando essas comunidades do mato como “espaços de liminaridade no contexto da escravidão” (AGOSTINI, 2002, p.2).

Para a presença escrava na região em questão, soma-se o fato da existência da Mata dos Crioulos. Trata-se de uma área rodeada por morros, localizada cerca de 400 metros do eixo da ferrovia Norte Sul, aproximadamente seis quilômetros do sítio Maria Mendes. Durante os trabalhos da ferrovia (IMAGEM 21), nesta mata foi registrada a presença de uma comunidade formada por descendentes de escravos. Conforme relato oral, a região foi ocupada por negros no final do século XIX, nela permanecendo até os dias de hoje (MORAIS *et al.*, 2004).



IMAGEM 21

Entrevista na comunidade da Mata dos Crioulos
Moradora e pesquisador J3sus de Ata3des

Fonte: MORAIS *et al.* (2004, p. 265)

Slenes (2011), buscando desmitificar a imagem (criada por relatos de viajantes como o franc3s Charles Ribeyrolles) de que no cotidiano da vida escrava n3o haveria lugar para sentimentos ou rela33es familiares, tra3a um panorama da concep33o de fam3lia durante o regime escravo. Dentro daquele panorama, o autor discorre sobre as formas, historicamente documentadas, dos tipos de constru33es das senzalas. Em um dos exemplos, usa uma imagem emblem3tica de Johan Moritz Rogendas (IMAGEM 22), em que 3 retratado o cotidiano de alguns escravos - homens e mulheres; crian3as, adultos e idosos - numa senzala do tipo barraco, edificada por paredes de pau a pique, sem janelas ou alicerce e com cobertura de palha. Tal imagem serve, aqui, como fonte para uma infer3ncia sobre o m3nimo de vest3gios arqueol3gicos que poderiam subsistir de uma constru33o daquela natureza.



IMAGEM 22

Habitation de n3gres - Habita33o de negros - Johan Moritz Rugendas - 1835

Fonte: Slenes (2011, p. 164)

Souza (2007), ao analisar a paisagem social escrava, no Brasil, do início do século XIX, utiliza como objeto o Engenho São Joaquim, na cidade de Meia Ponte, em Goiás, pertencente ao Comendador Joaquim Alves. Dentro dos conceitos espaciais e temporais da arqueologia da paisagem, ressalta em especial a distribuição das estruturas que compunham o engenho. Ele observa, naquele contexto estrutural, as influências do discurso iluminista no comportamento do proprietário, ao manter a ordem e o controle de seus escravos, sempre perto e ao alcance de seus olhos. Tal comportamento pode ser observado também na imagem pictográfica de Rugendas (IMAGEM 22), em que se observa, na parte superior, a presença dos senhores observando o ambiente pela sacada da casa-grande.

A partir destes estudos, em diálogo com os dados do sítio Maria Mendes, observa-se que não há indícios estruturais ou materiais de algo como as comunidades do mato, analisadas por Agostini (2002). No entanto, além da presença de escravos nas matas de região, testemunhadas por seus descendentes durante o projeto da ferrovia (MORAIS et al., 2004) e da ausência de estruturas construtivas, ou de outro material além dos já mencionados (esteio de aroeira, cravo e fragmento de telha decorado), pode-se apontar para os barracos rústicos analisados por Slenes (2011). Destes barracos, devido à intensa atividade agrícola verificada hoje na área que, além de mover os vestígios, vertical e horizontalmente, desfazendo os possíveis aglomerados colapsados de taipa ou abobe das paredes, arqueologicamente só sobriaria madeiramento. Porém, observando que não havendo outras estruturas construtivas identificadas num raio de 500 metros do local escavado, pode-se concluir que não havia o controle do olhar de senhores sobre a população do sítio, sugerindo um possível distanciamento do cotidiano do trabalho escravo. Tais observações sobre a presença negra na região justificariam, e muito, as características da cerâmica encontrada no sítio Maria Mendes, como será visto a seguir.

3 MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEUS VESTÍGIOS

É a consciência de que a vida tem uma significação mais ampla que eleva o homem além do simples mecanismo de ganhar e gastar. Se isso lhe falta, sente-se perdido e infeliz.

Carl Jung

Os vestígios materiais cerâmicos do sítio Maria Mendes, mais que atributos tecnomorfológicos, demonstram, por meio da análise de sua decoração, como o oleiro deu significação aos acontecimentos transcorridos em sua vida, em seu mundo, e como através dela ele imprimiu seu estilo nas influências africanas, indígenas e europeias que recebeu.

3.1 CULTURA MATERIAL CERÂMICA

Confiando na importância da cultura material como fonte em pesquisas tanto históricas quanto arqueológicas, concordo com Ataídes e Souza (1998) ao destacar o papel da cerâmica em pesquisas que procuram ir além dos aspectos técnicos, possibilitando, a partir dela, o resgate do cotidiano, de formas de discursos e de estratégias ideológicas e socioculturais de um grupo. Para os autores, a cultura material “é uma fonte que possui legitimidade e excelência por possibilitar interpretações que põem à mostra o largo espectro cultural de épocas e locais historicamente determinados” (ATAÍDES e SOUZA, 1998, p. 91).

Orton, Tyers e Vince (1997) apontam para as possibilidades do uso da cerâmica como fonte para ratificar datações (quando seus aspectos tecnológicos possibilitam a identificação de épocas distintas), ratificar o comércio ou trocas entre povos (quando determinado tipo de cerâmica é encontrado em contextos diferentes dos quais elas foram produzidas), ratificar a função do vasilhame (quando suas formas e traços possibilitam identificar para que e onde eles foram utilizados). Os autores também sinalizam para o uso da cerâmica como fonte para funções

espaciais para o sítio ou partes do sítio e, por fim, destacam a possibilidade do uso da cerâmica para interpretações simbólicas (quando ela guarda traços socioculturais de quem e para quem ela foi produzida e por quem ela foi utilizada).

Por acreditar na potencialidade informativa da cultura material do sítio Maria Mendes, neste trabalho foram analisados mais detalhadamente os vestígios de sua coleção cerâmica, especificamente no que tange à sua decoração.

Partindo das questões levantadas e para que os resultados não fossem invalidados por escolhas a partir de critérios estéticos particulares, optou-se em selecionar uma amostra composta por todos os fragmentos que apresentavam algum tipo de decoração, num total de 1.879 unidades decoradas. Por unidade entenda-se cada unidade morfológica distinta, ou seja, foram contabilizadas como uma única unidade até mesmo um conjunto de fragmentos que permitia remontagem. Este método possibilita inferir sobre a quantidade de vasilhames presentes na estrutura escavada do sítio a partir de um Número Mínimo de Peças (NMP).

Para sistematizar as características da decoração, foram utilizadas como base as nomenclaturas propostas por La Salvia e Brochado (1989), que dividem as expressões decorativas em três níveis: Ação – técnica utilizada para alcançar uma expressão decorativa; Tipo – expressão decorativa unitária tradicional; e Variação – expressão decorativa modal, definida pelo instrumento utilizado. A estas propostas, neste trabalho, foram acrescentadas observações referentes à presença de outros elementos como asa, apliques etc. e as ferramentas/instrumentos utilizados.

Entre as 1879 unidades analisadas, 104 unidades, com diferentes decorações, não possibilitaram a determinação da Variação, devido aos tamanhos dos fragmentos. Nos resultados das 1.775 unidades restantes (Tabela 3), observa-se um total de 162 Variações, entre Tipos e associações de Tipos diferentes, incluindo na quantificação as diferenciações entre os tipos de instrumentos que, em parte, determinaram a variabilidade da decoração, pois foram usados, na mesma Variação, ferramentas com diversas pontas (de 1 a 5), espátulas e, em alguns casos, duas ou mais ferramentas diferentes.

Tabela 3 – Resultado quantitativo da análise cerâmica

Ação decorativa	Unidades	Variações
Decoração Única	713	86
Decoração Única – Tipo Escovado	829	2
Decoração Dupla	201	56
Decoração Tripla	31	17
Decoração Mista (dupla mais pintada)	1	1
Total	1.775	162

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados qualitativos da análise decorativa

Nesse total, estão incluídos os conjuntos de 88 Variações da decoração com um único Tipo decorativo (exemplo IMAGEM 23a); 56 Variações da decoração com dois Tipos decorativos na mesma unidade (exemplo IMAGEM 23b); 17 Variações da decoração com três Tipos decorativos na mesma unidade (exemplo IMAGEM 23c); e uma Variação Mista da decoração com dois Tipos decorativos associados com pintura na mesma unidade (IMAGEM 23d).



IMAGEM 23

Variações das Expressões Decorativas

a) Decoração Única - Ação: Estriado / Tipo Inciso; b) Decoração Dupla - Ação/Tipo: Roletado aparente mais Ação: Digital / Tipo: Digitungulado; c) Decoração Tripla - Ação: Estriado / Tipo: Escovado mais Ação: Estriado / Tipo: Espatulado mais Aplique c/ Ação: Estriado / Tipo: Inciso; d) Decoração Mista - Plástica e Pintura

Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Foram quantificadas também 525 unidades sem decoração (Bordas, Paredes e Bases) e 1.688 fragmentos cerâmicos, que sofreram o processo erosivo, apontado no item 2.3. Por estes 1.688 fragmentos estarem totalmente erodidos, impossibilitando a identificação da superfície, apesar de representativa, a amostra íntegra analisada pode não totalizar a quantidade de variações decorativas presentes no conjunto das cerâmicas do sítio Maria Mendes.

A partir dessa análise, foi possível evidenciar, quantitativamente, as observações realizadas na coleção cerâmica, durante a análise para o TCC 'Entre linhas, pontos e apliques' (NÓBREGA, 2009). Estas evidências, além de identificar a presença de alguns elementos (símbolos, tecnologias e formas) que remetem a expressões culturais africanas, indígenas e do colonizador europeu, destacam alguns traços que demonstram que a cerâmica foi utilizada como uma fonte da necessidade das(os) ceramistas expressarem suas individualidades.

Bons exemplos desta necessidade individual, que foram além dos símbolos e expressões culturais da coleção, são dois pequenos fragmentos de possíveis tampas medindo 7mm de espessura (IMAGEM 24). Confeccionadas com um pasta clara, com presença de área fina, porém sem outro tipo de aditivo, receberam queima oxidante, o que lhes conferiu uma coloração uniforme final em tons bege. Apresentam expressões decorativas distintas: Uma (IMAGEM 24a) recebeu o Tipo Ponteadado, aplicado com dois instrumentos de uma ponta com diferentes tamanhos, dispostos em forma de 'Bordadura'; o outro (IMAGEM 24b) recebeu o Tipo Inciso com um instrumento de uma ponta, em forma de 'Flor' aplicada a mão livre.



IMAGEM 24
Fragmentos planos/Tampas
a) Ponteadado em 'Bordadura';
b) Inciso mão livre em 'Flor'
Foto: Viviane Nóbrega (2009)

Sem uma utilidade aparente, tais fragmentos demonstram uma sensibilidade, ao atribuir especial cuidado ao decorar tais peças. Isto nos leva a concordar com Pesavento (2012, p. 56), ao argumentar que "às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade".

3.2 EXPRESSÕES E PRODUÇÕES DA CERÂMICA

Procurando entender o que esses elementos, presentes na coleção cerâmica do sítio Maria Mendes, podem informar sobre o grupo que a confeccionou e a utilizou, bem como entender a aparente ressignificação sociocultural exercida sobre essa cerâmica, se fez necessário um intercruzamento de alguns dados. Dados esses gerados a partir de pesquisas que pontuam esses temas e que salientam as características desses elementos, contribuindo para a identificação desses possíveis grupos.

Tendo em vista que estudos atuais têm se preocupado em desfazer as imagens homogêneas, tanto da cultura africana quanto da indígena, propagadas a partir de uma visão etnocêntrica, perpetuada durante séculos, este trabalho tentará mostrar imagens com cores e matizes um pouco mais heterogêneas. Acredita-se, contudo, que ainda haja muito por ser feito.

3.2.1 Influências Africanas

Tomando a possível presença negra na região do sítio Maria Mendes, inicialmente, exibiremos os indícios e os elementos das expressões culturais africanas, traduzidos em alguns símbolos que remetem aos traços identitários de alguns dos grupos presentes no Brasil como mão de obra escrava.

Os arqueólogos Souza e Symanski (2009), ao pesquisarem sítios identificados como engenhos, na região da Chapada dos Guimarães, estado do Mato Grosso, fizeram algumas observações sobre a atuação da cultura negra, correlacionando a origem populacional (entre os anos de 1780 e 1890) e a variabilidade diacrônica observada na coleção cerâmica daqueles sítios.

Diacronicamente, os autores observaram naquelas coleções que algumas das características utilizadas como forma de marcadores identitários tinham um caráter prescritivo, porém algumas sofreram, no decorrer dos anos no cativeiro, modificações na variabilidade decorativa, decaindo quantitativamente. Puderam observar também a relação entre os tipos de decoração e o local de uso dos vasilhames cerâmicos. Eles notaram também que, nos referidos sítios, alguns tipos de decorações, atribuídas às populações africanas e outras com modo de fabrico atribuído a sociedades indígenas (com a presença da expressão decorativa do Tipo

Corrugado), estavam misturados aos utensílios domésticos utilizados nos serviços da casa grande.

Levando em consideração os dados que indicavam a atuação da ceramista africana e indígena no fabrico da cerâmica, os citados antes argumentam que, apesar da formação heterogênea, naqueles sítios por eles analisados, houve uma interação, ou negociação, entre os grupos sociais que ali conviviam.

Como elementos decorativos, Souza e Symanski (2009) identificaram dois momentos temporais para uso de determinados Tipos e Variações. Num primeiro momento, foram identificados Incisos em linhas paralelas, ondas, ziguezague e losango; Roletado aparente e Pintado/Banho. Num segundo momento, além da maior diversidade de variações de incisos, eles apareceram associados com outros Tipos como Carimbado, Digitado, Impresso com contas, entre outros.

Para essas mudanças diacrônicas, os referidos autores apontam para a dinâmica do tráfico de escravos na região, onde, no período 1790-1809, documentavam-se 12 nações africanas; em 1830-1849 eram 14 nações e em seguida, no período de 1850-1869, 24 nações. Pontua-se que no primeiro momento as influências decorativas estariam ligadas à quantidade de escravos do Centro-Sul africano. E no segundo momento, por volta de 1836, as influências seriam ligadas aos grupos da África Centro-Norte.

Tais inferências são corroboradas, conforme os autores, pela presença de um aplique circular com Inciso cruciforme, que é relacionado com a visão espiritual do povo Bakongo, originário do Congo, no Centro-Norte africano.

O significado cosmológico deste símbolo foi analisado por Santos (2013), ao pesquisar o conteúdo místico de bolsas de mandingas utilizadas por africanos como fonte de proteção. Nessas bolsas, o autor observou que alguns de seus elementos faziam parte do mundo espiritual de povos pertencentes à África ocidental, principalmente à visão de mundo do povo Bakongo (IMAGEM 25).

Para o povo Bakongo, o universo está dividido em duas partes por um corpo de água, tradicionalmente chamada *Kalunga*. A vida é um movimento cíclico ou oscilatório entre os mundos, assemelhando-se ao sistema operacional do sol. A terra é como uma montanha sobre um corpo de água que é a terra dos mortos, chamado *mpemba*. Na *mpemba* o sol nasce e se põe exatamente como faz na terra dos vivos. Entre essas duas partes, as terras dos mortos e os vivos, a água é tanto uma passagem e uma grande barreira. Ao nascer e ao por do sol, os vivos e os mortos trocam dia e noite. O por do sol significa a morte do homem e o sol subindo o seu renascimento, ou a continuidade de sua vida. Eles acreditam que a vida do homem não tem fim, que constitui um ciclo, e a morte é apenas uma

transição no processo de mudança (MACGAFFEY *apud* SANTOS, 2013, pp. 226-227).

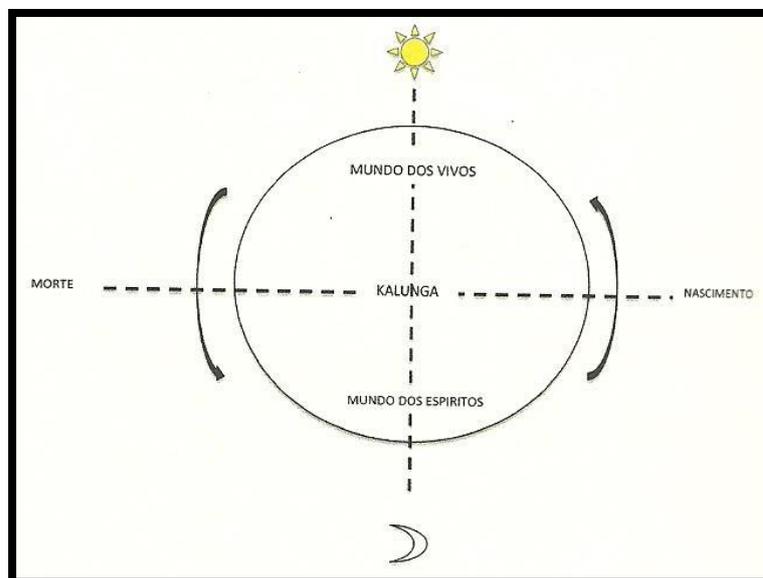


IMAGEM 25
 “Os Quatro Momentos do Sol”.
 Esquema de representação do cosmograma Bakongo.
 Baseado em Thompson (1981, 2010) e MacGaffey (1986)
 Fonte: Santos (2013, p. 227)

Para Souza e Symanski (2009), esta cosmologia pode ter sido reproduzida através dos apliques cruciformes encontrados na cerâmica da Chapada dos Guimarães.

No tocante à possível associação deste símbolo com a cruz cristã e não com crenças africanas, quando considerada a convivência dos africanos com o português colonizador tanto no Brasil quanto na África, é importante frisar que, em relação ao signo cruciforme aplicado na cerâmica, acredito que ele não deva ser visto dissociado no círculo sobre o qual está inserido, porquanto, em diferentes ocasiões, ele não foi encontrado fora deste conjunto e, portanto se aproxima mais de uma possível referência cosmológica bakongo.

Do mesmo modo, a arqueóloga Camila Agostini (2011), em sua tese, faz uma análise da paisagem e dos objetos arqueológicos do Sítio Arqueológico Histórico São Francisco (São Sebastião/SP), datado da primeira metade do século XIX, e em outros sítios localizados em Bairros de São Sebastião, buscando entender, ali, as influências, resistências e ressignificações africanas.

Naquele contexto, a autora examinou como a cultura material dali exumada, os locais de onde ela foi retirada e a produção cerâmica, na comunidade caiçara local, contribuíram para os entendimentos e acordos entre os diferentes grupos que

conviveram na fazenda São Francisco. Argumentando que ali “não se identifica uma coerência identitária, como a expressão de apenas um grupo social dominante e outro dominado, mas da interação de diversas influências que se relacionavam de maneira criativa” (AGOSTINI, 2011, p. 170).

Para Agostini, houve uma relação híbrida, entre as denominadas ‘paneleiras’ da comunidade, os africanos e seus descendentes (com destaque para os procedentes de Angola) e os senhores proprietários das fazendas. Ali poderiam ter transitado traços culturais, simbólicos e religiosos entre os grupos, havendo, em algumas situações, uma inversão de papéis, na qual a espiritualidade do dominado se sobrepunha sobre as crenças do dominante.

Para chegar a tais resultados, Agostini analisou a coleção cerâmica composta em sua maioria por peças sem decoração e por peças decoradas com os Tipos Inciso, Ponteadado, Ungulado, Pinçado (Beliscado), Carimbado, Roletado aparente e o Corrugado, encontrado em 25 fragmentos de assadeiras.

Na mesma linha de análise deste trabalho, a autora também pontuou algumas expressões decorativas com influências indígenas, como o Corrugado, com influências do colonizador, como as formas de vasilhames com inspiração europeia, e com influências africanas.

Como influência africana, ela destaca as Variações decorativas do Tipo Inciso e, especificamente, um Inciso em semicírculo concêntrico, com atribuições identitárias tanto ao povo Macua quanto ao povo Angola (exposto detalhadamente através das pesquisas de Souza e Agostini, 2012). E, apesar de tomar apenas como exemplo para suas discussões, a autora apresentou uma imagem pictográfica de Henry Chamberlain (IMAGEM 26a), na qual pode ser observado, no manto usado em um cortejo escravo, um símbolo em forma de estrela ou sol, que Agostini remete a um tipo de decoração encontrada no sítio Macacú, no litoral do Rio de Janeiro. No que tange à coleção do sítio Maria Mendes, esse mesmo símbolo se assemelha aos entalhes em forma de sol, encontrado em 10 apliques circulares da coleção analisada (IMAGEM 26b-d)



IMAGEM 26

Signo em forma de estrela ou sol

a) "O Funeral de um Negro", Henry Chamberlain, século XIX, destaque, signo em forma de sol;

b-d) apliques do sítio Maria Mendes

Fonte: a) Agostini (2011, p. 111); b-d) Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Agostini (2011) argumenta que tais pontuações podem inserir a coleção arqueológica do sítio São Sebastião, dentro do contexto de classificação da Tradição Neobrasileira. Ao entrecruzar influências nas cerâmicas - indígenas, africanas e europeias - a partir do período de contato com o colonizador, como havia feito em pesquisas anteriores, em cachimbos cerâmicos decorados, do século XIX, que foram resgatados de sítios arqueológicos do Rio de Janeiro (AGOSTINI, 1998), ela havia observado alguns traços da influência africana sobre a cerâmica do colonizador. Esta influência ficou evidenciada principalmente pelas expressões decorativas com motivos que lembram as escarificações que algumas sociedades africanas fixavam em seus corpos como forma de marcadores étnicos. Em ambos os casos, porém, a partir dessa classificação em Tradição Neobrasileira, a autora procurou entender tais influências de um grupo social sobre o outro, dentro de uma perspectiva de resistência e de negociação.

Em sua tese, Agostini (2011) também discute sobre a possibilidade da presença de cachimbos do tipo moldados serem parte de um sistema de importação comercial entre Brasil e África. Numa comparação entre os cachimbos modelados (de coloração avermelhada e pouca ou nenhuma decoração), produzidos localmente pelas 'paneleiras' de São Sebastião, e os moldados (com aspecto enegrecido e decoração rebuscada), a autora argumenta que, enquanto o modelado apresenta pouca circulação, porém estendida até o século XX, os moldados são encontrados amplamente distribuídos em diferentes regiões do país no século XIX, porém desaparecem com o fim do sistema da escravidão africana no país.

Como destaque desse tipo de cachimbo moldado, Agostini (2011) apresenta o que a autora classifica como tipos decorados com motivos geométricos, e que possui recorrência em sítio nas regiões Sudoeste e Sul. Tal exemplo se assemelha com os dois fragmentos de cachimbos encontrados no sítio Maria Mendes (IMAGEM 27), o que pode reforçar tanto a ampla distribuição desse artigo pelo território brasileiro, como a associação do sítio com grupos africanos.



IMAGEM 27
Fragmentos de Cachimbos moldados
Foto: Viviane Nóbrega (2013)

Tomando como fonte as discussões sobre o uso de símbolos de escarificações corporais africanas aplicadas em objetos cerâmicos, Souza e Agostini (2012) apresentam diversos casos que pontuam sobre esses vestígios e suas possíveis origens etnoculturais. Através do cruzamento de diferentes fontes, incluindo diversas pesquisas arqueológicas realizadas nos estados de Bahia, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, os autores exibem as semelhanças entre as decorações e escarificações, discutindo a possibilidade de uma coexistência adaptativa, formada e negociada a partir da influência e da convivência entre diferentes grupos etnoculturais carregados de referências identitárias preexistentes.

Entre estes grupos, os autores tratam especialmente da influência dos Yorubá, dos Macua, e dos Angola. Os grupos da língua Yorubá habitavam na África as regiões da atual Nigéria e parte do Benin e eram conhecidos no Brasil como povos Mina ou Nagô e por vezes Mina-Nagô. Representaram cerca de 9% do total de africanos trazidos para as Américas como escravos. Suas escarificações (IMAGEM 28), tribal ou ritual, foram identificadas por diferentes padrões que representariam grupos Yorubá distintos: a Abaja, que incluiu três ou quatro linhas

horizontais paralelas em cada bochecha que poderia ocorrer como um conjunto único ou duplo de linhas; a Péle, com três ou quatro linhas impressas verticalmente; com registro de combinações de Abaja com Péle, com linhas verticais sobre linhas horizontais, possuindo ou não espaçamento entre as linhas, a Ture, com a alternância vertical de linhas curtas e longas e a Keke, com quatro ou cinco linhas perpendiculares e horizontais, somadas a um conjunto com linhas horizontais ou uma linha única.

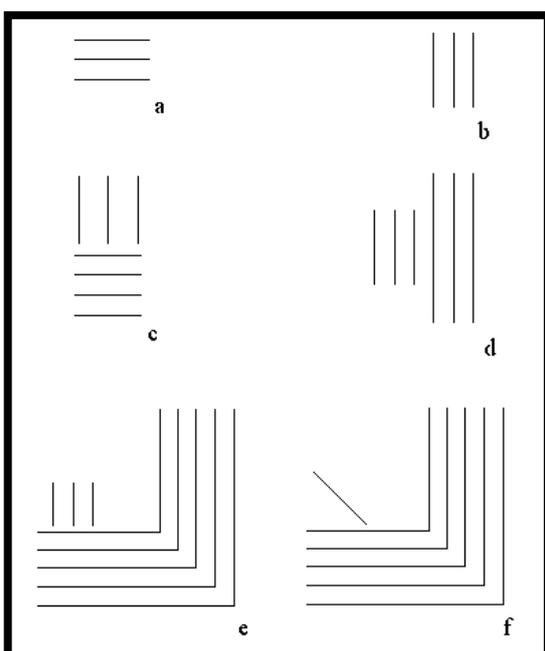


IMAGEM 28
Escarificações faciais de Yorubá:
(a) Abaja; (b) Péle; (c) combinação de Abaja e Péle; (d) Ture; e (e-f) keke. (Johnson [1970], modificado por Marcos A.T Souza, 2009)
Fonte: Souza e Agostini (2012, p. 108)

Souza e Agostini (2012) apontam que, na cerâmica, tais impressões das escarificações corporais foram realizadas com diferentes técnicas e formas, tendo sido identificadas em diferentes suportes, em objetos utilizados para diferentes fins. Como na coleção cerâmica do arraial de Ouro Fino, no estado de Goiás, datada entre 1725 e 1810, onde foram identificados dois tipos de decorações que podem ser associadas às escarificações Yorubá. Um tipo identificado é semelhante ao tipo Péle (três ou quatro linhas impressas verticalmente) e o outro pode ser associado ao tipo Ture (com a alternância vertical de linhas curtas e longas).

Quanto às escarificações atribuídas ao grupo Macua, proveniente da costa Centro-Leste da África, identificado também como povo Moçambique, e ao grupo Angola, proveniente do Centro-Oeste Africano, os autores apresentam uma diversidade de motivos que englobam linhas em curvas e em ziguezague e várias

figuras geométricas, tais como quadrados, retângulos, triângulos etc. Além disto, também destacam o uso de um sinal em semicírculo concêntrico que aponta para uma semelhança entre estes grupos. Para os Macua, esta seria sua principal escarificação masculina, localizada na testa ou na parte superior das bochechas, enquanto para os Angolas, da antiga região de Lunda, estes semicírculos seriam escarificados na região da barriga, em mulheres, por considerá-las eroticamente estimulantes.

Quanto às coleções cerâmicas, em que símbolo semicírculo foi encontrado, Souza e Agostini (2012) apontam para possibilidade tanto do uso pelos Macua, no caso da coleção de Mato Grosso, quanto para os grupos Angolas nos estudos realizados em São Paulo. Esse sinal em semicírculo concêntrico também pode ser atribuído aos Bena Lulua, povos falantes da língua Bantu, que ocupam ainda hoje a atual República Democrática do Congo. O mesmo já havia sido indicado em Owusu (2000), com a apresentação de uma estatueta antropomorfa feminina ligada à fertilidade e ao culto à deusa Bwanga bwa Cibola. A referida estatueta possui diferentes cicatrizes e adornos, incluindo o sinal em semicírculo na bochecha (IMAGEM 29). O fato de ser uma estatueta feminina se aproxima mais dos aspectos eróticos ligados ao povo Angola, conforme apontado por Souza e Agostini (2012).



IMAGEM 29
Estatueta Bena Lulua
Fonte: Owusu (2000, p. 16)

Entre as variações decorativas analisadas, além da expressão decorativa do Tipo Corrugado, de que trataremos no item 3.2.2, foram identificados diversos tipos apontados por Souza e Symanski (2009), como, por exemplo, as variações do Tipo Inciso em linhas paralelas (vertical, horizontal e oblíqua), ondas, ziguezague, losango e Roletado aparente (IMAGEM 30 de a-e), atribuídas aos escravos do Centro-Sul africanos. Também foram identificadas variações dos Tipos Carimbado, Digitado, Impresso (com uso de contas) e três apliques cruciformes (IMAGEM 30 de f-i), atribuídos aos escravos do Centro-Norte africanos, principalmente aos povos Bakongo.



IMAGEM 30

Variações decorativas identificadas no sítio Maria Mendes

Incisos a) em linhas paralelas; b) em onda; c) em ziguezague; d) em losango; e) Roletado aparente; f) Carimbado mais Beliscado; g) Digitado; h) Impresso (com uso de contas); i) apliques cruciformes

Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Também foram identificadas, na coleção do sítio Maria Mendes, Variações discutidas por Agostini (2011), como Corrugado, Inciso, Carimbado, Roletado aparente, Ponteadado, Ungulado e Pinçado/Beliscado (IMAGEM 31a-d) e os símbolos de escarificações corporais africanas aplicadas em objetos cerâmicos, abordados nas discussões que a autora desenvolve com Souza (SOUZA e AGOSTINI, 2012), incluindo o padrão semicírculo concêntrico (IMAGEM 31e), e os padrões dos grupos Abaja (IMAGEM 31f), Péle (IMAGEM 31g) e Ture (IMAGEM 31h-i).



IMAGEM 31

Variações decorativas identificadas no sítio Maria Mendes

a) Ponteado; b) Ungulado sobre asa; c) Ungulado total; d) Beliscado; e) Inciso de semicírculo concêntrico; f) Inciso de retas horizontais; g) Inciso de retas verticais; h) e i) Inciso de conjunto de retas curtas e longas alternadas.

Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Seguindo essa linha analítica, um tipo diferente de Variação encontrado no sítio Maria Mendes também encontra similaridade com outro signo usado pelo povo africano Ashante.

Apontado como um dos grupos africanos que participaram ativamente do comércio escravo (MALOWIST, 2010), o reinado Ashante chegou a ocupar uma grande área no litoral oeste da África, desde a Costa do Marfim, Gana Central e Togo, concentrando-se hoje em Gana (OWUSU, 2000).

Na obra de Owusu (2000), o autor apresenta alguns objetos pertencentes ao reino Ashante, entre eles uma banquetea em madeira decorada com ornamentos de prata, do século XIX (IMAGEM 32a); uma coroa feita em ouro e decorada com os símbolos do governo soberano (IMAGEM 32b), ambos pertencente aos reis Ashantehene e um emblema peitoral feito em ouro usado pelo sacerdote Ashante (IMAGEM 32c), em que pode ser observada a presença de um signo em forma de flor.

Owusu (2000) não faz nenhuma inferência específica ao signo em flor, porém sua recorrência nos objetos chamou a minha atenção, diante da presença, na coleção analisada, de uma Variação de aplique modelado em forma de flor (IMAGEM 32d-e), implantadas em bojos e gargalos de alguns vasilhames.

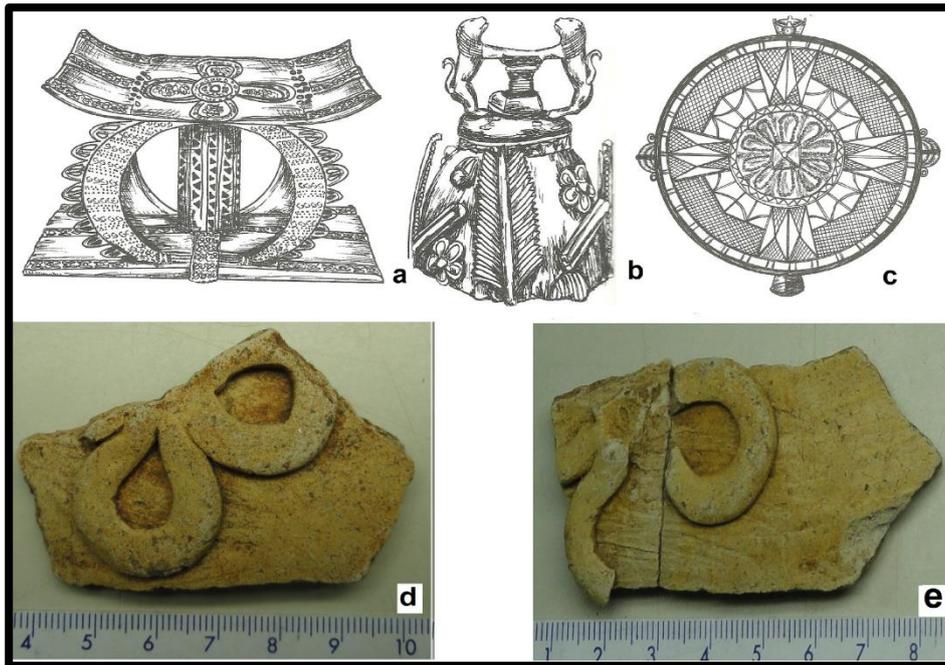


IMAGEM 32

Signo em forma de flor

a) banqueta, b) coroa Ashante, e c) emblema peitoral Ashante;

d-e) apliques em forma de flor

Fontes: a-c) Owusu (2000 p. 151, 158 e 178 respectivamente);

d-e) Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Apesar de poucas informações encontradas sobre essa possível associação, acho válida sua pontuação no âmbito deste trabalho, principalmente pelo fato de o papel Ashante ser de escravizador, mesmo que em algum momento possa ter sido escravizado, o que aponta para a possível referência recebida pelo oleiro, e abre possibilidades para pesquisas futuras mais específicas sobre essa atuação.

Fazendo uma analogia entre as pesquisas apresentadas e os resultados das análises do sítio Maria Mendes, notamos que nesta coleção temos a presença de grande parte das variações decorativas identificadas como expressões africanas, fato que corrobora os indícios de uma identificação ocupacional negra, apontada no item 2.4.

3.2.2 Influências Indígenas

Quanto aos elementos que remetem a expressões culturais indígenas, alguns fatores devem ser considerados. Eles estão ligados à identificação, na cerâmica, de uma expressão decorativa de um grupo do tronco linguístico Tupi, que

foi resgatado de um sítio localizado em uma área de ocupação tradicionalmente de grupo do troco linguístico Macro-Jê, grupos culturalmente antagônicos.

De acordo com Noelli (1996), referindo-se a vários estudos etnográficos e arqueológicos, os povos falantes da língua Jê ocuparam uma grande extensão de terras no Sul/Sudeste do Brasil, tendo sua presença identificada desde o Rio Grande do Sul a São Paulo e Minas Gerais – onde, a partir das pesquisas de Bird (*apud* NOELLI, 1996), o autor propõe uma ocupação que remontaria a 4.000 anos A.P..

Apoiando esta possibilidade ocupacional, o Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju (1980) - baseado em dados etnográficos de povos indígenas desde o século XVI – identifica a ocupação de grupos Jê e Macro-Jê desde o Sul (com os Kaingang, no Norte do estado do Rio Grande do Sul) até o Norte (com os Timbira, no extremo Norte entre os estados do Pará e Maranhão), passando por uma faixa na área central do Brasil, margeada pela ocupação dos Botocudos, no litoral do estado de Santa Catarina; os Jaicó, no centro-leste do estado do Piauí; os Gaviões e Apinajê, na foz do rio Araguaia, entre os estados do Pará e Maranhão; e os Kayapó do Norte, entre as margens direita do rio Tapajós e esquerda do rio Xingu. Na área central, os grupos Jê e Macro-Jê ocuparam grande parte das áreas do Bioma Cerrado, principalmente no estado de Goiás, onde foram identificados diversos grupos, conforme indicado no item 1.1, que tiveram contato com os colonizadores, nos séculos XVII a XIX, dentre eles o Kayapó do Sul.

O grupo Kayapó do Sul chegou a ocupar uma extensa área entre o Sudeste de Mato Grosso, Nordeste de Mato Grosso do Sul, Sudoeste de Minas Gerais e Noroeste de São Paulo. Em Goiás, ocuparam todo o Centro-Sul, abrangendo a margem direita do rio Araguaia, na altura da foz do rio Garças, às nascentes dos rios Vermelho, Uru e Almas, da bacia do Araguaia, nos arredores da Cidade de Goiás, ao Norte; descendo para Pirenópolis e Luziânia, compreendendo ali, a área do sítio Maria Mendes; e seguindo das nascentes às fozes dos rios Aporé, Verde, Turvo, Bois, Meia Ponte e Corumbá, afluentes da margem esquerda do rio Paranaíba, no Triângulo Mineiro (NIMUENDAJU, 1980; ATAÍDES, 1998). Esta localização relaciona o grupo Kayapó diretamente com os povos que ocupavam as áreas dos campos e cerrados do Brasil Central, “favorecendo o aparecimento de uma cultura Jê tipicamente do Cerrado” (ATAÍDES, 1998, p. 107).

Como visto no Capítulo 1, o povo Kayapó do Sul foi um dos maiores obstáculos frente aos avanços da colonização do sertão goiano. Defensores de seu

território, os Kayapó resistiram por um bom tempo às barbaridades cometidas contra eles. Sob um discurso de leis protecionistas, guerras, escravidão, aldeamento foram algumas das armas utilizadas pelo colonizador para subjugar-los. Como não tiveram êxito, em 1811, o Alvará de 5 de setembro autorizou a extinção dos índios rebeldes “baseada no fato de ele ser inútil à produção” (ATAÍDES, 1998, p. 94). Tal extermínio foi sendo praticado ao longo do século XIX até meados do século XX, quando acabam os relatos de conflitos e as notícias sobre o povo Kayapó do Sul se tornaram escassas.

Sobre a cultura material cerâmica, apesar da falta de evidências históricas de uma produção do grupo Kayapó do Sul, Ataídes (1998) aponta alguns indícios que ligariam o grupo à cerâmica da Tradição arqueológica Aratu, especificamente a Fase Mossâmedes.

Para o autor, com o contato, o grupo teria abandonado a tradição de fazer cerâmica. Por ser uma atividade que requer tempo, o deslocamento constante do grupo durante as fugas e enfrentamentos tornava proibitiva tal produção; e sendo uma atividade basicamente feminina, a participação das mulheres nas lutas contra o colonizador, relatada por viajantes, seria outro agravante para o abandono do ofício de ceramista (ATAÍDES, 1998).

Citando Wüst (*apud* ATAÍDES, 1998), o autor aponta a Tradição Aratu como cerâmicas caracterizadas por vasilhames de contorno simples, próprios para cozer, com tratamento de superfície alisada, sem nenhuma ou com pouca decoração, em sua maioria de Ação Estriada, de Tipo Inciso, disposta longitudinalmente nas bordas dos vasilhames.

Como parte integrante da Tradição Aratu, a Fase Mossâmedes é referenciada por ter formas do corpo ovóides ou esferóides, de tamanhos grandes, predomínio do contorno simples em relação ao contorno infletido, presença da forma conjugada ou geminada. Como tratamento de superfície, predomina o alisado, com pouca decoração, em sua maioria expressa por linhas incisivas nas bordas. Também são relacionadas à Fase Mossâmedes rodela de fuso confeccionadas a partir do aproveitamento da parede (TERMINOLOGIA, 1976; SCHMITZ e BARBOSA, 1985), com ocorrências registradas nas Microrregiões do Mato Grosso Goiano, Sudoeste, Meia Ponte e Alto Araguaia, nas bordas das serras Kayapó, Dourada e Pirineus. Esta localização relaciona essa Fase ao grupo Kayapó, somada à identificação do

uso de plantas como inhames, batatas, outros tubérculos e o milho, que coincide com a base alimentar dos grupos Jê do Brasil Central (Wüst *apud* ATAÍDES, 1998).

Seguindo a mesma linha das “evidências negativas”, proposta por Souza (1998), e da ausência/presença, proposta por South (2007), Ataídes (1998, p. 168) propõe a “negação consequente”. A partir dela, o autor observa que, além da justaposição dos vestígios arqueológicos da Fase Mossâmedes na região tradicionalmente ocupada pelo grupo Kayapó, verifica-se também a ausência destes mesmos vestígios em outras áreas não ocupadas por esse grupo.

De acordo com esta proposta, o grupo Kayapó, tradicionalmente ocupante da região onde está localizado o sítio Maria Mendes, seria herdeiro de uma produção cerâmica ligada à Tradição Aratu, Fase Mossâmedes, logo, de uma cerâmica com contornos simples e pouca decoração. Entendemos, assim, ser bem diferente da realidade de variações decorativas analisadas nesse trabalho, o que distancia os ocupantes daquele local das influências indígenas do grupo Kayapó e Macro-Jê e indica a influência, em algum momento, do grupo Guarani, Tupi.

Conforme Noelli (1996, p. 9 e 10),

por Tupi designa-se um tronco linguístico que engloba aproximadamente 41 línguas que se expandiram, há vários milênios, pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Por Tupi são designados também os povos falantes dessas línguas. Das 41 línguas, as mais citadas desde a chegada dos europeus foram o Guarani e o Tupinambá.

Além de falantes da língua Tupi, diversos autores assinalam a cultura material cerâmica como ponto decisivo para diagnosticar o povo Guarani. E dentro desta cerâmica, destacam o tratamento de superfície denominado de Corrugado, como componente determinante para identificação deste grupo (BROCHADO *et al.*, 1969; LA SALVIA e BROCHADO 1989; PÄRSSINEN 2005; LINO 2009).

Cerezer (2011) acrescenta que a cerâmica Guarani partilha de traços comuns, com caráter prescritivo, cujas regras são ordenadas, e as similaridades na reprodução não possuem muita variabilidade.

Dentro da classificação por Tradição, Brochado *et al.* (1969) identificam a cerâmica Guarani como pertencente à Tradição Tupiguarani. Tradição essa que possui, conforme Brochado (*apud* LINO, 2009), duas subtradições, ambas com origem na Bacia Amazônica, porém com histórias distintas de expansão migratória, iniciada por volta de 3.000 anos AP.. Estas subtradições são: a Tupinambá, cujos

povos migraram pelo litoral Norte até aproximadamente onde hoje se encontram as divisas dos estados do Paraná e São Paulo, e a Guarani, que teria migrado para o sul, seguindo pelo Oeste pelas bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, chegando até à Bacia Platina e daí expandindo-se por todo litoral. Como indica o autor, tais análises corroboram os estudos da expansão do tronco linguístico Tupi pelo território brasileiro e com a observação da escolha do Bioma da Mata Atlântica, em detrimento do Bioma Cerrado, para efetuarem essa locomoção.

No litoral, Brochado *et al.* (1969) sugerem um deslocamento da Tradição Tupiguarani da região Sul para o Norte, a partir de vestígios no estado do Rio de Janeiro, com as Fases Itaocara e Sernambitiba (datada de 1330 A.D., identificadas pela presença do Tipo Corrugado), com a Fase Itabapoana (como uma transição para o Tipo Escovado) e com a Fase Guaratiba (datada de 1270 A.D., identificada pela aplicação de Pintura). Seguindo o deslocamento até o estado da Bahia, com as Fases Cabrobó e Coribe, mais recentes, até a Fase Calundu, classificada como parte da Tradição Neobrasileira e caracterizada pela presença de Variações decorativas dos Tipos Corrugado, Escovado, Ponteadado, Digitado, Inciso e Roletado aparente.

Sobre essa Fase Calundu, vale ressaltar que sua denominação se deve às pesquisas arqueológicas realizadas por Dias Junior (apud LIMA, 1993), na Fazenda Calundu, no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e também posteriormente encontrada em sítios entre o litoral do Rio de Janeiro até a Bahia. O que chama atenção, nesta Fase, além da presença do Corrugado é o denominação Calundu, já que essa palavra, popularmente nos nossos dias associada a mau humor, irritação ou tristeza, está diretamente ligada a cultos afro-angolanos e às origens do Candomblé no Brasil (SOUZA, 2002). Essa ligação pode indicar que a cerâmica da Fase Calundu, carregada de elementos indígenas, principalmente o Corrugado Guarani, e discutida por Brochado *et al.* (1969) como parte do deslocamento da Tradição Tupiguarani, pode ter ligação, de alguma forma ou em algum momento, com grupos africanos.

La Salvia e Brochado (1989), em seus estudos sobre a cerâmica Guarani, classificam o tratamento de superfície Corrugado como um Tipo decorativo de Ação Digital que tem como expressão decorativa a dobra e consiste na “ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da argila

arrastada” (LA SALVIA e BROCHADO, 1989, p. 35). O autor divide o Tipo Corrugado em seis Variações: Grosseiro, Assimétrico, Simples, Imbricado, Perpendicular e Oblíquo.

No sítio Maria Mendes, foram identificadas 153 unidades da expressão decorativa do Tipo Corrugado (IMAGEM 33). Estão distribuídas em oito Variações: 62 Corrugado Grosseiro, 48 Corrugado Assimétrico, 27 Corrugado Simples, 13 Corrugado Imbricado, dois Corrugado Perpendicular, um Corrugado Oblíquo, dez Corrugado Imbricado em pasta branca e um com decoração dupla Corrugado Imbricado em pasta branca mais Inciso.



IMAGEM 33

Variações da expressão decorativa Corrugado

a) grosseiro; b) assimétrico; c) simples; d) imbricado; e) perpendicular; f) oblíquo; g) imbricado em pasta branca, mais Inciso

Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Como foi informado no item 3.2.1, a presença desta expressão decorativa indígena, em sítios associados a contextos de escravos africanos, tem se tornado comum, tendo sido identificada em sítio em Mato Grosso e em Goiás por Souza e Symanski (2009), e em São Paulo, por Agostini (2011). Porém, em ambos os casos, esse Tipo de expressão decorativa foi encontrado em vasilhames com forma de assadeiras, com contornos abertos, diferente dos identificados no sítio Maria Mendes, cujas formas dos vasilhames, em sua maioria, possuem contorno fechado.

Além dessa diferença das formas e contornos, conforme apontado por Souza (2010) e afirmado por Agostini (2011), as assadeiras com Corrugado possuem indícios de uso no preparo da farinha de mandioca, logo, eram levadas ao fogo. E fazendo uma ligação com o uso e o tipo de queima, Souza (2010) consegue associar a vestígios de fuligem encontrados na superfície dos vasilhames, com o tipo de queima²⁶ utilizado durante a fabricação da cerâmica. Observa-se que as vasilhas, encontradas no ambiente de serviço (cozinha/preparo de alimentos), possuíam queima redutora que conferia à vasilha uma resistência maior para o contato com o fogo (estando nesse grupo as assadeiras com Corrugado); enquanto as vasilhas, encontradas em ambientes sociais (servir à mesa), possuíam queima oxidante, que conferia à vasilha uma resistência menor, dando um aspecto mais refinado.

Quanto à coleção do sítio Maria Mendes, a queima identificada nas unidades com Corrugado apresentou uma percentagem de 45% de queima redutora, sendo que, nessa, apenas 25% possuíam fuligem na superfície externa; e 55% com queima oxidante, incluídas aqui as 11 unidades de Corrugado Imbricado em pasta branca, que possuem uma aparência mais refinada.

3.2.3 Influências Europeias

Concluindo a exposição das características dos vestígios analisados, usados como fonte para entender as referências usadas pelo oleiro, também foram exumadas da estrutura escavada algumas peças com formas e decorações que sugerem uma imitação inspirada em louças e utensílios europeus.

Apesar de informações recorrentes sobre tais imitações, são poucos os trabalhos que abordam especificamente o tema. Em sua maioria, esses trabalhos são inferências sobre a confecção da louça como emulação ou imitação da porcelana (BRANCATE *apud* AGOSTINI, 2011), ou de seu uso pela classe mais

²⁶ Queima – parte do processo de produção cerâmica, classificada conforme o ambiente estrutural da queima. É dividida em queima Redutora- devido ao processo de redução do oxigênio e presença de gás carbônico que confere uma coloração escura na parte interna da parede do vasilhame e queima Oxidante- devido ao processo de redução do gás carbônico e presença de oxigênio confere à peça uma coloração clara na parte interna da parede do vasilhame. Ver mais em TERMINOLOGIA (1976)

baixa, imitando comportamentos à mesa da classe mais abastada (LIMA *apud* AGOSTINI, 2011; SENA, 2007).

Sena (2007), fazendo uma análise sobre a história da Fábrica de Cerâmica Saramenha, do início do século XIX, localizada na região de Saramenha ou Sarmenha, próximo à Vila Rica, Minas Geras, apresenta um desses casos de reprodução da louça em cerâmica. Conforme narrou o naturalista John Mawe (*apud* SENA, 2007). Esta região está assentada no sopé do morro de Santo Antônio, formado por xisto argila. Essa argila, rica em caulim - ou do Tupi *tabatinga* - era utilizada em natura para tornear os objetos. A falta de adição de antiplástico contribuía para a fragilidade das peças, problema amenizado com a cobertura de toda a superfície com uma espessa camada de verniz, conferindo um aspecto vidrado ao produto final. Para a autora, o resultado final apresenta formas e decorações que imitam as louças importadas pela comunidade regional, argumentando que tal imitação demonstra a influência dos usos e costumes europeus na mesa mineira, no século XIX.

Entendidas aqui mais como uma forma sensível do oleiro, ao escolher configurações e desenhos requintados, no sítio Maria Mendes essa emulação ou imitação pode ser observada nas formas de alguns pratos que remetem à louça europeia (IMAGEM 34). Tais pratos são representados por 26 unidades, divididas em quatro variações de decoração única e três variações de decoração dupla, e são: Únicas - quatro modeladas em ondas espaçadas, uma modelada em ondas contínuas, duas modeladas em ondas com crista contínua, três modeladas em ondas espaçadas e crista aplainada; Duplas - 14 modeladas em ondas com crista esparsa mais entalhe único, uma modelada em ondas com crista esparsa mais entalhe duplo, uma modelada em ondas esparsa mais Impresso estocado longitudinal, paralelo (IMAGEM 34e-l).

Como fonte para essa reprodução nos pratos, vários tipos de louças importadas podem ter servido como inspiração, como as travessas analisadas por Sandão (1976), dentro do conjunto de louças fabricadas em Portugal, entre os séculos XVIII e XIX (IMAGEM 34a-c). Nessas travessas podem ser observadas tanto a modificação da superfície, quanto as ondas, cristas e entalhes, apresentadas na cerâmica analisada. Louças com decoração do tipo *Royal rim*, como as que compõem a coleção de faiança fina do sítio (COSTA E SYMANSKI, 2004; IMAGEM

33d) podem ter servido de inspiração para outros pratos com superfície modificada (IMAGEM 34e).



IMAGEM 34

Modelos de Louças e possíveis reproduções na cerâmica

a) travessa de louça Juncal-1770; b) travessa de louça Briozo-1779; c) gomil de louça Massarelos-séc. XVIII; d) borda de prato Ryal rim de louça do Sítio Maria Mendes; e) Cerâmica modelada com ondas espaçadas; f) cerâmica com ondas contínuas; g) cerâmica com ondas com crista contínua; h) cerâmica com ondas espaçadas e crista aplainada; i-j) cerâmica com ondas com crista esparsa mais entalhe único; k) cerâmica com ondas com crista esparsa mais entalhe duplo; l) cerâmica com ondas esparsas mais impresso estocado

Fontes: a-c) Sandão (1976, p. 140, 133 e 137 respectivamente); d) Costa e Symanski (2004, p. 233); e-l) Fotos: Viviane Nóbrega (2013)

Nessa mesma linha, pode ser acrescentada a semelhança entre a logomarca da fábrica de louça Minton, representada por um signo em forma de asterisco, em baixo relevo, no fundo das peças por ela fabricadas (COSTA E SYMANSKI, 2004; IMAGEM 35a). Tal asterisco encontra similaridade numa unidade decorativa da coleção, em que se observa que foi carimbada uma sequência destes signos sobre um applique longitudinal (IMAGEM 35b). Essa variação, em particular, também pode ser associada ao símbolo apresentado no item 3.2.1, como representação africana, porém, como possibilidade, nada impede sua inspiração na louça.

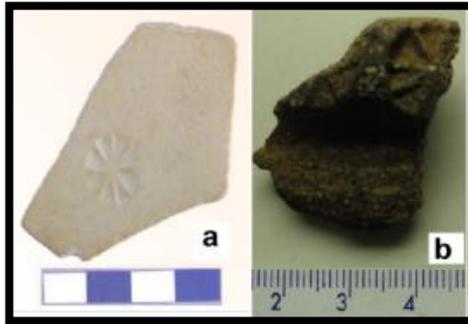


IMAGEM 35
 Marca de Louça e possível reprodução
 na cerâmica
 a) Marca Minton- fundo de prato; b)
 aplique longitudinal c/ sequência de
 carimbos em asterisco
 Fontes: a) Costa e Symanski (2004, p.
 234); b) Foto: Viviane Nóbrega (2013)

Outro exemplo de uma possível imitação de forma inspirada em utensílios europeus, encontrado no sítio, é a peça que apresenta uma alça aplicada, nas laterais do vasilhame, onde se observa uma espécie de 'rebite', posicionado na extremidade da alça (IMAGEM 36). Tal decoração assemelha-se com alguns tipos de caldeirões ou caçarolas de metal, utilizadas em serviços na cozinha.



IMAGEM 36
 Possível reprodução de caldeirão de metal na cerâmica
 Foto: Viviane Nóbrega (2013)

No que diz respeito à gama de informações sobre os vestígios do sítio arqueológico Maria Mendes, alguns dados se destacam, principalmente diante da presença maior de expressões decorativas africanas, na coleção cerâmica do sítio. Este fato reforça a influência negra sobre a produção e o uso da cerâmica naquele local, porém com apropriações de expressões indígenas e europeias, incorporadas ao saber fazer do oleiro e ao gosto usual dos ocupantes do sítio Maria Mendes.

O desafio aqui será entender essa gama de influências, apesar dos dados inconclusivos de sua identificação ocupacional. Esta tentativa, porém, será desempenhada a seguir, dentro de uma perspectiva que destaca a sensibilidade criativa demonstrada por quem produziu e utilizou essa coleção.

4 MARIA MENDES – UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SEU LEGADO

“O que transforma coisas simples em espetaculares são as mãos que as moldam. O barro, nas mãos de pessoas comuns, continua sendo apenas barro” Drummond Lacerda

O desafio, imposto pela falta de identificação dos ocupantes do sítio Maria Mendes, nos instiga ainda mais a tentar compreender, através da diversidade dos vestígios ali encontrados e da proveniência de sua coleção, o que esses objetos podem nos dizer sobre quem os confeccionou e utilizou, buscando, ao dar voz aos seus vestígios, compreender o seu legado.

Diante desta busca, a gama de influências, observada na coleção do sítio, nos remete à questão importante sobre a ação do oleiro na produção daquela cerâmica.

Lembre-se que o oleiro aqui não é definido apenas como um confeccionista de cerâmica, atuando no sítio, mas como uma ideia de agência criativa, envolvendo sensibilidade e estilo sobre as escolhas realizadas para a confecção e uso da cerâmica naquele local. Mesmo porque os diferentes resultados observados na cerâmica, de espessuras, queimas, formas e outros aspectos tecnomorfológicos (como uso da denominada pasta branca) nos leva a acreditar em diferentes fontes de fabricação, não necessariamente em outro local, mas em épocas ou por pessoas diferentes, no decorrer da ocupação do sítio Maria Mendes.

4.1 RESSIGNIFICANDO UMA TRAJETÓRIA

Partindo dessa ideia de agência criativa e buscando inferir como se deu o aparente processo de ressignificação sociocultural naquele ambiente, este trabalho procurou referências que ancorassem tais opiniões e que permitissem um diálogo interdisciplinar entre os dados históricos e arqueológicos, primando, assim, por um dos objetivos principais desta pesquisa.

Considerando o contexto formado durante a economia aurífera e guardadas as devidas proporções de uma convivência harmoniosa ou do resultado de uma miscigenação bem sucedida, defendida pelo sociólogo e antropólogo Gilberto de

Mello Freyre, em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (2005), não se pode negar que houve uma convivência negociada entre os grupos que influenciaram a formação do atual povo brasileiro. Fato levado em conta, principalmente tendo em vista que em muitas relações de negócios, infelizmente, os resultados não beneficiam igualmente todas as partes.

Em relação aos grupos africanos, Souza e Agostini (2012, p. 118) citam Appiah, para argumentar que, ao serem colocados em contato, aqueles grupos tiveram que encontrar meios de convivências, apesar das diferenças regionais e culturais, gerando, a partir daí, comunidades, pertencimentos e expressões novas. Pondera-se com isso que “conexões humanas podem não necessariamente acontecer através de identidade, mas, na verdade, apesar da diferença” (APPIAH 2006 *apud* SOUZA e AGOSTINI, 2012 p.118).

Essas conexões não são entendidas aqui apenas como resultados entre africanos trazidos para o contexto escravo no Brasil, mas como resultado da convivência humana, a despeito de suas diferenças.

Nessa linha, propomos que os vestígios do sítio Maria Mendes sejam percebidos como frutos das negociações ocorridas no decorrer do convívio do oleiro com diferentes grupos. Nesse processo, durante sua trajetória, ele teria apreendido influências que, agora por ele agenciadas, foram ressignificadas e representadas na cerâmica do sítio.

Tal proposta, de apreensão de conhecimento, se sustenta no fato da observação de diferentes influências, em um local onde o convívio direto teria sido complexo. Esta complexidade ficou evidenciada pelos fatos apontados (ver item 2.4) em relação à ausência de indícios de fluxo comercial na área, ou de outras atividades econômicas que gerassem essa diversidade de vestígios cerâmicos. A mesma também foi corroborada com o fato (ver item 2.6.2) em que pese a influência indígena Guarani, através da expressão decorativa do Tipo Corrugado, nesse caso, presente num território tradicional Kayapó do Sul.

Entretanto, ao observarmos a coleção, não podemos sugerir um processo de cópia e, sim, um processo de ressignificação das influências recebidas. Estas ressignificações, ao serem representadas na cerâmica, fazem parte de uma construção sobre a realidade do mundo do oleiro, que nortearam suas condutas e suas práticas sociais, dando sentido a suas ações na construção de sua realidade (PESAVENTO, 2012).

A despeito disso, para entender como são construídas nossas 'representações do mundo', os sociólogos Durkheim e Mauss (2009) usaram como fonte para suas inferências os sistemas de classificação de sociedades primitivas australianas, americanas e de algumas ilhas do Pacífico. Por meio daquelas sociedades, argumentaram que as classificações (baseadas em Fratrias, Totens, Subtotens, Clãs etc) são frutos de vínculos estabelecidos entre os indivíduos do grupo ou entre grupos. Estes vínculos são determinados por relações lógicas originadas dos "estados de alma coletivas [... através de] afinidades sentimentais entre as coisas assim como entre os indivíduos" (DURKHEIM e MAUSS, 2009, p. 453). Para os autores, essas relações lógicas exercem influências, mesmo que remotas, sobre "o conjunto de hábitos mentais" (p. 455) das sociedades.

Sugiro, então, pautada na agência do oleiro, que seus 'hábitos mentais', como propostos por Durkheim e Mauss (2009), foram influenciados por fontes que, dentro de uma relação lógica, lhe gerou afinidades sentimentais, levando o oleiro à representação do seu mundo na forma que lhe era mais familiar, na confecção da cerâmica.

Chartier (2002, p. 17), ao analisar as representações do mundo social, na França do Antigo Regime, argumenta que os arranjos e partilhas além de próprios do grupo representado, são formados a partir de 'esquemas intelectuais' nele incorporados. Estes esquemas dão sentido ao presente vivido e tornam o espaço e o ambiente acessíveis e passíveis de serem entendidos.

O autor propõe considerar um conceito de representação resultante de duas ordens de razões ou de dois sentidos: "por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, [neste sentido a imagem substituiria o objeto na memória tal como ele é], por outro, a representação como exibição de uma presença" (CHARTIER, 2002, p. 20). Neste caso, a imagem personificaria publicamente algo ou alguém, substituindo por imagem simbólica uma ideia, uma moral.

Nesse sentido, ao salientarmos que os 'hábitos mentais' do oleiro possuem uma razão lógica e própria, podemos inferir, concordando com Chartier (2002), que essa razão possua 'esquemas intelectuais' que tornaram acessíveis ao entendimento as representações por ele ressignificadas. Do contrário, acredito que não haveria aceitação ou continuidade dessas representações na cerâmica utilizada no sítio. Estes dados, na coleção, foram observados a partir da recorrência de algumas Variações dos Tipos Inciso e Corrugado, impressos de diferentes formas e

com resultados distintos que, como já frisado, levam a acreditar em diferentes fontes, épocas ou pessoas agenciando a fabricação dessa cerâmica. Fatos que contribuem com a ideia de acessibilidade às representações agenciadas.

Entendo então que as representações no sítio, dentro das ordens de razões e sentidos propostas por Chartier (2002), também tiveram aceitação, porque além de substituir o objeto na memória, também personificaram seu significado simbólico e moral em quem observou o resultado. Saliento isso ao considerar que as representações do mundo do oleiro não causaram estranheza ao observador, mesmo quando não apresentavam feições simbólicas propriamente suas. Isto é tão mais importante, principalmente ao levarmos em conta a presença dos diferentes signos (linhas, ziguezagues, losangos, semicírculos, cruciformes) que referenciam, como visto, diferentes grupos africanos (Macua, Angola, Yoruba, Banto) e que conviveram concomitantemente no sítio. Igualmente a presença de elementos indígenas ou europeus entre os elementos africanos não causaram estranheza. Assim, se reforça a ideia da criação de novos contextos diante de diferenças negociadas.

4.2 EVENTOS SENSÍVEIS E CRIATIVOS

Pesavento (2012) afirma que imagens são elaborações mentais, conscientes ou não, para comunicar e produzir reações em quem as observa. Para a autora, a imagem, quando agregada à representação, deve assumir um papel que vai muito além da mera ilustração, adquirindo uma carga discursiva, inserida como fonte do passado, para testemunhar um tempo, sendo necessária uma análise semiológica²⁷ para alcançar os significados que estão implícitos na imagem.

Por sua vez, Agostini (2011, p.111), citando os estudos feitos pela etnolinguista e escritora, natural da República Democrática do Congo, Clémentine Faïk-Nzuji, afirma que são raras as formas decorativas, em contextos africanos tradicionais, que sejam meramente estéticas, sem um significado atribuído, sem uma funcionalidade e eficiência.

Não sendo 'meramente estéticas', o que podemos salientar é que essas 'elaborações mentais' agenciadas pelo oleiro e agora observadas na coleção do sítio

²⁷ Maiores informações sobre Semiótica, ler Santaella (2005).

Maria Mendes, possuem uma forma estilística própria que vai além do que foi dado a ver, da estética, configurando-se num meio de produção de sensações e emoções, numa forma de comunicação, de poder.

Proponho então que esta forma estilística, observada no sítio, seja entendida dentro do que foi postulado por Hodder (1993). Para o autor, estilo é interpretação subjetiva dos eventos, que atribui referência individual a um modo geral de se fazer, sugerindo uma dialética entre evento (ato) e interpretação (afirmação), que irá depender da posição e do contexto do interpretador. Sendo individual, o evento consistiria em uma interpretação feita a partir de outros eventos, abrangendo assim estratégias sociais.

Essas estratégias sociais envolvem, para Hodder (1993), criação de regras sociais, normas de comportamento e práticas econômicas. O autor ressalta que quem controla o estilo controla também a forma de ação, o que lhe confere poder. Este Poder (ativo e criativo) é parte fundamental da tríade que compõe o estilo, em conjunto com a Estrutura (forma de fazer - sequência, padrão e conteúdo/função) e a Interpretação (avalia/julga as similaridades, diferenças e qualidades referenciando o evento).

Style is involved in the social strategies of creating relationships and ideologies by the fixing of meanings according to established criteria. It includes the power to control spatial structures and the movements of people within them, and it includes the ability to halt time or control its passing. (HODDER, 1993, p. 46).²⁸

Nessa linha analítica, sugiro que o oleiro, ao agenciar os eventos de sua trajetória até o momento da produção da cerâmica, realizou uma interpretação destes eventos e, a partir daí, conferiu suas referências individuais ao modo geral de fazer cerâmica. Nessa produção, imprimiu toda a tríade proposta por Hodder (1993), ou seja, a estrutura na forma de fazer, a interpretação ao julgar a relevância dos atributos utilizados e o poder exercido de forma sensível e criativa.

Entendo esse poder como sensível, pois é formado por uma carga de significações, de “representações sensíveis” (PESAVENTO, 2012, p. 58) que

²⁸ ‘Estilo está envolvido nas estratégias sociais de criar relações e ideologias através da fixação de significados de acordo com critérios estabelecidos. Isso inclui o poder de controlar as estruturas espaciais, acabar com os movimentos de pessoas dentro delas, e inclui a habilidade de parar o tempo ou controlar a sua passagem’ (minha tradução livre).

fundamentaram as elaborações mentais subjetivas que definiram as escolhas estilísticas ressignificadas. Essas representações do mundo sensível envolvem o mundo imaginário, a cultura e suas significações, sendo que seu conhecimento “vem do íntimo de cada indivíduo” (PESAVENTO, 2012, p. 56). É dali que compete às sensibilidades extrair as emoções, sensações e subjetividade.

Essa subjetividade é notada no modo de fazer do oleiro, nas suas escolhas de diferentes matérias-primas, na opção pela pasta branca, a fim de obter um aparente resultado mais refinado, utilizando-se, neste caso, por exemplo, do mesmo Tipo Corrugado para decoração, do qual faz uso em vasilhas do ambiente de serviço (IMAGEM 33). Ele também se expressa de modo livre, como no desenho do fragmento de telha (IMAGEM 16) e nos delicados fragmentos planos (IMAGEM 24), com ‘Bordadura’ e ‘Flor’ que, para mim, manifestam uma visão de mundo sensível, aberto às influências, do qual fazia parte o oleiro agenciador da cerâmica do sítio Maria Mendes.

Esse poder também constitui um poder criativo, pois, além das escolhas de suas próprias referências africanas, o oleiro também julgou relevante estruturar, no seu produto, as influências recebidas de grupos indígenas e europeus. Assumiu um papel que perpassou a mera ilustração e se posicionou como um discurso de uma representação. Estruturou a cerâmica de uma forma tal que o observador de seu estilo também o interpretasse como seu, vinculando-o ao contexto do sítio. Desta forma, o oleiro pode controlar a fixação de suas representações, de suas percepções do mundo, no tempo e no espaço.

4.3 UM LEGADO AFRICANO?

Neste contexto, e diante da pluralidade de signos que traduzem um inegável predomínio da influência de grupos africanos sobre a coleção do sítio Maria Mendes, discuto as representações observadas a partir de ressignificações agenciadas por um oleiro de origem africana. Nisto, considero que os caminhos tomados, ou impostos, a esse oleiro levaram-no a produzir, como resultado de um convívio anterior, uma cerâmica carregada de signos. Esses signos foram escolhidos por lhe geraram afinidades sentimentais, traduzindo e transmitindo sua visão de mundo.

Souza (2013, p. 11), ao expor as várias possibilidades encontradas pelos africanos para superar as dificuldades impostas pelo ambiente escravo, propõe uma

análise arqueológica que observe tais estratégias “criativas e flexíveis dos recursos materiais” como meio para entender a organização sociocultural daqueles grupos.

Como parte dessa negociação social, além da manipulação dos espaços ocupados pelos escravos e da apropriação de objetos para usos míticos religiosos, havia a aquisição de itens, por compra ou ganho, como louças e metais, criação de animais para uso ou mesmo aluguel, venda ou troca de artigos plantados, caçados ou fabricados por eles. Destacando os artigos fabricados pelos escravos, o autor ressalta como aqueles itens poderiam expressar a “visão de mundo e referências culturais dos indivíduos que os utilizaram, muitas vezes em clara oposição à cultura material utilizada pela população livre e branca” (SOUZA, 2013, p. 19).

O entendimento desta ressignificação dos símbolos africanos, manipulada nos objetos, vem se tornando cada vez mais abrangente, tendo em vista as diversas pesquisas que estão sendo realizadas com base em questões que envolvem a África, o africano e a escravidão²⁹. Tais pesquisas, além de quebrarem diversos paradigmas de submissão, tolerância e conformismo, estão contribuindo para elucidar os papéis exercidos pelos africanos trazidos como escravos para o Brasil. Estes papéis, distantes da ideia de coadjuvantes, tomaram lugar de destaque e de fundamentais em diversos aspectos, indo além do braço forte, dos vocábulos, dos dotes culinários e dos atabaques e tambores, passando para uma agência bem mais cotidiana, infiltrada no que aparentava ser um sistema totalmente dominante dos seus senhores.

Aquiescendo com Souza (2013), assumo que tais ações seriam ressignificações de regras e recursos herdados pelo grupo. Além disso, adiciono que essas ações extrapolaram o contexto escravo, chegando a diferentes grupos e camadas sociais e algumas delas perpetuando-se ao longo do tempo.

Num sentido sensível, as ações ressignificadas demonstram como o oleiro classificou o mundo ao reagir “diante de situações e personagens sociais” (PESAVENTO, 2012, p. 58), o que ele escondeu e o que escolheu para ser visto. Nesse sentido, concordo com Pesavento (2012, p. 57) quando diz que essas ressignificações sensíveis “seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber”, e acrescento que são formas pelas quais também deixam seu legado.

²⁹ Acerca destas questões, rever o capítulo 2 desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta constatar o fato, é preciso deduzir dele uma prática, um preceito de moral.

Marcel Mauss

O Sítio Arqueológico Maria Mendes representa uma importante fonte para tentar entender algumas questões relevantes tanto para a História quanto para a Arqueologia. Questões que observem seu contexto, como parte resultante do processo de ocupação do território goiano, desde os primeiros ocupantes indígenas até a invasão colonial que trouxe com ela o processo de escravidão indígena e africana.

Pois foi a partir desse contexto, criado pela convivência entre indígenas de diferentes grupos, africanos de diversas nações e colonos paulistas e portugueses, que foram pensadas as relações dos ocupantes do sítio com a cerâmica e todos os traços de representação ressignificada nela observada.

Mesmo sem solucionar uma das questões propostas, no que se refere à sua identificação ocupacional, essa pesquisa possibilitou inferências sobre as relações de coexistência do oleiro com diferentes grupos culturais. Também permitiu que a agência do oleiro sobre a cerâmica do sítio pudesse ser discutida a partir de elementos que demonstram suas representações sobre o mundo por ele percorrido em sua trajetória de vida, da África até o sítio, dentro do contexto histórico da Província de Goiás, do início do século XIX.

Contudo, creio que a leitura e a interpretação feitas a partir do cruzamento de dados históricos e os vestígios do sítio, dentro da proposta de 'evidências negativas' e dos dados presentes, e em alguns casos ausentes no sítio, contribuíram, e muito, para solucionar pontos sobre processos deposicionais e de possíveis usos, neste caso do não uso, do local. Também contribuiu, ao expor dados sobre a Mata dos Crioulos, sobre a ausência de estruturas construtivas e da ausência do olhar controlador dos senhores sobre a população do sítio, para que o entendimento das influências sobre a cerâmica fosse feita a partir de uma agência africana.

Essa cerâmica, fruto das relações negociadas pelo oleiro, além de apresentarem suas escolhas tecnomorfológicas, sua permanência, no tempo, como vestígio cultural, também possibilitou a observação de signos e de formas de fabricação, ressignificadas por esse oleiro a partir de suas influências africanas, indígenas e europeias. Ressignificações que, ao serem incorporadas ao saber fazer do oleiro, foram apropriadas pelo gosto usual dos ocupantes do sítio Maria Mendes.

Impressas na cerâmica através de um estilo sensível e criativo, estas representações ressignificadas, além de se comunicarem com os usuários desta cerâmica no sítio, também deixaram um legado que pode ser entendido, ao menos em parte, por nós observadores dos sinais e das imagens que testemunharam um contexto no passado e continuam produzindo sensações e emoções no presente.

Digo em parte, pois podemos também tentar entender a agência negociada do oleiro sobre a cerâmica, como forma de representação do seu mundo, através dos 'hábitos mentais' propostos por Durkheim e Mauss (2009) e pelos 'esquemas intelectuais', resultando nas 'ordens de razões' propostas por Chartier (2002). Trata-se de entender as suas ressignificações, através do seu estilo sensível e criativo, pelo qual ele se deu a perceber.

Podemos, por meio de estudos que dialogam com o objeto cerâmico e que correlacionam a cultura material arqueológica com grupos culturais africanos, analisar os diferentes sinais ali encontrados. Podemos observar e até classificar os sinais em ziguezague, losangos, semicírculos concêntricos, linhas, ondas, e cruciformes e tentar inferir sobre sua identificação a partir das referências de grupos étnicos africanos que foram trazidos da África para o Brasil. Podemos tentar entender a convivência negociada entre grupos étnicos africanos distintos e, em alguns casos inimigos como os Macua e Banto, através da presença da representação de sinais de escarificação em comum; tentar entender como a impressão de uma cosmovisão Bakongo, através de um aplique cruciforme, não causou estranheza aos demais integrantes do sítio.

Podemos supor, no caso da influência indígena, observada pela presença das Variações da expressão decorativa do Tipo Corrugado, que essa influência relacionada ao povo Guarani tenha sido recebida pelo oleiro, durante sua estada no litoral, principalmente pelas constatações, observadas nos estudos sobre as questões indígenas aqui abordadas. Constatações de que os povos Kaiapó do Sul, falantes de língua Jê, eram, durante o processo de ocupação colonial, os ocupantes

da área em que está localizado o sítio Maria Mendes; de que possivelmente estes povos produziam uma cerâmica tecnomorfologicamente distinta do Tipo Corrugado; de que os Kayapó do Sul e os povos Guarani, falantes de língua Tupi, eram culturalmente oponentes e possuíram históricos de ocupações temporais distintos no território brasileiro; de que povos indígenas tiveram contato e conviveram com grupos africanos, principalmente no litoral; de que a Fase arqueológica Calundu, que apresenta Variações do Tipo Corrugado, pode possuir muito mais que uma relação de antonomásia, entre o nome da fazenda onde foi encontrada e a expressão ligada a cultos afro-angolanos, possuindo também uma relação direta com a convivência entre grupos indígenas e africanos. Ainda, a constatação de que o uso do Tipo Corrugado, com diferentes Variações, em diferentes tipos de argilas, em diferentes formas de vasilhas e em diferentes sítios ligados ao sistema escravo, demonstra a agência africana da influência indígena recebida.

Podemos, pela identificação da influência europeia sobre a visão de mundo do oleiro, tentar trazer estudos que abordem questões sobre as apropriações de elementos culturais europeus na cerâmica, além da imitação do comportamento à mesa. Podemos ir além, pois me desafia o direcionamento dos estudos apenas visando a emulação do comportamento da elite/burguesia pelos imitadores, negligenciando as ações pelas escolhas individuais, da agência de um estilo próprio que leve em consideração as sensibilidades do oleiro, mas confesso não ter dado o passo esperado.

Contudo, alguns fatores me instigaram a dar os primeiros passos rumo a futuras pesquisas. Primeiro passo para tentar entender por que um único fragmento de telha estaria presente num contexto nulo de outros materiais construtivos, e principalmente, em que grau, a decoração nela impressa, tem relação com o fato. Primeiro passo para buscar entender a correlação entre o dado histórico, da captura de crianças indígenas para serem criadas por famílias coloniais, e o imaginário popular empírico goiano de que descendem de índios ‘pegos a laço’. Concordando com Pesavento (2012, p. 118) de que “fazer História é uma aventura de descoberta que se renova passo a passo”, incluo que fazer Arqueologia também é assim.

Por essas e outras possibilidades é que, ao confrontar a gama de vestígios materiais e contextuais do sítio Maria Mendes com as problemáticas de identificação ocupacional que o sítio apresenta, tal fato, ao menos para mim, não diminui sua relevância e muito menos aplaca a voz de sua cultura material. Fato que me faz

concordar com Pesavento (2012, p.115); “a racionalidade não explica tudo, operando o historiador com um regime de verdade segundo o qual as conclusões podem ser admitidas como provisórias”.

Espero, pelo desenvolvimento científico, mesmo que seja provisório, devido às diversas possibilidades que ainda oferece o sítio Maria Mendes, que esse trabalho tenha dado um passo relevante para o entendimento daquele local. E acredito principalmente que ele tenha sossegado minha inquietude do TCC de Arqueologia, de que deveria ter feito mais pelos vestígios do sítio. Tive o cuidado de ter refletido criticamente e seguido o conselho de não ter apenas escrito um ‘texto cheio de detalhes técnicos inúteis e vazios de discussões e resultados’³⁰. Porém acredito, como Pesavento (2012, p. 115), que “o resultado é sempre uma versão possível, plausível”.

Espero, também, dentro do objetivo proposto, ter entendido que os sinais expressos na cerâmica são uma forma de representação sociocultural, agenciados pelo oleiro. Agência que exprime o poder do seu estilo, independente do ambiente no qual ele estivesse atuando. Agência que, se exercida em um ambiente escravo, lhe dava o poder de usar suas influências africanas através de ressignificações de signos próprios de seu continente de origem, próprios de sua cultura entrelaçada com outras culturas africanas. Agência que, estando o oleiro em ambiente ‘livre’, lhe dava o poder de se utilizar das influências indígenas e europeias recebidas durante sua trajetória até o momento de confecção da cerâmica. Agência que, a partir do ‘barro na mão do oleiro’, moldou significados, pelo menos no sítio Maria Mendes, negociados além e apesar das inegáveis diferenças.

Por fim, desejo que a presente pesquisa e dissertação contribuam com as duas áreas de conhecimento em questão, no sentido de evidenciarem questões relevantes para a compreensão de como a cultura material pode ser usada como expressão de ideias representativas, justificando a importância desta pesquisa, não só para o contexto histórico como para o contexto arqueológico, e estreitando os laços entre estas duas ciências.

³⁰ Orientação dada pelo Arqueólogo Prof^o Marcos André Torres de Souza, via e-mail em 2009

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. *Mundo Atlântico e Clandestinidade: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011

_____. Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do oitocentos. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena. (org.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ed. del Tridente, 2002

_____. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional* 3(2) 115-137, Inverno, 1998

ATAÍDES, Heloisa; SOUZA, Marcos André. Cultura Material - uma fonte legítima? As contribuições da História e da Arqueologia para o debate. *Revista de divulgação científica/IGPA*. Goiânia: Ed. da UCG, v. 2, p. 81-93, 1998

ATAÍDES, Jésus. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. da UCG, 1998

ATAÍDES, Jésus; MENDONÇA, Paulo César. Ocupação Histórica da Área. In: *Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, p. 32 -37, 2004

ATALLAH, Jacob. A administração pública e o patrimônio cultural. In: *Compêndio de História e Cultura de Rondônia*. Porto Velho: FUNCER, pp. 171-180, 1983.

BECKER, Bertha. BRASIL - Tordesilhas, ano 2000. *Revista Território*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano IV, n. 7. p. 7-23, jul./dez, 1999

BICHO, Nono. *Manual de Arqueologia Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006

BROCHADO, José *et al.* *Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Publicações avulsas nº 12. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1969

CARVALHO, Adelmo. *Pirenópolis, Coletânea 1727-2000: História, Turismo e Curiosidades*. Goiânia: Ed. Kelpes, 2001

CEREZER, Jedson Francisco. *Cerâmica Guarani: manual de experimentação arqueológica*. Erechim: Habilis, 2011

CHAIM, Marivone. *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*. São Paulo: Nobel (Brasília), INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manoela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002

CHAUL, Nasr. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997

COELHO, Gustavo. Goiás: A ocupação pela agropecuária. In: *História Revista*. Goiânia: Departamento de História/UFG, v. 2, nº 2, jul/dex, p. 23-51, 1997

COSTA, Diogo; SYMANSKI, Luís Claudio. Os Sítios Históricos. In: *Relatório Final do Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, p. 171-243, 2004

COSTA, Lena. *Arraial e Coronel: dois estudos de historia social*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978

CUNHA MATTOS, Raimundo. *Corografia Histórica da Província de Goyaz, 1824*. Acervo IPEHBC. Goiânia: Ed. Lider; Secretária Goiana de Cultura (Reedição), 1979

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Acervo IPEHBC. [s.l.], Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia, 1836

DOLES, Dalísia E. M.; NUNES, Heliane P.. Memória da ocupação e colonização de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. In: *Ciências Humanas em Revista*. Goiânia: Ed. da UFG, vol. 3(1/2), jan/dez, p. 71-118, 1992.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação: Contribuição para o estudo das representações coletivas [1903]. In: MAUSS, Marcel, 1872-1950. *Ensaios de sociologia*. Tradução de Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, p. 399- 455, 2009

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [1933]. 50. ed. Rio de Janeiro: Global, 2005

GARALDIN, Odair. *Fazendo Guerra; Criando Imagens; Estabelecendo Identidades: A ocupação do Centro-Oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII*. História Revista, 6(1) p. 55-74, jan/jun, 2001

HODDER, Ian. Style as historical quality. In: Conkey, Margareth; hastorf, Christine. The uses of style in archaeology. Cambridge: CUP Archive, p.44-52, 1993

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis (1955)*. 1ª edição póstuma. Pirenópolis: [S.n.], 1971

KINDERSLEY, Dorling. *Armas: uma História visual de armas e armaduras*. Tradução de Tina Jeronymo. São Paulo: Ed Lafonte, 2012

KOTSCHO, Ricardo. *Serra pelada: uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas: Brasil Central*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980

LIMA FILHO, Manoel. Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva entre Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, Manoel; BEZERRA, Marcia. *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Org. Goiânia: Alternativa, p. 17-42, 2006

LIMA, Tânia. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço Bibliográfico (1960-1991). São Paulo: Anais do Museu Paulista, Nova Série n.1, 1993

LIMA, Tânia; FONSECA, Marta; SAMPAIO Ana Cristina; FENZL-NEPOMUCENO Andrea e MARTINS Antônio. Aplicação da Formula South a Sítios Históricos do século XIX. In: *Dédalo*. São Paulo: 27, p. 83-97, 1989

LINO, Jaisson. Arqueologia Guarani no vale do Rio Araranguá, Santa Catarina: aspectos de territorialidade e variabilidade funcional. Erechim: Habilis, 2009

MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília : UNESCO, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topói Revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 33-53, 2005

MELLO, Paulo. Apresentação. In: *Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, p. 8-11, 2004

MELLO, Paulo; BARBOSA, Maria do Socorro; VIANA, Síntia; SAMPAIO, Divaldo. Os Sítios Pré-Históricos. In: *Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, p. 38-151, 2004

MORAIS, Fabíola, PEREIRA JÚNIOR Max Esteves, MENDONÇA Paulo César. Antropologia, Arquitetura e Paisagem - Séculos XIX e XX – A população recente. In: *Relatório Final do Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, p. 171-243, 2004

NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju – 1944. Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

NÓBREGA, Viviane. *Entre linhas, pontos e apliques: uma análise da decoração plástica da coleção cerâmica do Sítio Histórico Maria Mendes / Campo Limpo de Goiás*, Goiânia: Trabalho de Conclusão de Curso em Arqueologia, IGPA/PUC Goiás, 2009.

NOELLI, Francisco. Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*, XXII, Jun, 1996. Disponível em <http://biblio.etnolinguistica.org>

OLIVEIRA, Adriana Mara. Um Lugar no século XIX: Meia Ponte. In: CHAUL, Nars; DUARTE, Luis Sergio (Org.) *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, p.15-55, 2005

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. *La cerámica en Arqueología*. Tradução castelhana de Rocío Barceló e Juan A. Barceló. Barcelona: Ed. Crítica, 1997

OWUSU, Heike. *African Symbols*. New York/London: Sterling, 2000

PALACÍN, Luís; GARCIA, Ladonias e AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos: I Colônia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

PÄRSSINEN, Martti. Quando começou, realmente, a expansão guarani em direção às Serras Andinas Orientais? *Revista de Arqueologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Arqueologia, vol. 18, p. 51-66, 2005

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

POHL, Johann. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução: Milton e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da USP, 1976.

ROCHA, Leandro. *Atlas Histórico*. Goiânia: Museu Antropológico/UFG, 2001

SALLES, Gilka. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/Ed. da UFG, 1992

_____. *O povoamento de Goiás (1736-1980)*. Goiânia: Ed. da UFG. Revista do IHCL, vol. 1, n. 1, jun-dez, p. 79-114, 1981

SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa – sec. XVIII e XIX*. Barcelos-Portugal: Companhia e Editora do Minho, 1976

SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da Linguagem e Pensamento: sonora visual verbal*. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2005

SANT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975

SANTOS, Vanicléia. Arqueologia das bolsas de mandinga: artefatos africanos de proteção no Brasil colonial. In: AGOSTINI, Camilla (Org.) *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 221-244, 2013

SENA, Tatiana. *O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em Vila Rica (1808-1822)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Mariana: UFOP, 2007

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011

SCHMITZ Pedro, BARBOSA Altair, JACOBUS A., RIBEIRO Maira. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central – Serranópolis I. In: *Pesquisas*. São Leopoldo: Inst. Anchieta de Pesquisas, Antropologia nº 44, 1989

SCHMITZ, Pedro, BARBOSA Altair. *Horticultores pré-históricos do estado de Goiás*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1985

SILVA, Maria Aparecida. *Raízes do latifúndio em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2004

SILVA, Martiniano. *Quilombos do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998

SOUSA, Ana Cristina. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX). In: SOUTH, Stanley (ed). *Historical Archaeology in Latin America*. Columbia: University of South Carolina, V. 6, p. 67-87, 1995

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na Arqueologia Histórica. *Vestígios*. Belo Horizonte: Argumentum, v. 1, n.1, p. 133- 148, 2007

SOUZA, Laura. *Revisitando o calundu*. São Paulo: 2002. Ensaio disponível em http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf acesso em 20 de março de 2014

SOUZA, Marcos André. Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material. In: AGOSTINI, Camilla (Org.) *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 11-36, 2013

_____. Divisões sociais, utensílios cerâmicos e o preparo da farinha de mandioca no Brasil Colonial. *Clio- Série Arqueológica*. Recife: Ed. da UFPE, v 25, p. 97-127, 2010

_____. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios – Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*. Laboratório de Arqueologia – Fafich/UFMG. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, v. 1, n.1, jan./jun., p. 59-92, 2007

_____. Levantamento arqueológico em Projeto de Larga Escala – a experiência do Projeto UHE-Corumbá/Patrimônio Histórico. *Revista de divulgação científica/IGPA*. Goiânia: Ed. da UCG, v. 2, p. 63-80, 1998

SOUZA, Marcos André; AGOSTINI, Camilla. Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth- and Nineteenth-Century Brazil. *Historical Archaeology*, p.102–123, 2012

SOUZA, Marcos André; SYMANSKI Luís Claudio. Slave communities and pottery variability in Western Brazil: The plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 13, q. 4, p. 513-548, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/2551038>. Último acesso em 30/09/2012

TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA PARA A CERÂMICA, *Cadernos de Arqueologia*. Paranaguá: UFPR, Ano 1, n 1, s.p 1976

VIANA, Síntia. Caracterização Ambiental. In: *Relatório Final do Projeto de Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás. Trecho Anápolis-Rianápolis, sub-trecho 1 (Km 0 ao Km 53)*. Goiânia: SGC, UCG, FA, IGPA, 2004, p. 16-27.

VIEIRA, Martha. Cunha Mattos: Entre a pena e a espada. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, [s.l.], vol. 7, ano VII, nº 1, ISSN: 1807-6971, 2010 disponível em: www.revistafenix.pro.br

XIMENES, Cristiana F. L.. *Notícias preliminares das relações comerciais entre a Bahia e Angola: 1755-1830*. Fortaleza: ANPUH – Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009

ANEXOS

ANEXO 1

MAPA DAS ETNIAS

ANEXO 2

MAPA DO CAMINHO DA BANDEIRA DO ANHANGUERA – 1722/1725

ANEXO 3

MAPA DA ECONOMIA COLONIAL – SÉCULO XVIII

ANEXO 4

MAPA DOS PRINCIPAIS CAMINHOS COLONIAIS – SÉCULO XVIII

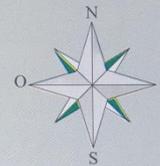
ANEXO 5

MAPA DOS PRINCIPAIS QUILOMBOS – SÉCULO XVIII

ANEXO 6

MAPA DOS ADEAMENTOS OFICIAIS – SÉCULO XVIII

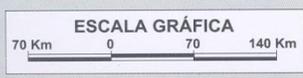
ETNIAS SÉCULO XVIII



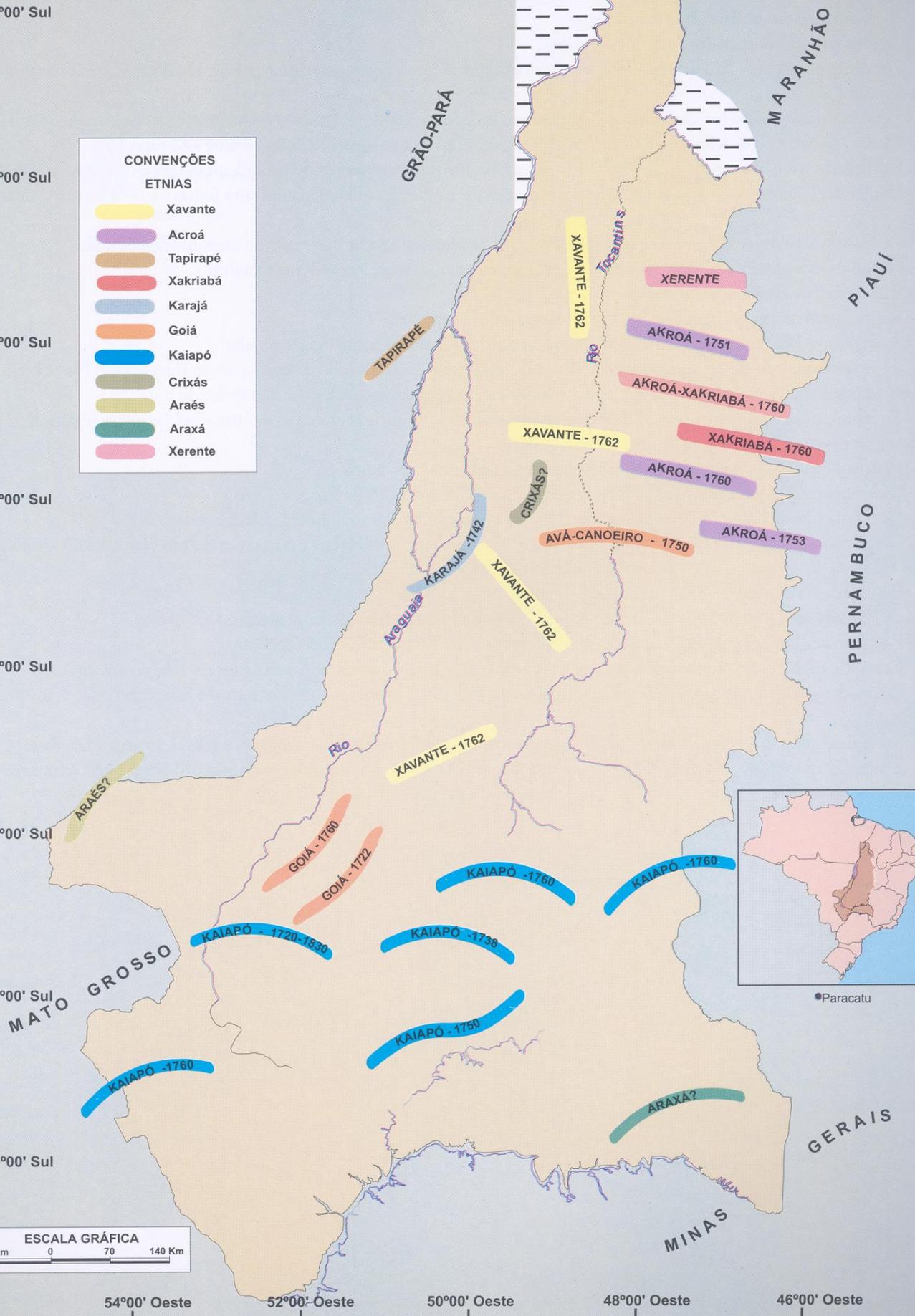
CONVENÇÕES	
ETNIAS	
	Xavante
	Acroá
	Tapirapé
	Xakriabá
	Karajá
	Goia
	Kaiapó
	Crixás
	Araés
	Araxá
	Xerente

06°00' Sul
08°00' Sul
10°00' Sul
12°00' Sul
14°00' Sul
16°00' Sul
18°00' Sul
20°00' Sul

54°00' Oeste 52°00' Oeste 50°00' Oeste 48°00' Oeste 46°00' Oeste



●Paracatu



ECONOMIA COLONIAL SÉCULO XVIII



- CONVENÇÕES**
- Arraial
 - Área de mineração
 - Curso d'água
 - ◇ Diamante
 - ☺ Tabaco
 - ☉ Algodão
 - ◆ Manufatura
 - ▲ Sal
 - ▲ Cana-de-açúcar
 - ☼ Trigo
 - ◻ Pele ou couro
 - ◐ Arroz
 - ☉ Café
 - ☺ Milho
 - ☹ Mandioca
 - ☉ Feijão
 - Marmelo
 - ☹ Bovino
 - ☹ Suíno
 - ☹ Equino
 - ☹ Peixe
 - ⚔ Ouro

06°00' Sul

08°00' Sul

10°00' Sul

12°00' Sul

14°00' Sul

16°00' Sul

18°00' Sul

20°00' Sul

MATO GROSSO

GRÃO-PARÁ

MARANHÃO

PIAUI

PERNAMBUCO

São João das Duas Barras

Rio Tocantins

Rio Araguaia

Rio Claro

MINAS

GERAIS

Região Rio das Velhas
caminho para Paracatu

Paracatu



54°00' Oeste

52°00' Oeste

50°00' Oeste

48°00' Oeste

46°00' Oeste

Ilha de Sant'Ana

S. José do Tocantins

Santa Rita

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita do Pontal

Tesouras

Crifxas

Agua Quente

Papua

Jaraguá

Meia Ponte (1731)

Santa Luzia

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Amaro Leite

S. José do Tocantins

Trairas

Cocal

Lavrinhas

Meia Ponte (1731)

Santa Luzia

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (1729)

Santa Rita

Anta

Barra

Vila Boa

Bonfim (1774)

Santa Cruz (1729)

Santa Cruz (17

PRINCIPAIS CAMINHOS COLONIAIS SÉCULO XVIII



06°00' Sul

08°00' Sul

10°00' Sul

12°00' Sul

14°00' Sul

16°00' Sul

18°00' Sul

20°00' Sul

CONVENÇÕES

- VILA/ARRAIAL
- ESTRADA DO NORTE
- ESTRADA DO NASCENTE
- ESTRADA DO SUL
- ~ CURSO D'ÁGUA
- - - ÁREA EM LITÍGIO ATÉ 1812

GRÃO-PARÁ

MARANHÃO

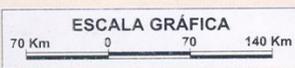
PIAUI

PERNAMBUCO

MATO GROSSO

GERAIS

MINAS



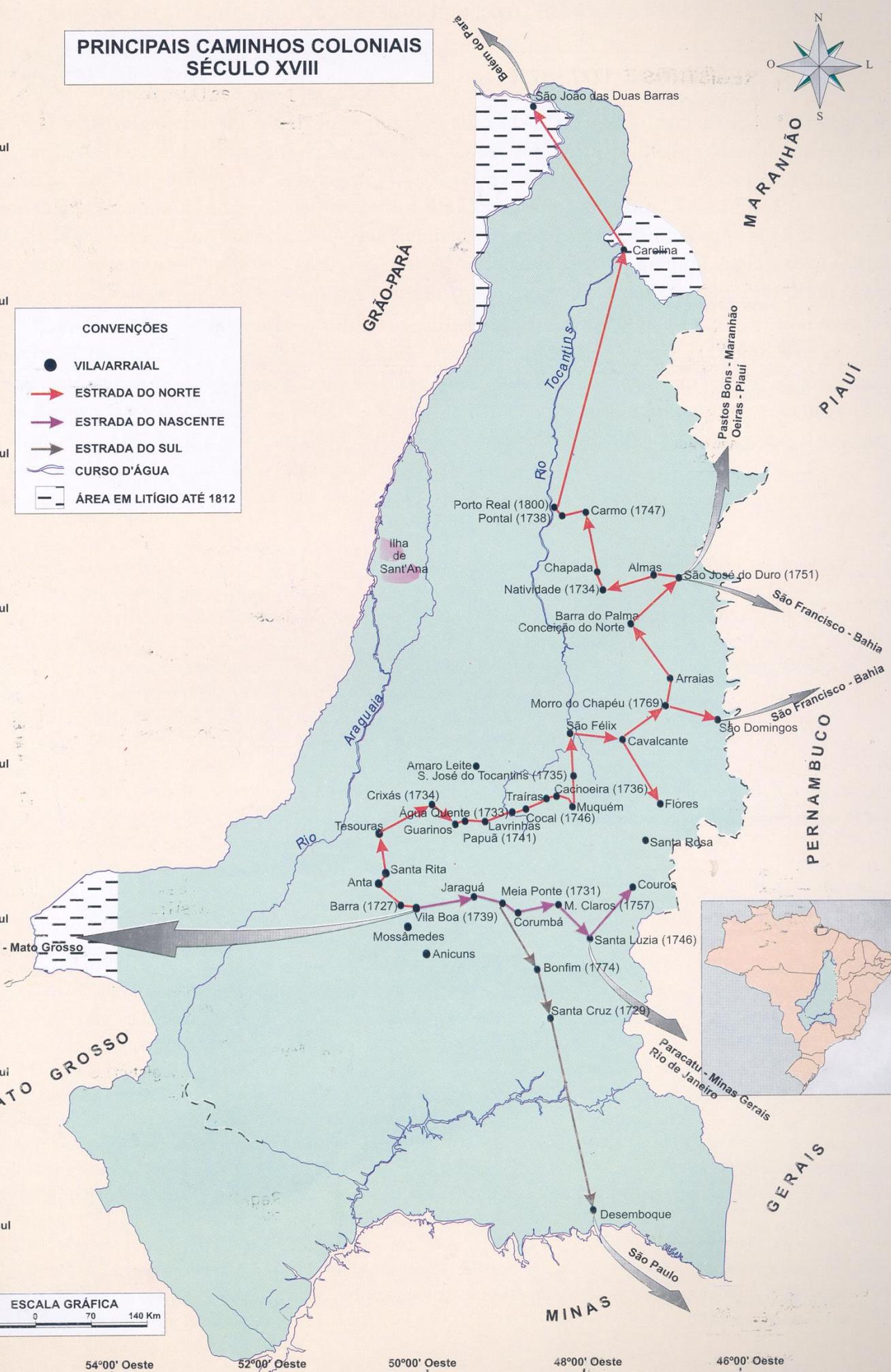
54°00' Oeste

52°00' Oeste

50°00' Oeste

48°00' Oeste

46°00' Oeste



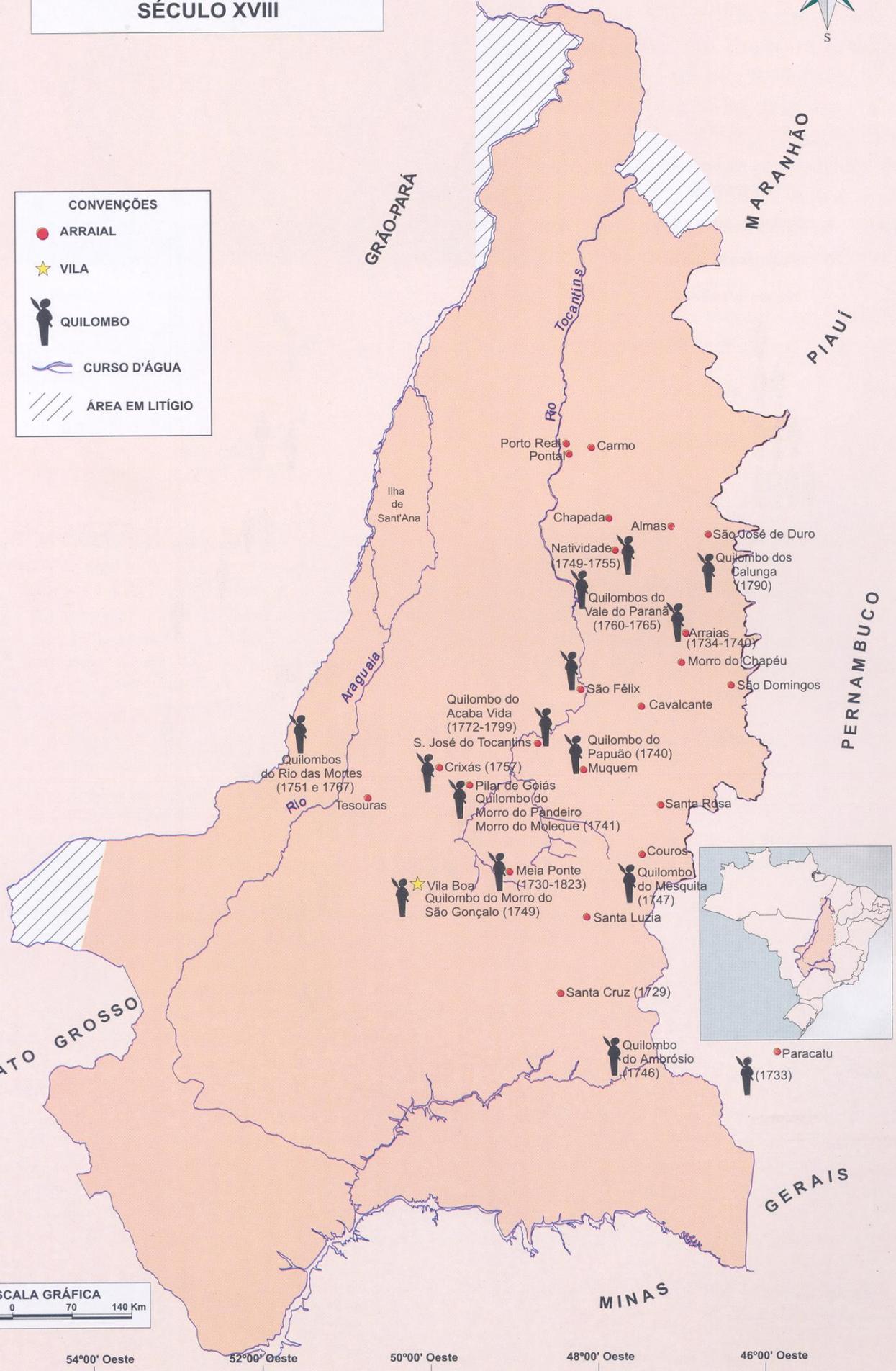
PRINCIPAIS QUILOMBOS SÉCULO XVIII



CONVENÇÕES

- ARRAIAL
- ★ VILA
- 👤 QUILOMBO
- 🌊 CURSO D'ÁGUA
- ▨ ÁREA EM LITÍGIO

06°00' Sul
08°00' Sul
10°00' Sul
12°00' Sul
14°00' Sul
16°00' Sul
18°00' Sul
20°00' Sul



54°00' Oeste 52°00' Oeste 50°00' Oeste 48°00' Oeste 46°00' Oeste

ALDEAMENTOS OFICIAIS SÉCULO XVIII



CONVENÇÕES

-  ALDEAMENTO OFICIAL
-  CURSO D'ÁGUA

06°00' Sul

08°00' Sul

10°00' Sul

12°00' Sul

14°00' Sul

16°00' Sul

18°00' Sul

20°00' Sul

GRÃO-PARÁ

MARANHÃO

PIAUI

PERNAMBUCO

Ilha de Sant'Ana
Nova Beira (1775)

São José do Duro (1755)
São Francisco Xavier do Duro (1751)

Carretão de Pedro III (1788)

VILA BOA

Maria I (1780)

São José de Mossâmedes (1755)

MATO GROSSO

Rio das Velhas (1750-1775)
Rio das Pedras (1741)

Pissarrão

MINAS

GERAIS



ESCALA GRÁFICA

70 Km 0 70 140 Km

54°00' Oeste

52°00' Oeste

50°00' Oeste

48°00' Oeste

46°00' Oeste